

GREICI MAIA BEHLING

**REFLETINDO O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA APA DA LAGOA
VERDE PELO OLHAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

RIO GRANDE
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2007

GREICI MAIA BEHLING

**REFLETINDO O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA APA DA LAGOA
VERDE PELO OLHAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Ambiental, do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Área de Concentração: Educação Ambiental e Manejo Costeiro Integrado

Orientador: Prof. Dr. Milton Lafourcade Asmus

Rio Grande

Fundação Universidade Federal do Rio Grande

2007

B419r Behling, Greici Maia
Refletindo o processo de criação da APA da Lagoa Verde pelo
olhar da educação ambiental / Greici Maia Behling. - Rio Grande :
FURG, 2007.
128 p.

Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em
Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio
Grande, Rio Grande, 2007.

1. Educação ambiental 2. Unidades de conservação
3. Lagoa Verde 4. Rio Grande I. Título

CDU 504:37(816.52)

Dedico este trabalho aos meus pais, por me apoiar pelos caminhos que decidi seguir e por sempre acreditarem em mim;

Pela sua luta e por me mostrar que jamais devemos desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela força concedida para concluir este trabalho, pelos desafios e caminhos colocados na minha jornada.

Agradeço especialmente ao meu querido orientador Milton, pela sabedoria, brilhantismo e preciosos conhecimentos compartilhados.

Agradeço ao Prof. Dr. Norton Gianuca, com quem convivi profissionalmente, pelo crescimento profissional proporcionado e colaboração na concretização deste trabalho.

Agradeço ao Kleber, do NEMA, pelo seu interesse e presteza em me auxiliar neste trabalho e por sua inspiradora luta.

Agradeço à Maria do Carmo, pelos novos caminhos que me mostrou.

Agradeço aos colegas de mestrado, companheiros de angústias, aos professores do MEA e a sua Equipe Administrativa, especialmente a Dayse.

Aos meus pais, que estiveram sempre ao meu lado.

Aos amigos, em especial à Crisna e ao Cléver.

Ao meu amor Murilo, pela compreensão e companhia.

*“Se todo animal inspira sempre ternura, o
que houve, então, com os seres humanos?”*

Guimarães Rosa

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações	8
Lista de Tabelas	9
Lista de Siglas e Abreviaturas	10
Resumo	11
Abstract	12
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
Organização do trabalho	16
Objetivos	17
CAPÍTULO I - MEMÓRIAS DO PESQUISADOR	18
CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
Delineamento da pesquisa	25
Estudo de caso	26
Leitura, desconstrução e reconstrução	27
Categorização das unidades de análise	29
A construção do <i>metatexto</i> : relacionando os elementos de análise	30
CAPÍTULO III - AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E SUA RELAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	32
Breve histórico da região estudada	33
Trajetória de uma Educação Ambiental Crítica	37
Legislação e Educação Ambiental como instrumentos de Gestão Ambiental	44
Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação por meio da Gestão Participativa	52
CAPÍTULO IV - RESULTADOS	64
APA da Lagoa Verde: Entre a proposta de criação e a lei que a institui, um longo percurso.	66
O envolvimento da comunidade no processo: participação popular e governança	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

108

ANEXOS

112

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Localização da área de estudo.	33
Figura 2. Atividades importantes do município do Rio Grande.	35
Figura 3. Imagem das margens da Lagoa Verde.	36
Figura 4. Imagens aéreas da área de estudo.	37
Figura. 5. Espectro do nível de impacto público	60
Figura 6. Linha de tempo dos acontecimentos relacionados ao processo de criação da APA da Lagoa Verde.	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Atores sociais diretamente ou indiretamente envolvidos no processo de criação da APA da Lagoa Verde.

67

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – ANÁLISE DE CONTEÚDO

APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

COMDEMA – CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

DEFAP - DEPARTAMENTO DE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS

EA – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ESEC – ESTAÇÃO ECOLÓGICA

ETA – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA

FBPN – FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO A NATUREZA

FEPAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

FNMA – FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

HA – HECTARE

IUCN – INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

NEMA – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

PDDI – PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

PMRG – PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PNEA – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PNGC - PROGRAMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO

PRONEA – PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SEUC – SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SNUC – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

UC – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

ZEE – ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO

RESUMO

O presente trabalho, pré-requisito para o Mestrado em Educação Ambiental (EA), na Linha de Pesquisa EA e Manejo Costeiro Integrado, direciona-se para uma análise do processo de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, partindo da sugestão de criação de uma Unidade de Conservação (UC) no município de Rio Grande, RS, até sua criação legal, em 2005. Trata-se de uma descrição deste processo e reflexão sobre a participação e o envolvimento da comunidade, o papel dos principais atores sociais envolvidos e os conflitos de uso existentes nessa área, trazendo à tona a importância da EA na concretização dos objetivos da UC. Justifica-se essa escolha por perceber-se que a área, embora de extrema importância para a região, não se consolidou de fato, mesmo depois de muitos anos de discussões e da criação legal. A pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa, enfocando os sujeitos que construíram o processo nas instituições e aqueles que vivem a realidade local, por meio de uma abordagem de “estudo de caso”. Para a obtenção dos dados, foi utilizada a análise teórico-documental, realizada por meio da consulta de material bibliográfico como atas, ofícios, relatórios e outros documentos existentes sobre o processo; e a entrevista semi-estruturada. Na análise dos dados foi utilizada a técnica denominada “Análise de Conteúdo”, escolhida pela sua possibilidade de imersão e diálogo com o material da análise e também de compreensão construída através da escrita. O estudo direcionou-se para duas categorias principais. A primeira categoria, “APA da Lagoa Verde: entre a proposta de criação e a lei que a institui, um longo percurso”, apresenta as subcategorias Atores envolvidos no processo; Impactos e conflitos ambientais e Percurso do processo de criação. Nessa categoria, a reflexão dirige-se para o relacionamento entre o ser humano e o seu ambiente, passando pelos conflitos, pelos impactos, pela burocracia que muitas vezes impediu o andamento do processo e pela descrição da criação da APA da Lagoa Verde, identificando, ao longo dessa descrição, os principais atores sociais envolvidos. A segunda categoria, “O envolvimento da comunidade no processo: participação popular e governança”, apresenta as subcategorias Participação, Responsabilidade pela preservação e fiscalização, Percepções a respeito da área e Informação, divulgação e educação ambiental, onde foi identificada a abertura para o envolvimento da comunidade no processo. Nessa categoria também foram identificadas as percepções dos moradores com relação ao seu ambiente, ressaltando aspectos que podem ser aproveitados para a elaboração do Plano de Manejo da área. Finalmente, ressalta-se a necessidade de aproveitar a EA como mediadora do processo em sua continuidade, buscando o comprometimento dos indivíduos residentes no entorno da APA, já que são os principais responsáveis pela preservação do local por residirem lá, a partir de metodologias participativas; uma maior informação a respeito do local também se faz necessária e um trabalho consistente de EA em todo o município para deixar claro a importância da área na qualidade de vida da população e na manutenção da biodiversidade da região.

Palavras-chave: Educação ambiental; unidades de conservação; participação popular.

ABSTRACT

The present work, prerequisite for the Master's degree in Environmental Education (EE), in EE and Integrated Coastal Management Research Line, is addressed for an analysis of the process of creation of Environmental Protection Area (EPA) of the Lagoa Verde, leaving of the suggestion of creation of an Unit of Conservation (UC) in the Rio Grande, RS, until its legal creation, in 2005. It is treated of a description of this process and reflection on the participation and the community's involvement, the main involved social actors' paper and the existent use conflicts in that area, bringing to the surface the importance of EE in the materialization of the objectives of UC. It is justified that choice for noticing that the area, although of extreme importance for the region, it didn't consolidate in fact, even after many years of discussions and of the legal creation. The research can be characterized as qualitative, focusing the subjects that built the process in the institutions and those that live the local reality, through an approach of "case study". Para the obtaining of the data, the theoretical-documental analysis was used, accomplished through the consultation of bibliographical material as minutes, occupations, reports and other existent documents on the process; and the semi-structured interview. In the analysis of the data the technique denominated "Analysis of Content" was used, chosen by its immersion possibility and dialogue with the material of the analysis and also of understanding built through the writing. The study was addressed for two main categories. The first category, "APA of the Lagoa Verde: among the creation proposal and the law that it institutes its, a long course", introduces the subcategories Actors involved in the process; Impacts and environmental conflicts and Course of the creation process. In that category, the reflection goes for the relationship between the human and its environment, going by the conflicts, for the impacts, for the bureaucracy that a lot of times impeded the course of the process and for the description of the creation of EPA of the Lagoa Verde, identifying, along that description, the main involved social actors. The second category, the community's involvement in the process: popular participation and governance: (nor so) new face for the administration", presents the subcategories Participation, Responsibility for the preservation and fiscalization, Perceptions regarding the area and Information, popularization and environmental education, where it will be identified the opening for the community's involvement in the process. In that category they were also identified the residents' perceptions regarding its environment, emphasizing aspects that they can be taken advantage, the posteriori, for the elaboration of Management Plan of the area. Finally, the need is emphasized of taking advantage of EE as mediator of the process in its continuity, looking for the resident individuals' compromising in roundness of EPA, since they are the main ones responsible for the preservation of the place for they live there, starting from methodologies participative; a larger information regarding the place is also made necessary and a solid work of EE in the whole municipal district to leave clear for the population the importance of the area in the quality of life of the population and in the maintenance of the biodiversity of the area.

Keywords: Environmental education; units of conservation; popular participation

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Escolhi a sombra desta árvore para repousar do muito que farei, enquanto esperarei por ti. Quem espera na pura espera vive um tempo de espera vã. Por isto, enquanto te espero, trabalharei os campos e conversarei com os homens. Suarei meu corpo, que o sol queimará; minhas mãos ficarão calejadas; meus pés aprenderão o mistério dos caminhos; meus ouvidos ouvirão mais, meus olhos verão o que antes não viam, enquanto esperarei por ti. Não te esperarei na pura espera porque o meu tempo de espera é um tempo de que fazer. Desconfiarei daqueles que virão dizer-me, em voz baixa e precavidos: É perigoso agir; É perigoso falar; É perigoso andar. É perigoso, esperar, na forma em que esperas, porque esses recusam a alegria de tua chegada. Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me, com palavras fáceis, que já chegaste, porque esses, ao anunciar-te ingenuamente, antes te denunciam. Estarei preparando a tua chegada como o jardineiro prepara o jardim para a rosa que se abrirá na primavera.”
Paula Freire

O presente trabalho analisa o processo de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Verde, partindo da sugestão de criação de uma Unidade de Conservação¹ (UC) no município de Rio Grande, RS, até sua criação legal, em 2005. Durante esta jornada, descreveu-se este processo e refletiu-se sobre a participação e o envolvimento da comunidade, o papel dos principais atores sociais envolvidos e os conflitos de uso

¹ Unidade de Conservação é definida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).

existentes nessa área, trazendo à tona a importância da Educação Ambiental (EA) na concretização dos objetivos da UC.

As UC surgiram com o intuito de conservar a biodiversidade e as comunidades biológicas (incluindo comunidades biológicas humanas) e preservá-las da destruição, por um compromisso de solidariedade com as presentes e futuras gerações e pelo próprio direito que cada organismo vivo possui de permanecer vivo.

A biodiversidade e os recursos naturais são constantemente ameaçados pelas proporções de crescimento da população humana, que pressiona esses locais considerados “vazios” ou “improdutivos” com a sua ocupação, e pela incessante busca por crescimento econômico, que não leva em conta os resultados de suas ações em um prazo mais longo.

Desta forma, os espaços reservados para a manutenção da biodiversidade se tornam cada vez mais escassos e alvos fáceis para a destruição. Essa é a situação de muitas UC brasileiras de domínio público sobre as quais o governo não consegue ter controle ou fiscalizar sua área e que acabam por ser destruídas ou *griladas*².

A devastação segue seu curso, independente da motivação, que pode variar entre construções irregulares, grilagem, necessidade financeira de populações carentes, de madeireiros, de especuladores imobiliários ou da própria população residente, muitas vezes despreparada para aproveitar de forma sustentável o seu espaço. As razões para essa situação são inúmeras: o governo ou órgãos responsáveis não fiscalizam e executam os Planos de Manejo, as comunidades não se apropriam dos objetivos da UC ou não compreendem o motivo pelo qual é importante preservar determinada área, existem conflitos de interesse...

Para se traçar alternativas para essa questão, são necessárias abordagens práticas que supram tais carências (falta de fiscalização, descomprometimento da comunidade) para que as UC se tornem sustentáveis a longo prazo.

Percebe-se a importância da EA como mediadora dessa relação que está em crise, desconectada, na qual o ser humano e o ambiente natural, o ser humano consigo mesmo e o ser humano com o outro necessitam (*re*) irmanar-se, buscando o diálogo, a reflexão, os valores humanos, para que como cidadãos, se comprometam com o ambiente.

Para que uma UC seja implementada de fato, os atores sociais, especialmente aqueles diretamente envolvidos, representados principalmente pela comunidade de

² A grilagem de terras é o ato de furtar terras públicas, por meio de invasão clandestina e falsas escrituras de propriedade.

entorno, precisam ser encorajados e educados, de modo que se busque harmonizar suas preocupações, interesses e necessidades com a preservação da Unidade.

Assim, o processo de criação da APA da Lagoa Verde surge como exemplo de uma rica fonte de reflexão e estudo, por ser permeado de inter-relações entre seres humanos, ambiente e conflitos de interesses, os quais se pretendem mostrar no decorrer deste trabalho.

A escolha se deu por perceber-se que essa área, tão importante ecologicamente, por representar ecossistemas estuarinos característicos ainda bastante preservados na zona urbana do município, não se consolidou de fato, mesmo depois de muitos anos de discussões e da criação legal. Inúmeras razões conduziram a essa demora e não permitiram que o espaço se tornasse de fato, protegido. No entanto, um aspecto crucial é a necessidade de aproveitar a EA como mediadora desse processo, buscando o envolvimento dos indivíduos residentes no entorno da APA, já que são os principais responsáveis pela preservação do local por residirem lá.

A APA da Lagoa Verde constitui-se como a primeira das áreas com tal finalidade no município. Apresenta uma área superficial de aproximadamente 510 ha (quinhentos e dez hectares), constituída pela própria Lagoa Verde e seu entorno, numa faixa de 200 m (duzentos metros) a partir do nível médio das águas e pelos Arroios Bolaxa e suas margens, Senandes e suas margens e Canal de São Simão – que liga a Lagoa Verde ao Saco da Mangueira – numa faixa de 100 metros, segundo a lei que a cria (Lei Nº. 6.084 de 2005, conforme Anexo V). Constitui, juntamente com sete Áreas de Proteção Permanente (APP) localizadas no interior do Distrito Industrial do município de Rio Grande e o cordão litorâneo do Saco da Mangueira, um corredor importante das espécies da fauna e flora locais, formando um cenário importante na preservação desses ecossistemas.

De acordo com esta mesma lei, o município deveria estabelecer, no prazo de dois anos, a contar da data de publicação da lei, o Plano de Manejo³ do local, estando autorizado a firmar convênios, ajustes e contratos com instituições públicas e privadas, a fim de garantir o cumprimento deste prazo. Além disso, a lei ainda permite ao município criar uma estrutura administrativa e técnica para a Área de Proteção Ambiental da Lagoa

³ Plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas fiscais necessárias à gestão da unidade (SNUC, 200).

Verde, ou repassar a administração a terceiros, desde que autorizado pelo Poder Legislativo.

Os ecossistemas existentes na APA em questão representam a última área de marismas, banhados, arroios, matas e dunas interiores preservados dentro da zona urbana do município, apresentando elevada biodiversidade, onde se destacam espécies animais de valor comercial e outras ameaçadas de extinção (NEMA, 1994).

Além disso, existe ainda uma beleza paisagística, habitat natural das várias espécies da flora e da fauna já citadas. A preservação desse ambiente deverá garantir uma melhor qualidade de vida para a comunidade, desde a implementação de atividades econômicas alternativas, com vistas à integração do homem com o Meio Ambiente, como o ecoturismo, e o desenvolvimento de atividades educativas e científicas, que visem à valorização da diversidade de patrimônio natural e cultural da região (NEMA, 1994). Além disso, a preservação de ecossistemas costeiros vem ao encontro dos objetivos de projetos como o ORLA⁴, de reordenamento da ocupação e recuperação de tais ecossistemas.

Organização do trabalho

A organização da dissertação de Mestrado é feita em capítulos. No capítulo um, buscar-se-á explicar as razões que definiram a participação popular e a EA em um contexto de conservação do meio ambiente como tema deste trabalho, a partir da trajetória de vida do pesquisador. Os caminhos percorridos e as escolhas realizadas durante a construção do pesquisador, neste caso, conduzem pelos caminhos da preocupação com o meio ambiente e da busca de soluções e compreensões acerca dos problemas causados pela dicotomização histórica entre o universo construído pelo ser humano e o natural.

No segundo capítulo, intitulado “as Unidades de Conservação da Natureza e sua relação com a Participação Popular e Educação Ambiental”, procurou-se trazer os antecedentes deste tema, já abordados por outros pesquisadores, relacionando-os ao tema de dissertação, realizar um histórico da região estudada e ainda contextualizar a situação da área de estudo sob a ótica legal. Este capítulo configura-se de grande importância neste

⁴ O Projeto ORLA objetiva o reordenamento territorial no litoral brasileiro, buscando a sustentabilidade desses ecossistemas e das comunidades que nele vivem (disponível no site: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idestrutura=11>).

trabalho, pois contextualiza a área de estudo e a abordagem escolhida, de forma a tornar a leitura e organização de idéias mais clara.

No capítulo três são apresentados os Pressupostos Metodológicos do trabalho, baseados em Minayo (1999) para contextualizar a pesquisa sob uma abordagem qualitativa e nos autores Bardin (1997) e Moraes (2005) para dialogar com a técnica escolhida: a análise de conteúdo. A pesquisa apresentada é um estudo de caso, que pretende investigar o processo de criação da UC em questão, no contexto atual, processo este atravessado por um coral de inúmeras vozes: a da comunidade, a política, a legal, tornando-se objeto de reflexão da EA em sua face crítica, transformadora e emancipatória (Yin, 1989).

E, finalmente, o quarto capítulo apresenta os resultados obtidos com esta pesquisa, uma reflexão dos aspectos abordados baseada em autores como Loureiro (2003, 2004, 2005), Dias (2004) e Carvalho (2004), caracterizando um espaço para refletir a questão ambiental e a transformação da relação do ambiente com o ser humano, mediado pela EA, no contexto de uma UC.

Desta forma, conclui-se a necessidade de buscar um maior envolvimento da comunidade em processos nos quais esta possui um papel decisivo, pois para a consolidação de UC é indispensável um esforço articulado entre gestão e participação, num constante exercício de negociação e ajustamentos, onde a EA apresenta um papel fundamental como mediadora.

Objetivos

De uma maneira geral, o objetivo deste trabalho foi compreender o processo de criação da APA da Lagoa Verde. Destacam-se como objetivos específicos deste trabalho:

- Identificar, a partir dos procedimentos legais e posturas institucionais, a abertura para o envolvimento da comunidade no processo de criação;
- Identificar os atores sociais envolvidos;
- Identificar os níveis de participação popular nesse processo;
- Compreender o papel da EA neste contexto;
- Identificar algumas iniciativas de EA nesse processo;
- Propor ações que possam assegurar a participação da comunidade e a coerência com a vocação da área, a partir de uma abordagem emancipatória e transformadora.

CAPÍTULO I

MEMÓRIAS DO PESQUISADOR

*“Tudo o que de mim se perde acrescenta-se ao que sou.
Contudo, me desconheço. Pelas minhas cercanias
passeio - não me frequento. Por sobre fonte erma e
esquiva flutua-me íntegra, a face. Mas nunca me vejo:
e sigo com face mal disfarçada. Oh que amargo é o não
poder rosto a rosto contemplar aquilo que ignoto sou;
distinguir até que ponto sou eu mesma que me leva ou se
um nume irrelatável que (para ser) vem morar comigo,
dentro de mim, mas me abandona se rola pelos declives
do mundo. Desfaço-me do que sonho: faça-me sonho
de alguém oculto. Talvez um Deus sonhe comigo,
cobice o que eu guarda e nunca usei. Cego assim, não
me decifra. E o imaginar-me sonhado não me
completa: a ganância de ser-me inteiro prossegue. E
para - pânico muda - entre o sonho e o sonhador.”*

Thiago de Mello

Escrever sobre como cheguei até aqui não foi tarefa fácil. Aliás, penso ser uma das tarefas mais difíceis que enfrentei até hoje, posto que seja preciso lembrar fatos marcantes, alguns bons e outros dolorosos e que vieram me constituindo como sujeito, bióloga, mulher e o ser humano que sou.

Portanto, começo este memorial revisitando um trecho de poesia que ouvi na palestra do Professor Doutor Walter Porto, em palestra que participei no V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, em Joinville, em abril de 2006. Este professor, citando um poema de Thiago de Mello, dizia: “Não tenho caminho novo, o que tenho é um novo jeito de caminhar...”.

Na minha constituição de pesquisadora, dos meus projetos de Iniciação Científica, escrever sobre si mesmo não era algo próprio de um pesquisador... Na verdade, precisei vencer um de meus preconceitos e me convencer da necessidade de provar que não sou uma pára-quadista, e quem compartilhar estas palavras comigo precisa também compreender o que é realmente importante pra mim. Preciso também mostrar para mim mesma o porquê das minhas escolhas.

Sabe como decidi ser bióloga? Vou contar. A primeira casa que lembro ter morado tinha um pátio enorme. Nesse pátio enorme eu cresci sozinha, pois não tenho irmãos. Para não dizer completamente sozinha, cresci com meus primos e meu avô, que era cego. Meu avô era minha “babá”, porque minha mãe trabalhava. Ele me ensinou todos os pêlos que um cavalo poderia ter: zaino, baio, tordilho, gateado, lobuno... Ele sempre tinha, também, muitas histórias para contar sobre sua juventude.

Nessa mesma casa lembro de todas as árvores que existia. Havia figo. O figo tem uma história linda, uma relação bastante complexa com uma vespa bem pequenininha. A história do figo merecia um capítulo à parte nessa dissertação, se ela falasse do mesmo. Havia muitas frutas naquela casa. Eu adorava tudo aquilo, sempre gostei de estar perto das árvores. O meu pai também teve culpa, com sua mania de alimentar formigas. Ele colocava as moscas perto de uma formiguinha, no pátio. E me dizia assim: “espera pra ver ela chamar as amigas”... Isso era melhor do que brincar de boneca!

Outro fato bastante importante na minha vida e acredito que foi decisivo para minha constituição foi a casa da minha tia. Ela tem uma chácara pequena, de talvez uns quinze hectares. Nessa chácara, minha paixão pelas coisas da natureza aumentou ainda mais. Muitos dos animais que estudei anos mais tarde, conheci naquela chácara. Além disso, lembro que existia um arroiozinho e uma mata ciliar muito densa, onde eu passava as tardes explorando, achava insetos, folhas, serpentes e posso até sentir a água bem geladinha da nascente resfriando os pés descalços.

É com bastante tristeza que hoje, sempre que vou à sua casa, escuto que o arroio está levando a barranca embora – é a erosão. Anos de falta de cuidado com o solo e com a mata ciliar. Aliás, as nascentes já estão enfraquecidas. A mata que contornava o arroio foi sendo aos poucos retirada.

Existia uma dúvida entre a Medicina Veterinária e a Biologia, tão grande que só foi decidida momentos antes da inscrição para o vestibular. No entanto, a certeza de que eu

jamais escolheria Matemática ou Ciências da Computação crescia. Ou melhor, acho que essa certeza sempre existiu. Foi o meu primeiro vestibular. Eu, recém saída do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), um lugar bastante apropriado para uma pessoa como eu, pois é uma escola voltada para a agricultura e agroindústria. Era meu primeiro e foi o único vestibular. Nos quatro anos e meio que passei na faculdade fiz muitos amigos, conheci muitas pessoas ótimas e outras nem tanto. Vi pessoas sedentas pelas publicações gerarem discórdias e terminarem amizades. Vi a solidariedade e o altruísmo formarem equipes ótimas de trabalho. Fui apresentada a muitos novos jeitos de caminhar.

Comecei trabalhando com Microbiologia. Gostei bastante, mas ainda não estava bom. Descobri uma grande amizade que me mostrou a Professora Beth, e a parasitologia. Lá permaneci por três anos e meio. Inicialmente, como monitora da disciplina, pois a licenciatura sempre esteve correndo nas minhas veias. Depois, como bolsista de Iniciação Científica. Olhando para trás, acredito que essa aproximação se deu pelo amor oculto à Veterinária, pois eu trabalhava com Parasitologia Veterinária. E com educação para a Saúde, Saúde Pública.

Desenvolvi outras atividades durante meu período de faculdade. Os acampamentos de Botânica e os herbários que precisavam ser desenvolvidos para essa disciplina foram os momentos mais estressantes da faculdade. Na disciplina de Didática, mais precisamente no estágio de docência, foi despertado o interesse pela Educação Ambiental e, posteriormente, em um trabalho realizado no Ecocamping de Pelotas, meu interesse cresceu ainda mais.

Na faculdade é bem complicado ter acesso às opções que queremos. Na verdade, muitas não nos são sequer apresentadas, ou não enxergamos. A pesquisa científica é deficiente na maioria dos cursos de ensino superior. Assim como eu, diversos estudantes conhecem apenas a pesquisa quantitativa, a estatística, os percentuais. Quando chegam a conhecer a pesquisa! Não que os números não sejam importantes, muito pelo contrário. A pesquisa quantitativa permite inferir resultados bastante significativos, e é extremamente pertinente para muitas áreas do conhecimento. No entanto, é importante que a Universidade mostre aos seus educandos opções para além da quantificação de dados. Quando surge o interesse em realizar a pesquisa de forma qualitativa, a partir de dados não numéricos, a dificuldade em adequar a metodologia e em escolher procedimentos é crescente, principalmente se o pesquisador principiante não possui base teórica mínima para essa construção e se jamais entrou em contato com esse método.

Pouco tempo antes de me formar, uma amiga me avisou de um concurso público que haveria em Rio Grande, para biólogo. Avisou na quinta e na sexta acabavam as inscrições. Era meu primeiro concurso público e me surpreendi quando descobri que havia ficado em primeiro lugar. Isso foi em agosto de 2004. Minha formatura foi dia nove de outubro e um mês depois estava fazendo a inscrição para o Mestrado.

Na verdade eu não saberia dizer por que fiz a inscrição no Mestrado. Lembro que a Beth, minha orientadora e segunda mãe, me aconselhou a fazer algo que tivesse um pouco mais o meu perfil, porque ela me via um pouco ansiosa ou presa, trabalhando em um laboratório. Optei então por duas provas: a da Educação Ambiental, algo que abriria bem mais o meu campo de visão, e a Fisiologia que, segundo a Beth, restringiria bem mais o meu campo de atuação. Passei nos dois e resolvi que iria fazer Mestrado na Educação Ambiental.

Sei que entrei meio perdida no Mestrado, esperando encontrar alguém conhecido e, que nada... Uma amiga que havia feito a seleção juntamente comigo desistiu. Continuava um tanto quanto perdida nas discussões, pois aquele universo não parecia, definitivamente, o meu.

Eu me sentia um pouco mais segura quando, antes da seleção, havia conseguido o telefone do Professor Dr. Milton Asmus, do LABGERCO – Laboratório de Gerenciamento Costeiro. Tímida, sem saber muito bem o que dizer, um tanto confusa, liguei pra ele e perguntei se poderia aparecer por lá para conversar. São duas coisas marcantes com relação a esta visita que estou pela primeira vez tornando pública. Lembro que ele me disse “Sempre à direita: à direita na reitoria, à direita no primeiro pavilhão, à direita o primeiro prédio e à direita, na primeira sala”. Aquele foi o início de uma relação que sou muito grata por ter iniciado, pois meu orientador é uma pessoa brilhante, preocupada e que desperta minha admiração.

No LABGERCO fui desenhando, aos poucos, os limites da dissertação. Também conheci pessoas muito especiais, muitas vindas de longe, vários Oceanólogos, que auxiliaram a compreender outros aspectos da EA.

A confusão era enriquecida pela angústia de não ser chamada para o emprego, o concurso para o qual havia passado. Na minha cabeça, era óbvio, sairiam todos os resultados juntos. Nada foi do jeito que eu esperava. A vida não é do jeito que a gente

espera. Veio uma coisa de cada vez, bem devagar. Primeiro o mestrado e, por último, o tão sonhado emprego.

Passei momentos difíceis em Rio Grande: tristeza, falta de dinheiro, solidão, saudade, medo do que iria acontecer, afinal, sempre fui muito cercada de cuidados, e nunca estive sozinha, sempre tendo o apoio da minha família.

Na Secretaria de Meio Ambiente defini meu tema de dissertação, que começou lá na Ilha dos Marinheiros, veio caminhando até chegar na Lagoa Verde, com a provável liberação de verba que acabou por não sair. Mesmo assim, o assunto me chamou a atenção e me cativou, sendo que é em função dele que escrevo a minha história.

Troquei de emprego. Atualmente trabalho como Educadora Ambiental na Prefeitura de Canguçu e estou colocando em prática muitos dos conhecimentos construídos no Mestrado, e onde também percebo que outros tantos são utópicos. Trabalhar, estudar, organizar a vida pessoal são tarefas que atrapalham um pouco a vida de mestrando, não permitindo um aprofundamento teórico dentro do desejado, pois o tempo é escasso, já que não se pode deixar de trabalhar.

Este é um pedaço da minha história, ou do início de uma grande jornada, porque sempre acreditei na minha capacidade, estou cercada de ótimos profissionais que também acreditam e me ajudam muito. Por isso, com certeza, esse é mais um passo importante da minha evolução pessoal neste Planeta. Acredito que os caminhos que me trouxeram até aqui me farão seguir uma jornada rumo ao que acredito e desejo; aos sonhos a ser concretizados e às mentes a ser transformadas...

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Tive um chão (mas já faz tempo) todo feito de certezas tão duras como lajedos. Agora (o tempo é que fez) tenho um caminho de barro umedecido de dúvidas. Mas nele (devagar vou) me cresce funda a certeza de que vale a pena o amor.”

Chiago de Mello

Apoiada em minhas experiências pessoais, posso afirmar que existe uma grande deficiência nos cursos de Ensino Superior em mostrar aos alunos do que é composta a Metodologia Científica, pois, na maioria das Universidades, durante a Graduação – incluindo aí o meu curso – não somos apresentados ao universo de possibilidades que a pesquisa nos permitiria. Assim, apenas no Mestrado em Educação Ambiental pude conhecer as metodologias da pesquisa qualitativa.

Durante a construção do projeto de pesquisa e do tema de dissertação, é importante pensar em uma situação que instigue e incomode, em questões que provoquem uma inquietação e a curiosidade, pois são incentivos permanentes para o pesquisador. Além disso, é importante apropriar-se de uma teoria, que estará presente durante toda a pesquisa, para apoiar os conteúdos e resultados apontados e também o método utilizado. Uma teoria nos permite definir nossa visão de mundo, ou seja, contextualizar os seres humanos na sua realidade por meio de construções teóricas permanentes. Deste modo, a teoria contextualiza também a realidade da pesquisa, buscando explicar ou compreender tal realidade (Moraes, 2007c).

Quando uma teoria busca explicar a realidade, ela pode ser considerada objetiva e, neste contexto, é possível realizar a pesquisa sem que os valores construídos pelo pesquisador interfiram na mesma. Já quando a teoria busca a compreensão de um fato, a pesquisa está mais direcionada para a subjetividade, para a qualidade dos dados, ou seja, a

constituição dos sujeitos investigados interfere na pesquisa. Nesse caso, as generalizações, a objetividade e a ausência de valores imbricados na pesquisa não são possíveis.

Durante esse caminho são encontrados muitos desafios, como definir de forma clara o problema de pesquisa e escrever, com êxito, o texto do trabalho. Embora não exista uma receita a ser seguida, a metodologia escolhida permite que se tenha clareza sobre as principais questões teórico-metodológicas pertinentes ao tema escolhido, integrando a apresentação dos resultados às teorias assumidas. Além disso, escrever a dissertação é lidar com uma obra inacabada e com inúmeras voltas e diálogos com o texto para sua reconstrução.

Embora a dissertação não resolva o problema escolhido pelo pesquisador como ponto central da pesquisa, ela irá revelar a intenção do pesquisador.

O caminho pelo qual o pesquisador segue é sempre uma construção. Essa construção, juntamente com todos os processos de transformação pelos quais o pesquisador passa tornam a realidade intrínseca à pesquisa, pois o pesquisador sempre será influenciado pela sua constituição pessoal. Não existe interpretação neutra, já que está intrínseca a subjetividade do pesquisador e do sujeito-objeto de pesquisa e ainda a apropriação das idéias e conceitos de autores com os quais o pesquisador dialoga durante o processo.

A pesquisa transforma a metodologia e vice-versa, permanecendo em transformação durante o processo. Por isso afirma-se que a clareza e a noção completa do tema somente serão atingidas quando o pesquisador chegar ao final de sua pesquisa, quando os objetivos definidos no início do trabalho serão considerados alcançados, embora esse não seja necessariamente, o ponto final do trabalho.

Delineamento da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Minayo, 1999), realizada em uma Área de Proteção Ambiental municipal localizada em Rio Grande, RS, enfocando os seguintes sujeitos: os que construíram o processo nas instituições e os que vivem a realidade local, os moradores do entorno da área.

A pesquisa pode ser “classificada” como uma abordagem de “estudo de caso”, por se tratar de uma investigação científica de um fenômeno ocorrido, sem a interferência do pesquisador, buscando compreender o evento em estudo. Este fenômeno não está isolado de seu contexto, pois o interesse do pesquisador é justamente localizar e interpretar o fenômeno no seu contexto, na sua complexidade (Myers, 2000). Assim, o pesquisador pode concentrar-se em um aspecto ou situação específica e identificar os processos que interagem no contexto estudado, sendo uma abordagem mais receptiva a informações não previstas pelo pesquisador (Dias, 2000).

Para a obtenção dos dados, foi utilizada a análise teórico-documental e a entrevista semi-estruturada, conforme modelo em anexo (Anexos I e II). A análise teórico-documental foi realizada por meio da consulta de material bibliográfico como atas, ofícios, relatórios e outros documentos existentes sobre o processo. Para facilitar a análise, os documentos foram divididos em subgrupos, de acordo com a categoria em que se enquadravam (ata, ofício, etc.). A análise documental serviu também como subsídio para a elaboração das entrevistas, no sentido de conhecer como ocorreu a abordagem deste assunto no local de estudo.

Nas entrevistas, subdivididas em duas etapas, foram enfocados, dentre outros aspectos, as percepções dos indivíduos com relação ao seu local de moradia e a opinião daqueles representantes das principais instituições que tiveram, na época, um papel bastante ativo no andamento do processo (Prefeitura Municipal do Rio Grande, Museu Oceanográfico e NEMA – Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental). A população escolhida para entrevista seguiu o critério de proximidade da Unidade de Conservação, e a partir daí, de uma escolha randômica dos entrevistados, totalizando 25 entrevistas. Cabe salientar que os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Informado (Anexo III), para que fosse possível utilizar as informações fornecidas pelos mesmos nesta pesquisa. O principal critério de escolha das questões analisadas por meio das entrevistas foi a coerência com os objetivos propostos para o trabalho, tendo em vista o enfoque

extensivo das mesmas, resultando em um *corpus* demasiado extenso, caso não fosse feito este recorte.

Para delimitar este vasto arquivo de documentação, optou-se por selecionar todos os documentos produzidos entre Janeiro de 1995 até Abril de 2006. O motivo desta escolha deu-se por duas razões: 1) o ano de início de pesquisa sobre a documentação existente coincide com o ano em que o processo iniciou, partindo de um primeiro trabalho realizado no município sobre a área; 2) o prazo de recorte final de data de produção de documentos previsto para abril de 2006 explica-se através da necessidade de apresentar resultados dentro de um tempo determinado para o curso de Mestrado, e também por se tratar do mês em que a lei que cria a APA completa um ano.

Estudo de Caso

É um dos tipos de pesquisa qualitativa, cujo sujeito-objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (Yin, 1989).

Neste tipo de pesquisa há um cunho descritivo e o pesquisador não intervém sobre a situação, mas pretende compreendê-la em seu contexto. Para tanto, pode valer-se de uma grande variedade de instrumentos e estratégias. No entanto, um estudo de caso não tem que ser meramente descritivo, podendo interrogar a situação, confrontando-a com outras já conhecidas e com as teorias existentes.

Segundo Yin (1989, *op. cit.*) os estudos de caso visam à descoberta, ficando o pesquisador atento a novos elementos que poderão surgir, buscando novos questionamentos no desenvolvimento do seu trabalho. Preocupam-se em enfatizar a interpretação em contexto, de uma forma sistêmica, para compreender de forma mais ampla a forma geral de manifestação de um problema de pesquisa, enfatizando a complexidade da situação e revelando a multiplicidade de fatos que a envolvem e a determinam.

Com relação à obtenção da informação, os estudos de caso usam uma variedade de fontes de dados, que podem ser coletados em situações diferentes. Buscam ainda representar os diferentes pontos de vista presentes numa situação social: a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a verdadeira. Assim, o pesquisador vai procurar trazer essas diferentes visões e opiniões a respeito da situação em questão e colocar também a sua posição (Yin, *op cit.*).

Um estudo de caso pode ser fundamentalmente descritivo ou problematizar o seu objeto de pesquisa. A teoria é necessária para orientar a investigação. Para a pesquisa, é necessária uma orientação teórica bem definida que sirva de suporte à formulação das respectivas questões e instrumentos de recolhimento de dados e guia na análise dos resultados.

Leitura, desconstrução e reconstrução

Para analisar os dados obtidos foi utilizada a técnica denominada “Análise de Conteúdo” (AC), escolhida pela sua possibilidade de imersão e diálogo com o material da análise e também de compreensão construída através da escrita. Tal metodologia originou-se principalmente na proposta de Bardin (1977), como uma “técnica” de investigação que propõe a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo da comunicação, através da frequência com que os dados aparecem. Atualmente, a proposta foi readequada por Moraes (2005), ressaltando sua abordagem qualitativa, pois analisa o significado da presença ou ausência dos dados na comunicação, bem como o significado dos elementos extraídos do texto. Por trabalhar com textos, também é chamada análise textual.

Para a utilização dessa técnica, a leitura não pode ser superficial e descomprometida, pois uma leitura atenta enriquece a pertinência e a produtividade da análise. Assim, a análise textual é uma técnica que permite aprofundar a leitura, “mergulhando” nos processos que geram o discurso. É importante salientar a necessidade de um diálogo incessante entre o corpo teórico e as técnicas de análise, sendo imprescindível buscar conteúdos e estruturas que afirmem ou confirmem o que a mensagem diz.

Para proceder à análise de conteúdo, é preciso seguir algumas regras. Primeiro, realizar a pré-análise, que corresponde à escolha de documentos, formulação das hipóteses e objetivos, que precisa estar necessariamente em formato de texto. Este texto poderá ser

um texto já existente ou preparado. O material a ser preparado é aquele oriundo de mensagens orais, ou seja, é necessário transcrever todo o material oral que se obtiver. Em um primeiro momento, far-se-á uma leitura dinâmica, para deixar-se invadir pelas impressões superficiais sobre o tema.

No caso desta pesquisa, foram utilizados textos prontos (documentos referidos acima) e textos construídos (discursos presentes nas entrevistas). O texto a ser submetido à análise passa então a ser chamado de *corpus*⁵ da análise. Durante a análise, este texto irá se constituir da manifestação de múltiplas vozes, cada uma com sua subjetividade não aparente à primeira vista. Existem vários sujeitos atuando juntos em tais discursos, com compreensões e interpretações diferentes da realidade.

Tendo em mãos o *corpus* teórico da análise, procede-se então à análise propriamente dita. São realizadas operações de desmembramento do texto em *unidades* e reagrupamento, de acordo com o tema exposto e objetivos a serem alcançados. As unidades, para serem consideradas válidas, precisam estar de acordo com o objetivo e objeto da investigação, ou seja, pertinentes ao projeto de pesquisa. Este é o primeiro passo, ou seja, a desconstrução do texto em tais unidades de significado, a *Unitarização*. O recorte das unidades deve concentrar-se no sentido (motivação de opiniões, atitudes) e não na forma. A unidade de codificação pode ser uma frase, um parágrafo ou um fragmento maior, já que o recorte depende do objetivo da pesquisa, não importando a dimensão do texto (Bardin, 1977).

Essa unitarização, proposta pela técnica, por ser uma ação fragmentadora do todo, suscetibiliza o codificador a perder parte da informação, quando se subtrai a unidade do contexto. É sempre bom seguir um referente, um tema eixo em torno do qual o discurso se organiza. Além disso, é importante não perder de vista o todo e focalizar elementos específicos no objeto de estudo. Um procedimento importante é codificar as unidades, de modo a permitir tal compreensão do todo, pois muitas palavras apresentam sentido apenas quando contextualizadas. Assim, a codificação irá transformar dados brutos numa representação do conteúdo, para que seja possível, a qualquer tempo, encontrar no *corpus* da análise o fragmento do qual a unidade foi recortada (Moraes, 2007d).

O segundo momento do ciclo de análise, que também pode ser chamado de “reconstrução”, consiste em classificar e agregar as unidades de acordo com critérios pré-

⁵ *Corpus* é um termo proposto por Bardin, 1977.

estabelecidos, organizando o material a partir de um *corpus* aparentemente fora de ordem. São estabelecidas relações entre as unidades de significado encontradas, utilizadas na construção de novas compreensões em relação ao fenômeno estudado. (Moraes, *op. cit.*).

Categorização das unidades de análise

Cada categoria é um conjunto de unidades de análise organizadas a partir de algumas semelhanças que as aproximam. Moraes (2005) propõe níveis diferentes de categorias, das mais específicas às mais amplas.

As categorias nas quais os fragmentos do texto se enquadram devem possuir algumas características básicas para que sejam consideradas válidas, levando em consideração a complexidade do material de análise e da capacidade do pesquisador em perceber e construir estruturas de classificação diferentes:

- Homogêneas: não devem misturar unidades com conceitos e significados diferentes;
- Exaustivas: há necessidade de esgotar a totalidade do texto, tudo precisa ser “unitarizado”;
- Exclusivas: o mesmo elemento de conteúdo não pode ser classificado em mais de uma categoria, baseado no mesmo pressuposto teórico apresentado pelo pesquisador. Cabe salientar que um mesmo texto pode ser interpretado de diversas formas, por diversos olhares, no entanto, é preciso que o pesquisador deixe claro que pressupostos teóricos utilizou, justificando a exclusividade da unidade dentro de uma determinada categoria;
- Objetivas: dois ou mais codificadores diferentes devem chegar à mesma conclusão com relação às categorias;
- Pertinentes: o que significa que as categorias são adequadas ao conteúdo e aos objetivos da pesquisa realizada.

Os critérios de classificação das categorias auxiliam na análise e identificação posterior das mesmas, servindo para o esclarecimento do seu significado após o tratamento.

Cada categoria é um conjunto de unidades de análise que se organiza a partir de algum aspecto de semelhança que as aproxima, ou seja, são subconjuntos de um todo maior, caracterizando-se cada um deles por determinadas propriedades específicas

(Moraes, 2005). A partir de uma desconstrução organizada do texto em categorias, é necessário deduzir, a partir das categorias às quais se chegou, como serão as conseqüências daquela fala e os fatos que conduziram àquela fala (produção e recepção das mensagens).

Para construção das categorias a partir da análise de conteúdo dos dados, o pesquisador pode fazer uso de dois métodos: o dedutivo e o indutivo. O método dedutivo é um movimento do geral para o particular, pois as categorias serão deduzidas a partir da teoria que está fundamentando a pesquisa. Ou seja, são “gavetas” onde o pesquisador organiza suas unidades de análise. Já o método indutivo, o pesquisador infere as categorias a partir do *corpus* da análise, ou seja, as categorias “emergem” da própria análise, sendo por isso também chamadas de categorias emergentes. O pesquisador define sua escolha a partir do seu conjunto de pressupostos teóricos e de sua constituição pessoal, de conhecimentos e teorias implícitos (Moraes, 2007b).

Neste trabalho, optou-se por utilizar categorias construídas de forma “emergente”, ou seja, que não foram previamente apropriadas pelo pesquisador com base em seus pressupostos teóricos, mas construídas no decorrer das leituras do *corpus* da análise. Tal escolha não significa a ausência de teorias, mas sim o seu conhecimento inconsciente, e sua implicação nos dados analisados e na constituição do indivíduo como pesquisador.

A construção do *metatexto*: relacionando os elementos de análise

A última parte da análise refere-se à produção de um texto que combina descrição com interpretação, que pode ser organizado a partir das categorias construídas ao longo da análise, ou através de argumentos aglutinadores, com base na inferência. O novo texto, construído a partir da síntese dos principais elementos que passam a ser identificados nos textos submetidos à análise, é chamado então *metatexto* (Moraes, 2005).

O processo de categorização, no caso da apropriação do método de categorias emergentes, parte de categorias bastante específicas que vão sendo agrupadas de forma mais genérica. Tal processo de aglutinação é um desafio ao pesquisador, pois a expressão de argumentos que permitam a união de determinadas categorias irá permitir a construção do texto.

O caráter descritivo do texto refere-se à apresentação dos diferentes tipos de elementos que emergem dos textos analisados, elementos estes que são representados nas diferentes categorias. A descrição se limita a expor os elementos considerados importantes.

A inferência e interpretação constituem o segundo passo, as quais permitem ao pesquisador saber mais sobre quem disse (o locutor), sobre o que foi dito (a mensagem) e o porquê de ter sido dito (a constituição pessoal e as ideologias presentes no discurso). Esta etapa prevê a explicação argumentativa dos elementos que já tenham sido anteriormente descritos, de acordo com os objetivos previstos (Bardin, 1977).

Na verdade, as categorias encontradas farão parte de uma estrutura maior onde serão inseridos os materiais de descrição e interpretação. Esse processo serve para explicitar as relações entre as categorias e reuni-las por meio de um argumento aglutinador, compreendendo, discutindo e refletindo o que é dito e escrito, buscando costurar tais relações.

Essa construção e costura do texto, estabelecimento de relações e argumentação é um procedimento recursivo, onde são necessárias inúmeras releituras para construção de significados, coerências e compreensão do todo. A partir daquele conjunto de dados inicial, aparentemente fora de ordem, irão emergir novas compreensões, visões de mundo e combinações de unidades, que possibilitarão novas situações e entendimentos daquilo que é estudado (Bardin, 1977).

Para validar as inferências, ou seja, os aspectos que foram interpretados a partir do texto descrito, é necessário o diálogo com os teóricos, com outros autores conhecedores do tema. O referido diálogo é fundamental no momento da interpretação, pois é por meio desta “conversa silenciosa” que o pesquisador poderá chegar até as suas conclusões, apoiado em outros estudiosos do assunto.

CAPÍTULO III

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

“É preciso não esquecer nada: nem a torneira aberta, nem o fogo aceso, nem o sorriso para os infelizes, nem a oração de cada instante. É preciso não esquecer de ver a nova borboleta nem o céu de sempre. O que é preciso é esquecer a nossa rasto, a nossa nome, a som da nossa voz, o ritmo do nosso pulso. O que é preciso esquecer é o dia carregado de atos, a idéia de recompensa e de glória. O que é preciso é ser como se já não fássemos, vigiados pelos próprios olhos severos conosco, pois a resto não nos pertence.”

Cecília Meireles

Para realização da pesquisa, é necessário antes contextualizar aquilo que será objeto da investigação, buscando localizar o problema em um determinado espaço-tempo. Assim, neste capítulo a região estudada será caracterizada do ponto de vista social, econômico e ambiental, com uma descrição cronológica de fatos que marcaram historicamente o processo.

Em seguida, para posterior direcionamento do levantamento bibliográfico para os objetivos deste trabalho, serão abordados alguns antecedentes da trajetória da Educação Ambiental, principalmente sob um olhar crítico e dos eventos e encontros que serviram de propulsores da EA no Brasil e no mundo.

Posteriormente, será realizada uma compilação das principais leis brasileiras sobre UC, bem como sua relação com a EA enquanto instrumentos do processo de gestão ambiental.

Finalmente, será discutida a participação popular e o envolvimento da comunidade no processo de gestão ambiental, por meio do conceito de empoderamento e governança.

Breve histórico da região de estudo

A cidade do Rio Grande, a mais antiga do Estado, está localizada no litoral sul do Rio Grande do Sul (Figura 1) e apresenta uma riqueza ecológica marcante, por situar-se no encontro entre dois ecossistemas muito importantes biologicamente: o oceano e o estuário da Lagoa dos Patos. Este ecótono⁶ torna a “Noiva do Mar” uma cidade com características ambientais únicas, dona de belos cenários paisagísticos e atributos biológicos surpreendentes, principalmente sua biodiversidade.

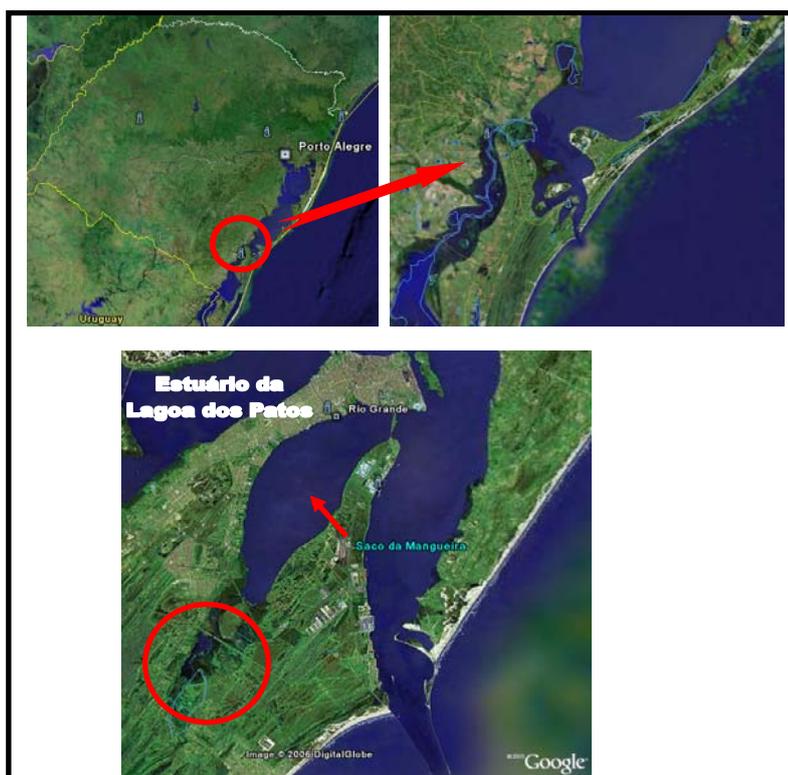


Figura 1. Localização da área de estudo. O círculo vermelho indica a APA da Lagoa Verde. (Imagem: extraída e modificada de *Google Earth*, 2006 <http://www.earth.google.com>).

O município apresenta características sociais predominantemente urbanas, tendo sua economia baseada principalmente nas atividades portuárias, na indústria, na pesca e no comércio e possui um vínculo muito grande da sua cultura e dos seus costumes ao Oceano, cenário fundamental na vida da população rio-grandina. Dentre os principais usos (Figura 2), destacamos a pesca, tendo espécies como a tainha, corvina, anchova e o camarão como as mais rentáveis e lucrativas para os pescadores

⁶ Ecótono é o nome que se dá ao habitat criado pela justaposição de habitats distintos; uma zona de transição entre dois tipos diferentes de habitat, neste caso, o continental e o oceânico (Ricklefs, 2003).

que dela dependem, sem deixar de mencionar também a pesca no estuário⁷ da Lagoa dos Patos; a aqüicultura, caracterizada pela criação em cativeiro de crustáceos, moluscos e peixes, primeiro em tanques e posteriormente em cercados no ambiente natural. O turismo, principalmente no Balneário Cassino, configura-se como um aspecto importante do ponto de vista econômico (dos Anjos, 1998).

A condição oferecida pela costa oceânica em Rio Grande fez com que as atividades portuárias fossem intensas e se afirmassem como uma fonte econômica importante para a região. Com a instalação do porto e de empresas em conseqüência da nova possibilidade de comércio criada, teve início o período de alterações da fisionomia rio-grandina para instalação dos equipamentos portuários e expansão urbana, com uma drástica modificação da paisagem, principalmente por meio de aterros e retirada de dunas.

O processo de industrialização de Rio Grande, que ocorreu principalmente entre 1920 e 1950 causou um grande fluxo migratório, ocasionando um inchaço populacional no centro urbano, após a década de 50, especialmente de uma população de baixa renda, constituída principalmente por operários que migraram em busca de oportunidades de emprego (dos Anjos, 1998).

Após um período de fechamento de empresas, ocorreu então uma diminuição do fluxo de migrações e um aumento do desemprego. A ocupação urbana começou a espalhar-se ao longo da RS 734, estrada que liga a cidade ao Balneário Cassino, exigindo o aterramento de terrenos e outras obras de infra-estrutura urbana, proporcionando um crescimento das áreas de pobreza e substituição gradual das áreas onde predominavam atividades rurais. Com a expansão urbana, seguiu-se a modificação de ecossistemas característicos, concretizando inúmeros impactos ambientais (Madureira, *et al apud* dos Anjos, 1998).

Desta forma, a partir da Avenida Itália até o Balneário Cassino, as ocupações humanas espalham-se de forma concentrada em lotes de baixa densidade ao longo da RS 734, entremeada por pequenos sítios onde ainda existem resquícios de mata nativa e ecossistemas originais, caracterizando um remanescente de paisagem rural. Os loteamentos implantados podem ser visualizados no mapa da área de estudo, em anexo a este trabalho (Anexo IV).

⁷ Estuário é definido como um corpo de água costeiro, semifechado, freqüentemente na foz de um rio, com uma alta alimentação de água doce e grande flutuação de salinidade (Ricklefs, 2003).



Figura 2. Duas atividades importantes do município do Rio Grande: Molhes da Barra da entrada do Porto e a pesca artesanal (Fotos: acervo Projeto Orla).

Rio Grande possui muitas lagoas, ilhas, dunas, arroios, matas de restinga, banhados e outros ecossistemas típicos de uma região litorânea e de um estuário. Por sua riqueza natural, apresenta inúmeras áreas possíveis para a preservação e a conservação (Figura 3).

As áreas de preservação são aquelas com expressiva significação ecológica que devem ficar livres de qualquer desenvolvimento e protegidas de degradação, enquanto que as áreas de conservação permitem desenvolvimento de atividades humanas compatíveis e bem controladas. Dentre as áreas de preservação incluiu-se a Lagoa Verde, o Saco do Boto, Tuna e Agulhas, as dunas fixas ou semifixas, as pradarias submersas e as matas nativas. Já nas áreas de conservação são enquadradas as ilhas, a praia, os sacos que margeiam o município, a Lagoa da Quinta e outras lagoas interiores e os arroios do Bolaxa, Vieira, Barrancas, das Cabeças, Martins e Senandes (Costa, 2003).

Como parte integrante desse variado cenário ambiental está a Lagoa Verde. Esta Lagoa pode ser observada da estrada RS 734, ligação da cidade ao Balneário Cassino. Com o Canal de São Simão, que a liga ao Saco da Mangueira, e ainda os Arroios Bolaxa – cujas nascentes localizam-se a aproximadamente 4 km da RS-734, na direção do Taim – e Senandes, forma um sistema ecológico muito importante, bastante característico da região.



Figura 3. Imagem das margens da Lagoa Verde, mostrando a beleza paisagística e a importância ecológica. Em 1 e 4, podemos ver a Lagoa ao fundo e o banhado, ecossistema característico da região; em 2, visualizamos um bebedouro para bovinos, exemplificando um dos conflitos existentes na área. Em 3, a orquídea *Cattleya intermedia*, espécie ameaçada de extinção encontrada em uma *Erythrina crista-galli* (espécie considerada imune ao corte pela Lei Estadual nº. 9.519/92). (Fotos: Greici Maia Behling)

O sistema de arroios leva água doce rica em nutrientes até a Lagoa Verde e ao Saco da Mangueira, importante enseada estuarina do município, de grande produtividade e importância para a pesca da região, mas que recebe uma enorme quantidade de esgoto doméstico sem tratamento proveniente dos aglomerados residenciais existentes nas suas margens (Costa, *op. cit.* Figura 4).

Esse sistema foi transformado em uma Unidade de Conservação, a APA da Lagoa Verde, pioneira no município e a última área característica de um ecossistema na zona urbana de Rio Grande, que passou por um longo e penoso processo de criação, tendo sido escolhida pela sua riqueza de inter-relações e conflitos como tema central deste estudo (Figura 4).



Figura 4. Imagens aéreas da área de estudo, destacando sua proximidade com a zona urbana do município, conforme é possível visualizar, a seta vermelha indica a localização da área de estudo e as setas pretas indicam as aglomerações urbanas visíveis nas margens do Saco da Mangueira (1) e nas margens da Lagoa Verde (2). (Fotos: Acervo Projeto Orla)

Trajetória de uma Educação Ambiental Crítica

Antes de iniciar a reflexão sobre a relação entre Educação Ambiental e Unidades de Conservação, é necessário contextualizar a trajetória da EA e os princípios balizadores de sua construção até os dias de hoje. Para realizar tal reflexão e trazer os antecedentes sobre essa questão, optou-se por admitir um olhar a partir da Teoria Crítica, com o apoio teórico de Loureiro (2003, 2004, 2005), Dias (2004) e Carvalho (2004).

A questão ambiental é, antes de tudo, uma questão social, pois não é possível desvincular ações da sociedade humana, positivas ou negativas, do ambiente em que, historicamente, foram construídos modos de organização social baseados na relação entre sociedade e natureza. Os conflitos ambientais e a problemática ambiental atual apresentam como causa direta o modelo de desenvolvimento econômico adotado pela sociedade atual, que apresenta como consequência: crescimento populacional desordenado, geração de exclusão social e de elevados níveis de pobreza, uso indiscriminado e irresponsável de recursos naturais.

Esse mesmo modelo de desenvolvimento de busca pelo poder econômico acompanha a história e a cultura da humanidade e causa a apropriação desigual dos recursos, relacionando-se diretamente à degradação das condições de vida humana e do meio “natural”. Assim, uma parcela pequena da população possui os recursos e apresenta como objetivo principal o aumento incessante de seus lucros (crescimento econômico), sem levar em consideração quais e de que maneira as comunidades, os recursos naturais e os valores humanos estão sendo atingidos (Dias, 2004).

Consequentemente, nossa sociedade atingiu um patamar no qual é necessário questionar quais são os limites deste modelo econômico e quais as melhores alternativas para enfrentar a crise evidenciada atualmente. Tal questionamento passa por uma superação da idéia de que “viver bem” é sinônimo de acumulação de bens materiais e consumo, o que contribui cada vez mais para o aumento da exclusão social e a degradação do Meio Ambiente.

Aliadas à degradação do Meio Ambiente enquanto recurso essencial à manutenção da vida e à qualidade de vida humana, há conseqüências que podem variar da deterioração da paisagem ou beleza cênica de uma região, gerando danos econômicos por comprometer grandes atrativos para o turismo até a perda da biodiversidade de espécies essenciais na manutenção do equilíbrio das complexas relações ecológicas existentes.

A sociedade não paga o valor monetário equivalente ao custo que a natureza teve para produzir o recurso natural. O dono de uma área de onde um determinado recurso é captado não repassa nada à natureza. Afora os custos de extração, o restante é lucro direto para o produtor, pois não houve pagamento pelo preço de produção pela natureza (Pollette, 2001).

A crise anteriormente referida pode ser desenhada como uma crise de valores e de percepção, já que a preocupação de uma grande parte da humanidade concentra-se no crescimento contínuo do poder econômico em curto prazo, enquanto milhões de seres humanos vivem outras realidades, de decadência e desrespeito social.

Fala-se muito sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, que une o desenvolvimento econômico, a tecnologia, a produtividade a um Meio Ambiente saudável, para que os seres humanos que venham a habitar este planeta ainda tenham acesso aos recursos naturais existentes atualmente.

Segundo Loureiro (2003),

O termo Desenvolvimento Sustentável implica em admitir a possibilidade de utilizarmos os recursos naturais para fins sociais, de modo a garantir as necessidades das gerações atuais, sem prejudicar as necessidades das gerações futuras, tendo, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), por princípios: integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir a equidade e a justiça social; buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural e manter a integridade ecológica.

Mas esta definição acaba por ser encarada pelo seu caráter utilitarista de conservação dos recursos (guardar para poder utilizar depois) e não pela preocupação com a manutenção da vida e direito da existência de todos os seres vivos, bem como dos recursos não renováveis como patrimônio coletivo (Carvalho, 2004). A sustentabilidade acaba por ser banalizada, servindo mais como um adjetivo utilizado pelos capitalistas na tentativa de mascarar danos que continuam existindo.

Considerando essa visão utilitarista, é imprescindível buscar a transformação das relações atuais entre sociedade e natureza, e também uma nova base civilizacional para esta sociedade de desigualdades, pois, como podem os indivíduos se preocupar com as questões ambientais sem, muitas vezes, possuir condições dignas para sua sobrevivência? Para conceber a sustentabilidade é preciso também promover a justiça ambiental, ou seja, a responsabilidade de todos na preservação dos bens ambientais e a garantia de seu caráter coletivo. O conceito de justiça ambiental deve referir-se não apenas à distribuição desigual dos riscos ambientais e do acesso aos recursos naturais como base material da vida, mas à distribuição desigual das possibilidades de uso das condições naturais para outros fins não diretamente “produtivos”, tais como o desenvolvimento de práticas de lazer e culturais (Carvalho, 2004).

A transformação da realidade está relacionada à superação da visão dicotômica, reducionista e fragmentada das esferas sociais, como se cada parte componente da sociedade funcionasse de forma isolada e aquela, por sua vez, estivesse desconectada da natureza. É inadmissível gestionar uma realidade complexa e sistêmica, como a realidade na qual se inserem as relações ambientais⁸, a partir de uma visão reducionista.

⁸ Fala-se em relações *ambientais*, sem destacar as esferas que a incluem (social, econômica, natural), pois todas as relações que ocorrem nos ambientes podem ser consideradas ambientais, não existindo, portanto, relações sociais ou econômicas que ocorram fora da esfera ambiental.

O questionamento e a consciência sobre o suposto “divórcio” entre as relações sociais e o meio “natural” permitem-nos repensar o conceito de desenvolvimento buscando reintegrar o social e o “natural”, este último considerado uma fonte inesgotável a ser explorada, a serviço do lucro, cuja preservação é uma barreira ao desenvolvimento econômico e demais atividades sociais no contexto capitalista (Loureiro, 2003).

Os ecossistemas “naturais” não devem ser vistos como ilhas isoladas, onde não devam existir seres humanos e suas relações culturais, porque as relações entre cultura e natureza são intrínsecas. Quando se contraria essa afirmação, acaba-se por concordar com o divórcio entre o humano e o “natural”, com a visão dicotômica dessa relação, tão questionada e criticada pela Educação Ambiental.

A superação da visão fragmentada das esferas sociais também pode ser estendida às relações com o Meio Ambiente “natural”. O ser humano precisa se reposicionar no mundo, reconhecer o direito à existência não utilitarista do ambiente e perceber-se como parte integrante deste, contrariando a visão naturalizada, decorrente das relações culturais por ele desenvolvidas com e no ambiente e que o fizeram parecer parte não integrante da natureza, mas externa e desconectada dela.

Segundo Carvalho, 2004, parte dessa visão naturalizada origina-se da visão de mundo de uma natureza selvagem, que precisava ser dominada, pensamento-base do modelo civilizatório da sociedade humana a partir do século XV, construindo-se, historicamente, de uma representação do mundo natural como algo desagradável, feio, rústico e perigoso. A natureza era classificada somente pela sua utilidade em suprir necessidades humanas imediatas. Para ser considerada bela, a natureza deveria estar “organizada”, de acordo com os padrões humanos (por exemplo, sem ervas daninhas, a terra arada, vegetais plantados em linhas, etc.).

Esse conceito se estendeu até o século XVIII, quando uma nova perspectiva começou a ser encarada pela população, de uma natureza boa e bela, originada principalmente pela crise de deterioração ambiental e exploração da força de trabalho instalada após a Revolução Industrial (que veio a se tornar a base do modelo de desenvolvimento atual). Esse período foi marcado por uma crescente valorização da natureza selvagem, sendo considerado um marco das raízes do ambientalismo contemporâneo (Carvalho, 2004).

Embora essa última visão da natureza tenha sido importante, a idéia do natural como algo a ser explorado perdura até os dias de hoje, a serviço do

desenvolvimento econômico, com o ser humano agindo como senhor do planeta e de outros seres vivos, incluindo outros seres humanos. Logo, a exploração do Meio Ambiente desrespeita os processos naturais e a capacidade de resiliência⁹ dos ecossistemas, pois o “progresso” não considera até quando uma determinada região irá suportar o uso indiscriminado de seus recursos e muitos ecossistemas não conseguem se recuperar dos impactos antrópicos causados.

No entanto, mesmo marcados pelas experiências históricas que constituíram a sociedade culturalmente, os seres humanos podem inventar novas maneiras de se relacionar com o mundo, dialogando com tais experiências históricas, baseados em uma relação dialética, onde os indivíduos se transformam mutuamente e assim transformam a sociedade (Loureiro, 2003).

Deste modo, as interações com o Meio Ambiente passam a ser encaradas como inter-relação, já que o ambiente é o cenário onde ocorre nossa evolução enquanto indivíduos culturais, permanentemente transformadores dessa natureza em cultura, abrindo assim, o caminho para a transformação da realidade.

A partir do despertar da idéia de que os seres humanos são a origem e também a solução dos problemas sociais e ambientais do mundo, causada por uma crescente preocupação humana com a degradação do Meio Ambiente, surge o conceito de Educação Ambiental em meados da década de 60. Esse conceito começa a tomar forma na década de 70, como um dos desdobramentos das discussões ocorridas na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, na qual se percebeu a necessidade de se inserir a discussão sobre a questão ambiental no meio educativo (UNESCO, 1976).

Posteriormente, inúmeros eventos internacionais ocorreram, tais como a Conferência de Belgrado, na Iugoslávia, em 1975, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Geórgia, CEI (ex-URSS) no ano de 1977, o Seminário sobre EA, na Costa Rica em 1979, o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, em Moscou, no ano de 1987 e o Seminário Latino-Americano de EA, na Argentina, em 1988, configurando a EA no cenário internacional (Dias, 2004).

⁹ *Resiliência* é um conceito oriundo da física, relacionado à capacidade dos materiais em voltar ao seu estado original após uma alteração estrutural; em Ecologia, pode ser definida como a capacidade de suporte de um ecossistema, definida por Ricklefs (2004.) como “o número de indivíduos de uma população que os recursos de um habitat pode sustentar”. O mesmo conceito também é utilizado pelas Ciências Humanas (Urie Bronfenbrenner) como a capacidade de um indivíduo de superar situações de sofrimento.

No Brasil, esse conceito surgiu em 1988, na Constituição Federal, e culminou com a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), em 1994, em convênio entre o Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente. O PRONEA é um documento relevante, pois apresenta a intenção de consolidar a Educação Ambiental como uma política pública. Além disso, foi o primeiro Programa de Educação Ambiental Nacional criado, o que demonstrou um reconhecimento de sua importância, pelo Governo Federal.

A Lei 9.795/99, publicada em 1999, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, definindo-a como

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA - Lei 9.795/99).

A Lei ainda reforça o caráter essencial e permanente da EA como componente da educação nacional, seja em um ambiente formal ou não-formal de ensino. Em seu artigo 3º, a PNEA incumbe o Poder Público em engajar a sociedade na responsabilidade sobre a conservação, preservação e melhoria do Meio Ambiente e ainda definir políticas públicas para tal. Responsabiliza também a mídia em divulgar informações relacionadas à temática Meio Ambiente, incorporando-a em sua programação e diz que cabe

... à sociedade, como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Como objetivos da EA, destacam-se “a compreensão integrada do Meio Ambiente em suas múltiplas e complexas relações” e “o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do Meio Ambiente (...) e à cooperação entre as diversas regiões do País (...) com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada (...)”. Tais objetivos vão ao encontro do ideal de transformação da sociedade, por meio do conhecimento e reflexão sobre a realidade em que o ser humano vive.

Surge, então, uma EA crítica, com seu foco orientado para as relações estabelecidas entre os seres humanos e a natureza. A partir da aceitação do caráter indissociável das relações humanas com o Meio Ambiente, desenha-se uma nova ética, contrária ao utilitarismo e reformismo superficial das relações sociais e de

poder, da produção de benefícios imediatos. Essa perspectiva, que aceita o ser humano como um componente da teia de relações da vida e do ambiente, infelizmente é vista como o entrave ao crescimento econômico e ao progresso (Loureiro, 2003).

Essa tendência crítica contraria também um processo educativo que não contemple e problematize os aspectos políticos e as dimensões naturais e sociais, baseados na demasiada valorização da tecnologia e da ciência e de um “treinamento” politicamente (e ecologicamente) correto, enfatizando o comportamento moral.

Há então uma oportunidade para a Educação Ambiental em problematizar as visões existentes sobre a relação ser humano e ambiente. Com isso, a Educação Ambiental crítica ultrapassa um caráter meramente informativo e delinea-se como uma ação educativa permanente e contínua, por meio da qual as diferentes comunidades e grupos sociais são sensibilizados para que se conscientizem de suas realidades locais e global e, principalmente, sobre os tipos de relações estabelecidas entre os seres humanos e os seus ambientes e como tais relações ocorrem, para que percebam os problemas advindos dessas interações e suas causas.

Portanto, a EA crítica busca a transformação da sociedade a partir da percepção dos seres humanos sobre sua realidade, refletindo acerca dela, conhecendo seus aspectos positivos e negativos, superando-os e modificando-os, atingindo uma mudança de comportamento, valores e atitudes que irão contribuir para a construção da nova realidade. Este é o chamado “processo emancipatório”, que possibilita o diálogo político e a garantia de publicidade das questões ambientais, valorizando a democracia, o conhecimento popular e tradicional, a cultura e as peculiaridades regionais (Loureiro, 2004).

Considerando a perspectiva, podemos caracterizar a EA como práxis que busca construir valores e atitudes para modificar as relações humanas, destacando a responsabilidade e cidadania consciente dentro do espaço coletivo. Podemos concluir, dessa forma, que a EA é um instrumento na definição de estratégias de sensibilização e despertar de consciências críticas e atuantes, individuais e coletivas, das relações entre a sociedade e o ambiente em que está inserida, como componente fundamental (Loureiro, 2005).

Legislação e Educação Ambiental como instrumentos de Gestão Ambiental

Partindo do pressuposto que a Educação Ambiental é instrumento de mobilização e transformação social, e não meramente de treinamento informativo e moral, enquanto mediadora de transformações na realidade, ela apresenta um papel fundamental nos mecanismos de Gestão Ambiental. Entretanto, apenas a EA não consegue suprir a demanda para modificar e despertar valores nos indivíduos. A criação de medidas que norteiem ações e práticas humanas de apropriação dos recursos, buscando uma “preservação” ou “conservação” é, portanto, uma das formas de evitar a degradação.

Tais medidas são as Leis Ambientais, concebidas como forma de auxiliar na preservação do Meio Ambiente. Podemos dizer que as leis são constituídas visando o bem comum e representando o direito dos cidadãos, configurando-se como um instrumento de participação comunitária ou, ao menos, é assim que deveria ser.

Muitas leis ambientais foram sendo criadas para proteger o Meio Ambiente, visando também detalhar o conhecido artigo 225 da Constituição Federal, que destaca:

Todos têm o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Um dos primeiros instrumentos legais de proteção ao Meio Ambiente criado no Brasil data de 1934, quando, por meio do decreto nº. 23.793, o Código Florestal de 1931 foi transformado em Lei. Neste ano, foi criada também a primeira UC Brasileira: o Parque Nacional do Itatiaia. Em 1939, foi criado o Parque Nacional do Iguaçu (Dias, 2004). Estes dois parques marcaram o início do histórico de UC no Brasil.

Outras normas, criadas há bastante tempo e que são utilizadas até hoje no País são: a Lei nº. 5.197, de Proteção à Fauna, datando de 3 de janeiro de 1967 e o Novo Código Florestal, instituído pela lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que dispõe sobre a proteção de vegetação ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais; nas nascentes, no topo de morros, nas encostas, nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, etc., definindo áreas hoje conhecidas como Áreas de Preservação Permanente (APP). A supressão parcial ou total da vegetação em áreas

de preservação permanente (APP) é proibida, não sendo também permitido o plantio de espécies exóticas nessas áreas e em UC.

Atualmente, dentre as inúmeras leis existentes no Brasil – nosso país possui uma Legislação Ambiental considerada bastante avançada (Dias, 2004) – destacamos a Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981, precursora e/ou geradora da maior parte do que atualmente compõe o sistema brasileiro de gestão ambiental. Esta lei dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. A PNMA também destaca, embora brevemente, a importância da EA formal, não formal e informal na capacitação da população para defesa ativa do meio ambiente.

Já em 1985, com a criação do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) iniciou-se a publicação de resoluções para regulamentação de questões específicas, as quais não são abrangidas pela legislação existente ou precisam ser melhor especificadas. Frequentemente são publicadas novas resoluções ou atualizações daquelas existentes.

Inúmeras outras leis, portarias e decretos foram criados pela Federação, pelos Estados e pelos Municípios, visando à proteção e regulamentação do uso do patrimônio natural nos anos seguintes, com destaque especial à Lei de Crimes Ambientais (Lei nº. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998) e a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e sobre a qual já se discutiu anteriormente.

No Brasil, os quase oito mil quilômetros de litoral, definidos pela Constituição como Patrimônio Nacional, há muito tempo são palco de inúmeros conflitos de uso, onde em vários locais a paisagem é completamente descaracterizada e os impactos antrópicos, tanto ecológicos quanto paisagísticos, são drásticos. Grande parte desses impactos é causada nos grandes centros urbanos, onde está a maior concentração de zonas portuárias, industriais e loteamentos urbanos (Marroni, & Asmus, 2003).

Os referidos ecossistemas, constituintes da zona costeira, nos quais as populações humanas estão inseridas, são ricos em suas inter-relações com subsistemas e regiões de bacias hidrográficas, com padrões próprios de precipitação, temperatura e características topográficas e geológicas, que os tornam bastante peculiares do ponto de vista ecológico, abundantes em espécies de importância ecológica e econômica para atividades comuns na região, como a pesca (Ricklefs, 2003). Essa explicação exemplifica a intrincada teia de relações existentes no Meio

Ambiente que a EA enxerga como inter-relação, permeadas pela cultura humana que transforma esses ecossistemas naturais, tornando-se, portanto, parte destes.

Justamente nesses ambientes, existem ecossistemas suscetíveis à urbanização e é necessário aceitar que, por se tratar de ambientes ecologicamente frágeis, tendem a desaparecer quando fragmentados e afetados. Visando o manejo dessas áreas costeiras, destaca-se outro Plano Federal importante neste contexto: o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. O PNGC II é definido por Marroni & Asmus (2003) como um “modo de fazer”, com ações e instrumentos que visam minimizar problemas e conflitos existentes na costa brasileira.

Essencialmente, o PNGC foi desenvolvido a partir da necessidade de planejamento da zona costeira no país, onde se concentra a maior parte da população brasileira e também as principais atividades econômicas, na tentativa de orientar à utilização racional de seus recursos, assegurando tanto a qualidade de vida da população quanto a proteção dos ecossistemas existentes. No entanto, esses planos, em especial o PNGC, apresentam uma generalização das metas estabelecidas, com pouca atenção às peculiaridades locais.

Outra Lei Federal, de grande importância para este estudo, é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação– SNUC – instituído pela Lei nº. 9.985, de 18 de Julho de 2000, que também chama a atenção para a utilização da EA enquanto instrumento para “melhorar a relação” entre as UC e a população residente. O SNUC divide as Unidades de Conservação em duas categorias, de acordo com características específicas:

1) Unidades de Proteção Integral, subdivididas em Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre;

2) Unidades de Uso Sustentável, subdivididas em I - Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Essas unidades apresentam também objetivos distintos. Enquanto as Unidades de Proteção Integral têm como princípio básico preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, as Unidades de Uso Sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. (Brasil, 2000). São proibidas, nas Unidades de Conservação,

quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

A maior parte do grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas nos limites podem ser desapropriadas. A visitação normalmente é controlada e, juntamente com a pesquisa científica, depende da autorização da administração da Unidade e das diretrizes, definidas no Plano de Manejo. As Unidades de Proteção Integral são compostas pelas seguintes categorias de Unidades de Conservação: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

O grupo das Unidades de Uso Sustentável, diferentemente do grupo anterior, pode ser formado tanto por áreas públicas ou privadas e, da mesma forma, a visitação pública e a pesquisa científica dependem de autorização. Além disso, é necessário que sejam criados Conselhos Deliberativos que definam os rumos a serem tomados nas unidades. Este grupo é composto pelas seguintes categorias de Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental¹⁰ (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Percebe-se claramente que, de acordo com os objetivos de cada UC, a APA é uma categoria pouco restritiva do ponto de vista da permanência humana. Em geral, as APA são criadas com o intuito de proteger uma área central, pertencente a uma categoria mais restritiva sendo, portanto, uma zona tampão. No caso da APA da Lagoa Verde não é o que ocorre, pois não há uma zona tampão para proteger a APA. Ela própria é a zona tampão e não existe outra UC que ela proteja.

A resolução do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) n.º 10, de 14 de dezembro de 1988, em seu artigo 2º, dispõe que as APA sempre terão um

¹⁰ As APA são áreas, em geral, extensas, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A legislação vigente também estabelece que tais áreas deverão dispor de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente (SNUC, 2000).

Zoneamento Ecológico Econômico¹¹ (ZEE), que estabelece normas de uso de acordo com as peculiaridades do local em questão. Zoneamento é a definição de setores ou zonas em uma UC com objetivos de manejo e normas específicas, com o objetivo de proporcionar os meios e as condições para que todos os propósitos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz. Neste aspecto a EA pode contribuir de forma a integrar a população do entorno aos objetivos da UC.

As Áreas de Proteção Ambiental são as únicas Unidades de Conservação no Brasil cuja implantação se dá por meio de ZEE, sendo que para as demais são elaborados Planos de Manejo (Cabral & Souza, 2005). Cabe salientar que a Resolução CONAMA nº. 10 define que as APA deverão ter zona de vida silvestre, onde a utilização daquele ecossistema será regulada para que as espécies silvestres residentes e visitantes possam desenvolver-se de maneira segura. Da mesma forma, devem existir zonas de uso agropecuário, onde será permitida a criação de animais e agricultura. E, por fim, não são permitidas, nas APA, atividades de terraplanagem, mineração, desmatamento, dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do Meio Ambiente e/ou perigo para as pessoas ou para a biota.

No contexto estadual, a Lei Nº. 11.520, de 04 de agosto de 2000 – institui o Código Estadual do Meio Ambiente – em seu artigo 14, restringe determinados regimes de utilização segundo os atributos e capacidade suporte do ambiente. Já o artigo 49 proíbe qualquer atividade ou empreendimento, público ou privado, que danifique ou altere direta ou indiretamente a flora, a fauna, a paisagem natural, os valores culturais e os ecossistemas, salvo aquelas definidas para cada categoria de manejo.

A Lei Estadual nº. 9.519/92, que institui o Código Florestal Estadual, definem as florestas nativas e demais formações vegetais como bens de interesse comum aos habitantes do Estado. Tal política florestal possui a intenção de racionalizar o uso de recursos florestais, compatibilizando o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

Como parte integrante da Política Florestal Estadual está o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), de forma a proteger comunidades biológicas representativas dos ecossistemas naturais existentes. A política também prevê o

¹¹ Zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (SNUC).

estabelecimento de um programa de Educação Ambiental formal e informal para formar a consciência ecológica da população e outras ações de conservação da biodiversidade. A EA, desta forma, também se torna um instrumento da Política Florestal Estadual. No caso das UC estaduais, é de responsabilidade do Estado a implantação e o apoio a projetos visando à conservação ambiental.

O Decreto Estadual Nº. 34.256/1992 cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC. Diferentemente da Legislação Federal, o SEUC divide as UC em três grupos, de acordo com suas características:

I - Unidades de Proteção Integral: reserva biológica, estação ecológica, parque estadual, parque natural municipal, monumento natural e refúgio de vida silvestre.

II - Unidades de Conservação Provisórias: reservas de recursos naturais ou reservas florestais.

III - Unidades de Manejo Sustentável: reserva de fauna, área de proteção ambiental, floresta estadual, floresta municipal e reserva extrativista, horto florestal e jardim botânico.

O Estado é responsável, por meio deste decreto, por incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa nas UC, visando aumentar o conhecimento sobre a fauna, a flora, a ecologia e a dinâmica das populações nelas existentes, bem como a elaboração e atualização dos Planos de Manejo e também deve incentivar atividades de Educação Ambiental em todas as categorias das UC.

Também não é permitido que as UC sejam doadas ou cedidas para cidadãos ou empresas, bem como para qualquer empreendimento que possa gerar danos ao ecossistema existente na UC. O decreto estadual nº. 38.814, de 26 de agosto de 1998, que regulamenta o SEUC, diz o seguinte:

Art. 11 – as UC públicas, estaduais e municipais, integrantes do SEUC são consideradas patrimônio público inalienável, sendo proibida sua concessão ou cedência, bem como qualquer atividade ou empreendimento público ou privado que provoque dano ao ecossistema protegido.

Na esfera municipal, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Município do Rio Grande¹² possui uma seção específica para tratar de áreas de

¹² O Plano Diretor é considerado o principal Lei de Planejamento Urbano de um município. O PDDI do município de Rio Grande (LEI MUNICIPAL Nº 4.116, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1986) foi elaborado na década de 80 e passou por uma revisão nos anos de 2005 e 2006, devido a uma exigência

interesse ambiental, considerando que “Áreas de Interesse Ambiental são os espaços físicos que, pelas suas características, devem ter suas ocupações reguladas, no sentido de conservar o patrimônio ambiental do Município” (artigo 43). São elas: áreas de Proteção ao Ambiente Natural e áreas de Interesse Paisagístico e Cultural.

O PDDI define os limites e garante a supremacia dos elementos naturais sobre os demais elementos, buscando a conservação das condições naturais para a manutenção e equilíbrio dos ecossistemas. As áreas de proteção ao ambiente natural são aquelas que, pelas suas características físicas, geológicas, hidrológicas, botânicas e climatológicas formam um ecossistema de importância no meio ambiente natural, classificadas como Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Conservação.

As Áreas de Preservação Permanente definidas pelo município, além daquelas instituídas legalmente por legislação Estadual e Federal, estão localizadas ao longo das margens do Saco da Mangueira, da Lagoa Saco do Martins, Lagoa da Quinta, da Lagoa Mirim, do Saco do Justino, Saco do Arraial e as margens das ilhas. Também se enquadram nessa categoria a Lagoa Verde e as áreas que se localizam ao longo das suas margens, o Arroio Bolaxa, Arroio Senandes e Canal de São Simão, bem como suas respectivas margens e, por fim, as áreas ao longo das margens do Arroios Martins, Vieira, das Barrancas e das Cabeças, ao longo do Canal Adutor da CORSAN e a Estação Ecológica do Taim, conforme definido no PDDI:

ARTIGO 50 - São Áreas de Preservação Permanente, as áreas que não estejam prejudicadas em seus atributos e funções essenciais e poderão receber apenas o manejo indispensável para a recuperação do equilíbrio e de sua perpetuação.

PARÁGRAFO 1º - Além das áreas instituídas legalmente, na forma da legislação Estadual e Federal vigente, são consideradas pelo Município como de preservação permanente, as seguintes áreas:

1 - As áreas que se localizam ao longo das margens do Saco da Mangueira, da Lagoa Saco do Martins, Lagoa da Quinta, da Lagoa Mirim, do Saco do Justino e Saco do Arraial, as margens das ilhas, correspondendo a uma faixa limitada pela cota altimétrica de + 1,00 m (um metro), (referida ao Sistema Oficial de Referência de Nível adotado pelo Município) e com a largura mínima de 150,00 m (cento e cinquenta metros), conforme plantas anexas.

2 - A Lagoa Verde e as áreas que se localizam ao longo das margens, correspondendo a uma faixa com a largura mínima de 200,00 m (duzentos metros);

3 - O Arroio Bolaxa, Arroio Senandes e o arroio meandrante entre a Lagoa Verde e Saco da Mangueira e as áreas que se localizam ao

longo de suas margens, correspondendo a uma faixa com a largura mínima de 100,00 m (cem metros);

4 - As áreas que se localizam ao longo das margens do Arroio Martins, Vieira, das Barrancas e das Cabeças, correspondendo a uma faixa com largura mínima de 50(cinqüenta) metros.

5 - As áreas que se localizam ao longo do Canal Adutor da CORSAN, correspondendo a uma faixa com largura mínima de 50(cinqüenta) metros, nas duas laterais;

6 - A Estação Ecológica do Taim.

PARÁGRAFO 2º - Os ambientes descritos a alíneas 2 e 3 deste artigo compõem a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde.

O Plano Diretor também prevê a APA da Lagoa Verde e a “Participação comunitária no processo de planejamento”, e pode ser considerado de grande relevância, pois define o que pode ou não ser feito na Unidade de Conservação enquanto o Zoneamento Ecológico Econômico não é estabelecido.

Do ponto de vista da gestão, a tomada de decisões configura-se como um processo participativo, pois deve ser uma atuação conjunta entre equipe técnica e sociedade, através da estruturação de colegiados municipais. Isso porque o gerenciamento em zonas costeiras requer aproximação contínua e participativa com a comunidade e construção do comprometimento com o Meio Ambiente aliado a ações estratégicas e programáticas, articuladas e localizadas, elaboradas com a participação da sociedade para execução do processo de gerenciamento, nas diferentes esferas de governo.

Uma grande questão para reflexão é se esses mecanismos de planejamento, dos quais tanto a Legislação Ambiental quanto a EA participam como instrumentos de transformação, aproximam os problemas sociais dos ambientais ou os distanciam ainda mais, omitindo ou mascarando as recíprocas influências da exploração econômica e da concentração de renda, com a injustiça social, a degradação ambiental e o valor e sentido dado à natureza (Loureiro, 2005).

Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação por meio da Gestão Participativa

Manejo de Unidades de Conservação

Uma UC é, segundo o SNUC (Brasil, 2000), o

... espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Assim, as UC são dirigidas à proteção de ecossistemas relevantes, de espécies cuja população esteja ameaçada e da diversidade biológica, bem como de seu uso sustentável e manutenção dos recursos naturais. A estabilidade das comunidades biológicas na UC é determinada pelas condições impostas pelos seres humanos, dentro de limites geográficos e normas de gestão.

Erroneamente, é comum que se criem UC para proteger espécies ditas “carismáticas” (por exemplo, o Mico Leão Dourado). Porém, esta não é uma estratégia adequada e não impede esses indivíduos de chegar à extinção. Isso porque, quando se opta por determinar uma área como protegida, as populações já estão ameaçadas pela perda de habitat, devido à degradação, fragmentação ou exploração excessiva. E os indivíduos fora das UC permanecem desprotegidos e em risco.

Apenas recentemente se percebeu tal enfoque como não efetivo para a preservação, pois nenhuma espécie pode ser conservada independentemente do seu ambiente. A tendência atual é criar UC que contemplem áreas maiores, com habitats diversificados, com corredores ecológicos e integração social (Primack & Rodrigues, 2001).

O ato de preservar a natureza pode ser definido como

O manejo do uso humano do ambiente, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (*op. cit.*).

O manejo é definido pela lei nº. 9.985 (Brasil, 2000) como todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas; já uso sustentável é definido como exploração do ambiente de maneira

a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

Criar e implementar as UC é uma das estratégias mais importantes de preservação, embora bastante controversa, pois a definição do espaço territorial e a lei não são suficientes para a proteção do ambiente. Para proteger uma área, é necessário antes um comprometimento em proteger a biodiversidade local e a função do ecossistema, com a preocupação de garantir a sustentabilidade em longo prazo.

A forma mais comum de criação de uma UC é a ação governamental, por meio de Leis ou Decretos. A criação de UC também pode ser motivada pela ação de ONG ou proprietários de terra que apresentam interesse em preservar uma parte de sua propriedade e de populações tradicionais preocupadas em manter a sustentabilidade de seus costumes e sua qualidade de vida.

Após determinação do local, é preciso que se tomem decisões com relação às atividades que poderão ser desenvolvidas na área em questão. Existe a classificação dada pelo IUCN (The World Conservation Union), que divide as UC em Parques Naturais, Monumentos Naturais, Santuários e Reservas Naturais, Reservas de recursos, Áreas naturais bióticas e Reservas antropológicas, Áreas de manejo de uso múltiplo e Áreas de Proteção Ambiental. No entanto, é mais apropriado que a classificação da UC a ser criada siga o SNUC, cujas categorias já foram apresentadas anteriormente. De qualquer forma, a classificação das UC se dará de acordo com os objetivos que se pretende para as mesmas.

Em todo o mundo, estima-se que exista um total de 8.619 áreas protegidas, somando um total de 7.922.660 km². Isso corresponde a somente 3,5% da superfície da Terra não submersa. Em países como a Alemanha, Áustria e Reino Unido, mais de 18% das superfícies são protegidas. Já na Grécia, Rússia e Turquia, esse número atinge pouco mais de 1%. Presume-se que, no Brasil, esse número atinja 8,3%. O maior parque do mundo está na Groenlândia e possui 700.000 km². No Brasil, o maior parque é o Parque Nacional do Jaú, no estado do Amazonas, com 22.720 km² (Dourojeanni, 2001).

Segundo Primack & Rodrigues (2001), as áreas protegidas nunca ultrapassarão uma pequena superfície da Terra, devido às necessidades humanas de recursos naturais. As terras designadas para áreas de proteção vêm decaindo desde 1975, provavelmente porque venham sendo designadas para outras finalidades.

Embora pareçam pouco efetivas, por seu tamanho proporcionalmente pequeno para a conservação de espécies e de ecossistemas, o que realmente importa é diversidade de espécies protegidas em uma rede ou mosaico de ecossistemas preservados. Áreas bem selecionadas podem ser responsáveis pela manutenção da população de espécies viáveis em longo prazo e não afetam grandes extensões territoriais, causa de muitos conflitos com populações residentes e interesses políticos e econômicos, por exemplo.

Alguns fatores são fundamentais no manejo de UC, como o tamanho da reserva e número de espécies que ela abriga, bem como a manutenção das características adequadas de manejo dependendo do ecossistema em questão, pois existe uma metodologia correta para cada situação de manejo. Inúmeros fatores ecológicos são pertinentes e precisam ser considerados, no entanto, não serão aprofundados nesta oportunidade, tendo em vista que este não é o foco do presente trabalho.

O instrumento que permite a gestão das UC é chamado Plano de Manejo. Ele é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas fiscais necessárias à gestão da unidade.

A primeira prática de planejamento de UC teve início na América do Norte, com a criação do *Yellowstone National Park* em 1872 e, mais tarde, também na Europa. Na América Latina, o primeiro Plano de Manejo foi o do Parque Nacional de Canaima, na Venezuela, em 1962. Esta prática percorreu a América Latina até que, em 1976, foi feito o primeiro Plano de Manejo brasileiro, ainda pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), para o Parque Nacional de Brasília (Dourojeanni, 2001).

A discussão central na criação de UC é aliar a sustentabilidade dos recursos e dos ecossistemas à sustentabilidade econômica das populações tradicionais e moradores locais, gerando o menor número possível de conflitos de uso, considerado como a forma mais adequada de manejo. Não há uma “receita de bolo” pronta para atingir esse nível adequado de manejo de UC. Cada Plano deve estar relacionado aos objetivos de manejo e à realidade local e, principalmente, é fundamental a participação da comunidade (Primack & Rodrigues, 2001).

Cada UC precisa ser considerada em seu universo peculiar, pois os espaços são particulares e apresentam características específicas, principalmente quando se fala em gestão, já que cada grupo humano relacionado ao ambiente também possui particularidades. Essa territorialidade, onde ocorre ação localizada dos atores sociais envolvidos, quer seja pelos processos de comunicação, de educação ou pela apropriação do patrimônio natural é o cenário de geração de conflitos ambientais.

É nesse contexto particular que se dão as ações educativas mais coerentes, pois ocorrem na própria realidade dos envolvidos, facilitando sua reflexão, compreensão e transformação social. Conforme Loureiro (2003)

A territorialidade, enquanto síntese integradora entre o natural e o humano, localizada histórica e espacialmente, é fundamental para a ação educativa, pois permite a compreensão e a transformação de relações sociais que são exercidas a partir de um determinado modo de produção e organização estabelecido em um espaço definido.

No entanto, um grande impasse na criação das UC decorre da visão utilitarista do Meio Ambiente, ainda existente na realidade atual. Por meio desta visão, quando uma determinada área é preservada, sem criação de animais para venda, agricultura ou extrativismo, ou seja, que não apresenta valor comercial imediato, ela é considerada um espaço ocioso, improdutivo, e por isso gera o descontentamento de populações humanas.

Outro impasse é o uso de recursos naturais por meio do extrativismo, como retirada de madeira e mineração, dentro de uma UC, porque considera pública a área porque esta pertence ao governo. O senso comum diz que, se é do governo, pertence a todos e, ao mesmo tempo, a ninguém, logo o espaço estaria livre para a exploração. Isso caracteriza uma exploração na maioria das vezes criminosa e sem critérios, que não leva em consideração a categoria de restrição da unidade, não apresenta preocupação com a sustentabilidade e pode causar danos irreparáveis.

Esse problema se deve principalmente a ausência do ente responsável, especialmente na esfera pública, alienado às UC no Brasil, que dificilmente apresentam guardas-parque suficientes, Plano de Manejo ou Conselho Gestor, não executa Planos de Manejo participativos e processos educativos para envolver as comunidades na preservação das UC.

No entanto, proteger os recursos naturais em espaços pré-definidos, seguindo algumas diretrizes de acordo com padrões espaciais e com os ecossistemas a proteger

é uma saída bem sucedida, se realizada criteriosamente e com a participação dos moradores.

Participação Comunitária na Gestão

No Brasil, grande parte das UC é imposta aos moradores de uma determinada região, o que consiste em uma estratégia não participativa. Os proprietários desse tipo de terra são pressionados para administrar suas propriedades de forma sustentável, devido à responsabilidade em manter um patrimônio natural, mas não compreendem a razão de certas diretrizes e proibições (Primack & Rodrigues, 2001).

Excluir as pessoas é uma prática que pode dificultar o trabalho. Ao esquecermos o caráter de inter-relação entre os seres humanos e a forma cultural como se relacionam com o meio voltamos, novamente, para uma visão de divórcio entre o ser humano e o meio natural, assumindo para a população residente uma postura que os torna intrusos no mundo, ou uma fração da natureza completamente desvinculada. No entanto, o ser humano pertence a essa natureza ou ainda, “é a própria, múltipla e infinita experiência do mundo natural realizada como uma forma especial de vida: a vida humana” (Brandão, 2003).

O uso da paisagem pelo ser humano deve ser considerado quando se planeja uma UC, porque as pessoas são parte dos ecossistemas, e o tem sido por milhares de anos. Tentar excluir as populações dos ecossistemas pode ter conseqüências imprevisíveis, pois todo o planejamento e esforços de conservação perdem seu valor quando a preservação se choca com as necessidades humanas. A política do “*no-take*” pode determinar o fracasso desse planejamento e excluir as comunidades do ecossistema e somente é válida quando os recursos estão sendo exauridos a ponto de ameaçar as comunidades biológicas vulneráveis, importantes até mesmo para a vida humana.

Comunidades que sempre utilizaram uma determinada área, ao serem impossibilitadas de entrar na mesma, serão prejudicadas por não ter acesso a itens importantes para sua sobrevivência. A partir daí, um efeito contrário é assumido, e o fato de ter transformado aquela área em uma área protegida irá gerar raiva e frustração, o que provavelmente não os irá transformar em grandes preservacionistas.

Apesar de possuir uma grande quantidade de UC, a falta de integração destas Unidades de Conservação com a população de seu entorno compromete a sua implementação de fato. O uso da UC pela população deve ser o enfoque principal

dos Planos de Manejo para que a experiência seja bem sucedida, de forma a seguir a tendência histórica em incorporar processos sociais, econômicos e políticos à ecologia, de modo a planejar paisagens mais saudáveis (Primack & Rodrigues, 2001).

O sucesso ou fracasso de uma UC depende do grau de apoio, negligência ou hostilidade que a unidade recebe da população que faz uso dela. Quando um objetivo é apresentado à população local, caso esta participe e aceite esse objetivo, então é possível que consiga manter mais facilmente suas comunidades naturais, objetos da preservação. As comunidades locais podem até envolver-se no manejo e planejamento da UC, podendo trabalhar nele e se beneficiar da situação. Se, por outro lado, existe desconfiança e os objetivos da UC não são explicados de maneira adequada, os habitantes locais podem rejeitar a idéia e não se tornar parceiros (Loureiro, 2003).

O envolvimento da comunidade é o elemento que está faltando nas estratégias de manejo da conservação. Estratégias “*up-down*”, onde governos tentam impor suas estratégias de conservação, precisam estar integradas com aquelas chamadas “*down-up*”, onde as comunidades são capazes de formular e alcançar os próprios objetivos. Assim, uma estratégia de gestão voltada para que os grupos sociais possam propor e participar realmente da gestão ambiental tem por objetivo democratizar o acesso à informação e destacar o papel da maioria, abrindo espaços para a discussão de propostas e permitindo a incorporação da dimensão ambientalista, para que a Educação Ambiental de fato seja uma política pública consolidada e democrática (Loureiro, *op. cit.*).

A participação popular é definida por Loureiro (2003, p. 23) como:

Um processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo. Em tais interações, como em quaisquer relações humanas, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos (as) envolvidos (as).

E ainda, destaca alguns princípios da participação:

1. a participação é uma necessidade até biológica do ser humano, uma vez que este só sobreviveu como espécie pelo desenvolvimento de sua capacidade de vida coletiva organizada em sociedades com graus distintos de complexidade;
2. a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder;
3. a participação leva à apropriação democrática do ambiente e de sua base natural;

4. a participação é algo que se aprende e aperfeiçoa por meio de sua promoção;
5. a participação é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação;
6. a participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los. Logo, não é uma panacéia, mas uma opção política que corresponde a determinadas concepções de mundo, um processo inclusivo e educativo no tratamento e explicitação de problemas, e não a solução desses mesmos problemas (BORDENAVE, 1995 *apud* LOUREIRO, 2003).

Uma conservação voltada para a população e realizada por ela, com um papel de prestação de serviços e supervisão mais amplo delegado ao governo, poderia promover também uma relação mais cooperativa entre governo e sociedade. A cooperação entre órgãos públicos e organizações privadas também deve ser incentivada.

No Brasil e no mundo é muito comum existirem áreas estabelecidas legalmente e esquecidas, criadas apenas no papel. Assim, a conservação e preservação dos ecossistemas tornam-se impossíveis de ocorrer, afinal, essas áreas ficam a mercê de grileiros e de indivíduos que as podem utilizar de forma errada. Em outros casos, a área já apresenta um grau tão alto de intervenção humana que as espécies e comunidades existentes precisam de tal intervenção também para sobreviver. UC que não foram criadas na prática acabaram por perder espécies e ter a qualidade dos habitats deteriorada (Primack & Rodrigues, 2001).

Portanto, para um manejo efetivo das Unidades de Conservação, além da preocupação do governo com a implementação e manutenção da UC, elaboração e monitoramento do Plano de Manejo, faz-se necessário sincronizar necessidades de conservação com as necessidades da comunidade local. Isso é possível por meio do resgate do senso de propriedade e responsabilidade dos moradores locais sobre o recurso, o qual pode receber contribuições importantes da Educação Ambiental. Além disso, ouvir e atender anseios de pessoas que vivem dentro e no entorno de UC, seu pertencimento e profundo conhecimento sobre o local também são fatores que podem contribuir ao manejo.

Assim, reconhecer que o ser humano faz parte dos ecossistemas e que os valores humanos influenciam os objetivos relativos a manejo é primordial nesse caso. Durante os anos, as comunidades tradicionais não danificaram substancialmente os seus ambientes ou as comunidades biológicas vizinhas, e apresentam um convívio pacífico e de respeito com seus ambientes. Não se justifica,

portanto, desvincular as comunidades e as populações da gestão da Unidade de Conservação.

Nos processos de participação popular, existem diversas fases de empoderamento¹³ da população e variadas possibilidades de participação das comunidades em busca da governança. Lanna (1995 *apud* Marroni & Asmus, 2003) define os seguintes meios de participação popular:

1. Fase de conhecimento: passando por um processo de informação, comunicação e educação. Nesse nível de envolvimento, as comunidades seriam, por meio da comunicação, informadas e educadas a respeito de uma situação.

2. Fase de Expressão e Negociação: passando por um processo de consulta, contestação até chegar a um acordo. Um pouco mais elaborada, essa fase permite uma discussão entre os interessados, até chegar a um consenso, por meio do diálogo e das negociações.

3. Fase de Decisão e Participação: a comunidade envolvida, após a negociação, decide o que considera melhor e participa das decisões.

4. Fase de Ação e Co-gestão: é o nível mais avançado, onde o responsável pela gestão (por exemplo, o governo) transfere algumas responsabilidades para a comunidade envolvida.

Já para Marroni & Asmus, 2003, existem outros níveis de participação popular, que são: (1) Educação; (2) Consciência; (3) Organização; (4) Ação; (5) Desenvolvimento e Transformação e (6) Valorização do Indivíduo. Para a Organização Internacional de Participação Popular (IAP2), os níveis de participação popular definidos são: (1) Informação; (2) Consulta; (3) Envolvimento; (4) Colaboração e (5) Empoderamento (Figura 5).

¹³ Empoderamento, do inglês *empowerment*, considerado como o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir (Salas, 2006).



Figura. 5. Espectro do nível de impacto público, que demonstra as possibilidades de participação da população em um nível crescente de envolvimento (extraído e modificado de <http://www.iap2.org>, 2006).

Assim, com base nestes autores, podemos concluir que há um consenso com relação a alguns níveis de participação popular nos processos onde seja necessária uma tomada de decisões.

Esses níveis foram definidos em um grau crescente de envolvimento, em um sentido de ação política, onde o sujeito se torna capaz de identificar os problemas e participar dos destinos e decisões que afetam sua realidade, ressignificando sua inserção no ambiente. Essa capacidade de agir em meio à diversidade de idéias e posicionamentos permite que os indivíduos convivam em uma sociedade democrática.

Essa busca pelo nível crescente de envolvimento tem início em um processo de sensibilização, que prevê a informação e Educação Ambiental das comunidades, sendo que o processo é contínuo e possui a finalidade de facilitar à comunidade o acesso à informação, e tentar despertar a consciência nas atitudes. É possível admitir, segundo Lanna, (1995 *apud* Marroni & Asmus, 2003), três subníveis de sensibilização, os quais o autor chama de “conhecimento”: a informação da comunidade, que é a formatação de uma mensagem bruta, unilateral; a comunicação, quando a transmissão da mensagem se faz com explicações sobre o tema e a

educação, que é o nível de elevação de transmissão de informações, por meio da aprendizagem, onde há trocas de experiências e construção de conhecimentos.

O segundo nível é um processo de discussão, um momento posterior à sensibilização, pois envolve a discussão de pontos de vista entre os diferentes atores. Parte de uma consulta prévia, ocorrendo o inverso da informação, ou seja, o cidadão informa a situação ao representante público ou instituição para que este, então, considere suas observações; a etapa posterior é a discussão propriamente dita, onde diferentes pontos de vista são colocados, de acordo com os interesses de cada grupo e os envolvidos propõem soluções alternativas até chegar a um acordo, definido como o ato de acatar de uma decisão negociada.

O terceiro nível é o de envolvimento, onde os indivíduos ou a comunidade podem intervir diretamente na decisão, pois já estão envolvidos e conscientes do processo. Podemos chamar esta etapa de “colaborativa”, pois a população estará junto dos responsáveis pela tomada de decisão, expondo sua opinião, buscando estabelecer uma parceria com estes e incorporando suas propostas à gestão para alcançar metas em comum. É um nível caracterizado pela ação, pois a comunidade precisa se tornar participativa e expor suas decisões.

O último nível, mais próximo do conceito de governança, é o nível de co-gestão, sendo considerado o mais difícil de atingir. Nessa fase de participação, a comunidade é empoderada, ou atinge um patamar de empoderamento. É estabelecida uma relação de confiança entre os gestores e a população, que se torna responsável pela gestão de um projeto ou uma política. A população, consciente e envolvida no processo, está apta a tomar decisões com relação a uma determinada questão. É uma etapa de desenvolvimento, de transformação e de emancipação, que muitas das populações ainda não estão preparadas para assumir, pelo inconveniente risco de alguns indivíduos acabarem por tirar proveito de muitas situações em benefício próprio. Caracteriza-se pela valorização do indivíduo como cidadão consciente de seus direitos e deveres.

Governança

Uma nova proposta de gestão está ancorada na definição de *governança*, um conceito relativamente novo, que se constitui como uma categoria de gestão participativa onde a democracia atingiu um nível considerável. Originalmente, o termo governança apresenta como significado uma “ação ou maneira de governar”, em um contexto de governo como processo. A partir da década de 80, esse termo adquiriu um significado mais normativo, pautado por conceitos econômicos, principalmente, referindo-se a todos os meios através dos quais se garante o cumprimento dos acordos e obrigações nas transações econômicas, sempre ameaçadas por conflitos que perturbam a realização de ganhos mútuos. (Salas, 2006).

No entanto, o enfoque que se pretende para governança possui um objetivo bem mais amplo. Na Europa, o enfoque ultrapassa os conceitos econômicos e apresenta relação com o conceito de “redes políticas”, ou seja, na discussão e negociação entre os diversos atores públicos e a sociedade organizada, com funções políticas assumidas.

No início da década de 90 foi proposta uma nova compreensão teórica do termo para uma “coordenação social”, isto é, da transformação social da realidade por meio da superação das estruturas formais do governo (Salas, *op. cit.*).

A coordenação social mencionada, para ser assumida, necessita que os cidadãos possuam uma compreensão de sua responsabilidade e possam apropriar-se de forma democrática dos recursos ambientais de sua região, sendo estimulados a participar como gestores do seu “espaço de vida” (Loureiro. 2003).

A Comissão de Governança Global (CGG) a partir de 1995, passa a propor novas concepções para a governança:

... totalidade das múltiplas vias, sobre as quais tanto indivíduos quanto instituições públicas e privadas regulamentam seus assuntos comuns. Trata-se de um processo contínuo, através da qual se conciliam diferentes interesses controversos e se inicia a ação coletiva. O conceito engloba tanto instituições formais e sistemas de domínio baseados em poder de imposição como também arranjos informais acordados entre as pessoas e instituições os quais são concebidos como de interesses próprios (CGG *apud* Salas, 2006).

Relaciona-se, portanto, a questão da democratização da gestão ambiental por meio de um nível semelhante de diálogo entre governo e sociedade. Para alcançar os seus objetivos e interesses comuns, a sociedade, organizada, agiria de forma coletiva na busca dessas metas. Desta forma, o agir coletivo está pautado na justiça ambiental

e na garantia pública do recurso ambiental, dentro de uma dimensão emancipatória da realidade dos indivíduos, que passam a ser responsáveis pela sua gestão territorial.

Apoiando essa definição, a EA pode ser colocada em prática como o instrumento de mediação de conflitos entre os atores sociais e o governo, ou entre dois grupos diferentes de atores sociais, atuando como “intérprete” para um processo participativo, consciente e integrado e que busca a responsabilidade dos cidadãos e, principalmente, como sujeitos da mudança e da ação educativa.

Por exibir esse caráter, a governança pode ser considerada uma “inovação da ação política”, já que o modelo atual, onde apenas as representações são levadas em consideração, com um continuísmo sem transformação, está desgastado e desacreditado pela inércia, demora, burocracia e ausência de resultados (Salas, 2006).

Assim, para atingir os objetivos da governança, as comunidades precisam estar organizadas e querer responsabilizar-se, querer ter seus direitos alcançados plenamente. É um processo que exige envolvimento e interesse por parte dos cidadãos. Exige, acima de tudo, um “pensar coletivo”, esquecendo o individualismo, o que caracteriza um dos maiores problemas em atingir essa proporção de envolvimento e participação, em uma sociedade sem a cultura da participação.

Segundo Salas (2006), sem organizar o processo, conhecer as interdependências entre os envolvidos, sem confiança estabelecida por meio de normas ou acordos não é possível estabelecer um processo de governança. A confiança é estabelecida por meio de acordos vinculantes para garantir o envolvimento voluntário e a ação coletiva. Além desses elementos, a governança implica em abandonar o “estado soberano” e, principalmente, aceitar o “compartilhar” (ou o pensar-agir coletivo) o poder entre os atores sociais.

Por outro lado, além da boa vontade e do interesse dos atores sociais, o ente público também precisa aceitar essa nova idéia e assumi-la, compreendendo que o governo soberano, embora não deixe de existir, transferiria seu poder decisório para a comunidade envolvida, que passaria a deter a responsabilidade sobre a gestão de uma UC, por exemplo, de forma social e ambientalmente comprometida.

Salas (*op. cit.*) destaca o governo como o “estado facilitador”, pois deve facilitar as relações entre os diversos atores sociais e criar condições materiais para que esse processo de “inovação política”, baseado na ação e construção coletiva da gestão territorial possa ocorrer.

Mas por que motivos o Estado teria interesse em adotar essa atitude, que implica em compartilhar o poder com os outros atores sociais, conforme já exposto, modificar os mecanismos decisórios e fornecer recursos para consolidar esse processo? Principalmente pelo enriquecimento da política e a preocupação com sua legitimidade efetiva, em não reproduzir os valores de grupos dominantes, por meio da imposição de comportamentos, mas do estabelecimento de processos de reflexão e práxis que busquem consolidar valores para favorecer a sustentabilidade, a justiça social e a sustentabilidade global. A partir desses aspectos, a governança se fundamenta no estabelecimento de processos participativos de ação coletiva integrada, fortalecendo as comunidades e a sociedade como um todo. O grande questionamento é se o governo atual, do jeito que se construiu até os dias de hoje, irá aceitar facilmente essa nova realidade, emancipatória e integrada, que promove o “empoderamento” dos cidadãos.

CAPÍTULO IV
AO FINAL DO CAMINHO, AINDA HÁ UMA LONGA JORNADA:
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

*“ Saiu o semeador a semear. Semeou o dia todo e a noite
o apanhou ainda com as mãos cheias de sementes. Ele
semeava tranqüilo sem pensar na colheita, porque muito
tinha colhido do que outros semearam.”*
Cora Coralina

A partir da sistematização do *corpus* teórico da pesquisa, constituído de entrevistas e documentos, optou-se por realizar a análise de conteúdo, conforme já descrito nos procedimentos metodológicos. A construção das categorias está baseada no método indutivo, no qual o pesquisador infere as categorias a partir do *corpus* da análise, ou seja, as categorias “emergem” da própria análise e são, por isso, também chamadas de “categorias emergentes”.

Inicialmente, após a análise, o estudo direcionou-se para duas categorias principais, às quais estão interconectadas a outras subcategorias que vão desenhando os caminhos deste trabalho e da própria APA. A primeira categoria, intitulada “APA DA LAGOA VERDE: ENTRE A PROPOSTA DE CRIAÇÃO E A LEI QUE A INSTITUI, UM LONGO PERCURSO”, traça um perfil do andamento do processo, desde sua proposição inicial, no ano de 1991. Dentro desta categoria, a reflexão dirige-se para o relacionamento entre o ser humano e o seu ambiente, passando pelos conflitos, pelos impactos, pela burocracia que muitas vezes impediu o andamento do processo e pela descrição da criação da APA da Lagoa Verde, identificando, ao longo dessa descrição, os principais atores sociais envolvidos.

Em um segundo momento, na segunda categoria, intitulada “O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NO PROCESSO: PARTICIPAÇÃO POPULAR E GOVERNANÇA” será identificada a abertura para o envolvimento da

comunidade no processo e os níveis de participação popular alcançados com essa abertura, a partir dos procedimentos existentes na legislação, por meio do cumprimento desta, e das posturas institucionais assumidas. Nessa categoria também serão identificadas as percepções dos moradores com relação ao seu ambiente, ressaltando aspectos que podem ser aproveitados, a posteriori, para a elaboração do Plano de Manejo da área.

APA da Lagoa Verde:

Entre a proposta de criação e a lei que a institui, um longo percurso.

Atores envolvidos no processo

Nas discussões sobre as questões ambientais, frequentemente se destaca os atores mais importantes, denominados de “atores-chave” e representados, na maioria das vezes, por grupos ambientalistas, populações tradicionais, empresários e estatais. No entanto, todos os indivíduos podem ser considerados atores-chave na tarefa de gerar políticas ambientais, cada um cumprindo papéis diferentes, dentro das suas possibilidades e responsabilidades.

Para a efetividade de qualquer tipo de política ou documento visando à proteção ambiental é preciso levar em conta o nicho de cada ator no processo, isto é, o papel desempenhado por cada um deles. Este papel pode ser classificado, por exemplo, de acordo com os cenários de ação (se é uma entidade pública, privada ou a comunidade) ou de acordo com interação entre esses atores (existe um bom relacionamento, existem diferenças ideológicas significativas?) (GUDYNAS, 2001).

Os atores envolvidos podem ser agrupados, segundo ARMANI, 2004, de três maneiras:

- atores envolvidos diretamente, onde se enquadram as instituições executoras, potenciais beneficiários, instituições de apoio e assessoria;
- atores envolvidos indiretamente, onde se enquadram pessoas, grupos e associações diversas presentes no contexto, mas que não estão envolvidas diretamente;
- atores não-envolvidos, caracterizados por outros grupos e instituições, não envolvidos, porém atuantes no mesmo contexto.

Assim, especificamente no caso da Lagoa Verde, existem atores-chave pertencentes a nichos diferentes e que são direta ou indiretamente envolvidos. Tais atores serão identificados na **Tabela 1**.

Tabela 1. Atores sociais diretamente ou indiretamente envolvidos no processo de criação da APA da Lagoa Verde.

Ator social	Envolvimento
CÂMARA DE VEREADORES	Diretamente envolvido
COMDEMA*	Diretamente envolvido
CORSAN*	Diretamente envolvido
FBPN*	Indiretamente envolvido
FEPAM*	Indiretamente envolvido
FURG*	Diretamente envolvido
IBAMA*	Indiretamente envolvido
MINISTÉRIO PÚBLICO	Indiretamente envolvido
MMA/FNMA*	Indiretamente envolvido
MUSEU OCEANOGRÁFICO	Diretamente envolvido
NEMA*	Diretamente envolvido
PATRAM*	Indiretamente envolvido
PMRG*	Diretamente envolvido
SEMA/DEFAP*	Indiretamente envolvido

* As siglas assinaladas encontram-se na Lista de Abreviaturas e Siglas deste trabalho.

Dentre as instituições citadas acima, algumas tiveram uma participação importante de forma mais direta, enquanto outros contribuíram de uma forma indireta, mas não menos importante. O Ministério do Meio Ambiente por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente e a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza participaram colaborando por meio do financiamento de alguns projetos que contribuíram com a criação da APA da Lagoa Verde, permitindo a realização de diversos estudos na área; e o DEFAP (Departamento de Florestas e Áreas Protegidas) da SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) precisa ser consultado na criação de uma UC e onde são cadastradas todas as áreas protegidas existentes no Estado. O IBAMA, a FEPAM e a PATRAM tiveram papel importante na fiscalização e na averiguação das denúncias de impactos efetuadas sobre a área.

O Ministério Público também participou averiguando denúncias e fazendo cumprir a Legislação Ambiental por meio de TAC (Termos de Ajustamento de Conduta) firmados com proprietários de terras e demais envolvidos que praticaram algum crime ambiental na APA.

As demais instituições citadas relacionaram-se de forma mais pró-ativa dentro do processo, sendo por isso o centro da reflexão neste momento. Para auxiliar na compreensão dos fatos e aprofundar alguns dos acontecimentos, foram realizadas entrevistas com tais instituições envolvidas e também com a comunidade do entorno da APA, conforme já descrito nos procedimentos metodológicos. Os atores institucionais entrevistados foram aqueles considerados mais atuantes no processo, de acordo com a análise documental realizada previamente, e suas colocações aparecem entre parênteses com o nome “Instituição 1, 2, 3, 4 e 5. Foram estes: NEMA, Câmara de Vereadores, FURG/Museu Oceanográfico, Prefeitura Municipal do Rio Grande e COMDEMA. O representante da CORSAN não foi entrevistado em função da incompatibilidade de horários.

No caso da comunidade, foram realizadas vinte e cinco entrevistas, procedimento já descrito na metodologia. Os relatos importantes destacados estão citados no texto e a identificação aparece entre parênteses (Entrevistado 1, 2, 3, etc.).

A Prefeitura Municipal do Rio Grande participou ativamente por meio da SMCP (Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento), Secretaria Municipal de Pesca e Meio Ambiente (SMAPMA), já extinta e, mais recentemente, com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). Em conjunto com o NEMA foram as instituições responsáveis pela coordenação do projeto. Foram essas instituições que organizaram convites às entidades, as audiências públicas e realizaram a negociação com a comunidade. Contaram com o apoio da Fundação Universidade Federal do Rio Grande e do Museu Oceanográfico.

O NEMA foi um ator social bastante atuante e importante, por ter dado início a projetos que se configuraram como essenciais no processo. É uma ONG situada em Rio Grande, na praia do Cassino, criada em 1987 e considerada um modelo na educação ambiental não formal, por realizar atividades educativas diversas nesse contexto. Seu principal objetivo consiste em articular o “conhecimento científico e a vivência das comunidades”, por meio do planejamento, monitoramento e Educação

Ambiental, atuando, principalmente, na zona costeira do Rio Grande do Sul¹⁴. O NEMA ainda realiza atividades na área, como recuperação da mata ciliar e agricultura ecológica, tanto sozinho quanto com apoio de instituições como IBAMA, MP, FEPAM, PATRAM e PMRG (Instituição 1).

A Câmara de Vereadores, por sua vez, realizou atividades como as audiências públicas e trabalho individual do Vereador relator fazendo pesquisa de campo, para ver o que era interessante para a população. A relevância da participação da Câmara de Vereadores está no fato de sua representatividade perante a comunidade, por onde passam todas os instrumentos legais de um município e por ser um parlamento, um local onde os cidadãos podem discutir suas idéias (Instituição 2).

Percebe-se que as instituições consideram de responsabilidade da FURG e NEMA a realização de atividades de Educação Ambiental na área (Instituição 4 e 5). Os outros entrevistados afirmam não ter certeza se alguma outra instituição desenvolve atividades no local, mas citam a realização de atividades ligadas à EA pelo NEMA, SMAPMA e FURG. É possível perceber uma integração e parceria das instituições principalmente em ações de cunho fiscalizatório, mas também em outras atividades e serviços.

A instituição Museu não atua mais de forma tão efetiva, pois declara que muitas pessoas acabaram por ir embora do município devido a oportunidades de trabalho, sem dar continuidade a esse processo. No entanto, a atuação do Museu e da FURG no encaminhamento das propostas e nas discussões relacionadas à criação da APA foi fundamental.

As instituições consideram sua participação nas futuras definições com relação a APA bastante importantes, sendo que todos acham que deveriam participar na elaboração e/ou construção do Plano de Manejo.

Tais instituições da região lutaram incessantemente até a criação da APA, de forma conjunta. Essa luta torna-se visível nas atas das reuniões do COMDEMA, espaço de debate e informação para a comunidade, onde o processo foi colocado inúmeras vezes em pauta.

¹⁴ <http://www.octopus.furg.br/nema>

Impactos e conflitos ambientais

As primeiras atividades modificadoras deste ambiente datam da década de 40, antes da criação da maioria das leis ambientais, quando os proprietários de terra já utilizavam barragens, visando evitar o alagamento próximo das residências e também o aterramento do local para fixação de residências (Rosa, 2005). Assim, o histórico de ocupação irregular e degradação ambiental são anteriores à legislação. No entanto, a Lagoa Verde e o seu sistema de arroios estão enquadrados na Legislação Federal e também previstos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado como de proteção ambiental, devendo ser preservados permanentemente, ficando proibido quaisquer alterações por meio de obras, instalações ou dragagens (PDDI, 1986).

Atualmente o sistema encontra-se em um bom estado de conservação, embora existam alguns impactos antrópicos, aspecto que é salientado pelas instituições entrevistadas. A área é considerada, em geral, pelas instituições, relativamente bem preservada, necessitando de ações de recuperação em alguns pontos.

No caso da Câmara de Vereadores, o representante considera a área como praticamente intocada, pois afirma que teve a oportunidade de estudá-la nos mínimos detalhes na ocasião do projeto de lei e sua aprovação na Câmara (Instituição 2).

Os principais impactos a ser destacados com relação à área, diagnosticados pelo NEMA (1994, 1997) quando a área ainda nem era uma APA, considerados como causas centrais ou “nós críticos” do problema são, na maioria das vezes, decorrentes da ocupação desordenada de locais, em função da pressão urbana que ocupa o centro e a periferia em direção à praia do Cassino.

Causado pela pressão de ocupação – pois a cidade cresce em direção ao Balneário Cassino – ocorre o que se chama de “ocupação irregular”, caracterizada pela compra e venda de lotes, cujo parcelamento do solo para loteamento não obedece à legislação do município do Rio Grande. Além dos problemas ambientais descritos aqui, há um descumprimento de uma obrigação legal levando ao desordenamento territorial e prejudicando o planejamento urbano da cidade.

Por ser um local bonito, distante da agitação do dia-a-dia, a especulação imobiliária é crescente, ameaçando a preservação do local. Com a pressão de ocupação, outros problemas decorrentes da especulação imobiliária que causam os impactos ao meio ambiente acabam por surgir.

Os lotes irregulares avançam sobre as Áreas de Preservação Permanente¹⁵, com construções irregulares, e se configuram como uma prática lesiva ao meio ambiente. Nessa região, tais lotes situam-se ou em ambientes brejosos ou nas margens de cursos d'água, ambas as situações caracterizando uma APP (NEMA, 1994). Além de ser um problema para esses ecossistemas, devido ao aterramento de banhados, destruição dos marismas e comprometimento do habitat de inúmeros seres vivos, compromete também aspectos sociais. Isso por que a maior parte dessas ocupações se tornam sub-habitações, moradias inadequadas aos seres humanos sem as mínimas condições sanitárias, como ausência de rede de esgoto e saneamento.

A ocupação irregular é o tipo de impacto que causa muitos outros problemas oportunistas, decorrentes da necessidade de utilizar os recursos por parte dos indivíduos invasores, como o lançamento de resíduos sólidos sem critérios (lixo) e lançamento de efluentes líquidos sem tratamento (esgoto doméstico), contribuindo para a contaminação da água. Cada indivíduo, depois de adquirir sua propriedade, fará o que achar por bem, pois a legislação em geral não é respeitada, pela ausência de consciência e de fiscalização.

Esse problema também é apontado pelos atores institucionais entrevistados, reconhecendo que a ocupação desordenada e dificuldade de compreensão do funcionamento desse ecossistema frágil, do qual é importante conhecer e entender a dinâmica hidrológica para impedir a poluição, são grandes empecilhos na preservação (Instituição 3).

A prática humana causadora de grande impacto ambiental e mais comumente utilizada é o aterramento. Aterrar é cobrir uma área com terra ou areia, para nivelamento de um terreno. Assim, além do objetivo a ser alcançado (nivelar o nível do terreno), as conseqüências para o meio ambiente, como a modificação do leito do arroio e da planície de inundação não são levados em conta (Atas nº 5 e 6; 1996; TAC nº 1, 1996).

Muitos relatos da população entrevistada caracterizam mentalidades que se busca transformar na Educação Ambiental. Muitos dos entrevistados não conseguem visualizar problema nas alterações do ambiente impostas pelos seres humanos para a satisfação de suas necessidades culturais, mediante a transformação da natureza.

¹⁵ As áreas de preservação permanente, ou APP, são definidas através do Código Florestal Brasileiro, ou Lei nº 4.771 de 1965 e pela Resolução CONAMA 303.

(...) eu aterrei um metro por fora... tudo modificou, eu aterrei essa rua, porque eu não podia passar de caminhão. Agora, que isso aí não prejudica nada a Lagoa Verde, não prejudica. Não foi pela mão do homem que isso aí mudou, a natureza muda. (Entrevistado 1).

Nesse comentário, percebemos que o indivíduo não considera a sua ação importante na modificação do meio ambiente e também a concretização de um impacto ambiental para a satisfação de uma necessidade particular. Não parece existir, nesse indivíduo, uma compreensão complexa do ambiente, sem a preocupação do modo como nos relacionamos com as demais espécies e com o planeta e tampouco a percepção de que o modo no qual vivemos é insustentável e não leva em conta a coletividade (Loureiro, 2004).

Não é incomum encontrar nos relatos a construção de pontes irregulares (TAC 3, Atas 5 e 6, 1996). Em cada barreira criada pelas pontes irregulares sempre há deposição de vegetação aquática, comprometendo o fluxo de água. Todas essas atividades requerem licenciamento e, quando realizadas sem acompanhamento técnico, podem trazer consequências drásticas para os ecossistemas. A abertura de valas para drenagem dos banhados, por exemplo, causa danos aos banhados, pela modificação do ambiente e para os arroios, pelo carregamento de sedimentos e assoreamento do corpo hídrico, causando turbidez da água e ocasionando, também, a modificação do ambiente (NEMA, 1994).

A presença de lixo, cercas, pocilgas de criação de porcos com dejetos dos suínos e despejo de águas servidas provenientes de fossas sépticas em valos de drenagem pluvial que deságuam no arroio Bolaxa (que nada mais é do que esgoto cloacal humano sendo lançado diretamente no arroio) também foram mencionados (Atas 5 e 6, 1996).

Muitas pessoas apresentam uma extrema falta de consciência e despreocupação com o meio em que vivem. Isso é relatado por alguns indivíduos quando questionados durante as entrevistas. A questão que mais se destaca é a do lixo, bastante apontada pelos entrevistados. As pessoas consideram que o local não está bem conservado, principalmente devido aos problemas de lixo e esgoto.

Bem conservada não tá... as pessoas jogam lixo no banhado e queimam (Entrevistado 7).

Lixo? Claro que jogam (no arroio). E aí? Já teve casos de acontecer coisas aqui no bairro e usarem meu nome pra denunciar, daí depois o pessoal vem em cima de mim (Entrevistado 16).

O povo é relaxado! Eu já vi o doutor, de carro importado, parar e jogar lixo aqui no acostamento. Isso aqui é um problema de latino, de mentalidade. Vamos demorar muito tempo pra ter uma

mentalidade igual a da Europa. Isso do lixo é uma vergonha! (Entrevistado 15).

O que a maioria diz aqui é 'A lagoa é um lixo! (Entrevistado 2)

O Bolaxa está poluído, pois há valetas desembocando nesse arroio, jogam tudo no Bolaxa através dos canais. (Entrevistado 5)

A comunidade precisa preservar, mas jogam esgoto e lixo nos canais aí que dão acesso a Lagoa. (Entrevistado 23).

Nesses relatos, percebe-se como é comum a destinação inadequada dos resíduos sólidos. As pessoas tratam os ecossistemas naturais como áreas que apresentam como finalidade a deposição de lixo, onde o morador deixa de depositar seu material na frente de casa e esperar o caminhão para se desfazer deste dentro de um arroio ou outro recurso hídrico. Essa idéia demonstra o pensamento de descomprometimento com o meio ambiente, quando o indivíduo quer apenas se desfazer de algo, que depois de produzido não é mais responsabilidade dele. Concretamente, a EA tem a responsabilidade de construir uma ética ecológica, com base no princípio da responsabilidade com o outro, do escrúpulo, do bom senso e que visa o bem comum. Essa é uma questão basicamente educativa que perpassa simplesmente o bom exemplo ou um comportamento de treinamento para o destino correto do resíduo (Loureiro, 2004).

A área também é aproveitada para a criação extensiva de gado de corte e leiteiro em campos baixos e banhados que margeiam os arroios e a lagoa. A agricultura desenvolvida na maioria dos casos é a tradicional com o uso de agrotóxicos. Ainda ocorre a caça de animais silvestres e crimes contra a fauna

(...) esses dias um vizinho estava aqui com uma arminha de pressão, atirando nos passarinhos... é sabiá cantando, é canarinho, e o cara andar com uma arminha de pressão? (Entrevistado 8).

Eu não mudaria minhas atitudes com uma lei, eu, por exemplo, muitas vezes pratico caça e pesco lá na Lagoa e ninguém nunca me disse nada... (Entrevistado 3).

Com a lei diminui um pouco a caça... (Entrevistado 17).

Como é possível perceber, a maioria da população não está consciente para cumprir as leis ambientais sem fiscalização. Essa, no entanto, é uma questão de valores construídos, que precisam ser transformados, em um contexto de mudança social

É necessário haver uma conversa entre a mudança cultural e a mudança social, para alcançar o propósito educativo em formar cidadãos comprometidos com a construção de sociedades ecologicamente prudentes e socialmente justas. Nesse sentido (...) não há mudança ética possível quando se ignora a sociedade em que se move, porque os valores não são um simples reflexo da estrutura econômica, mas são definidos a partir de condições históricas

específicas, inseridas num movimento dialético de mútua constituição entre subjetividade e objetividade (Loureiro, 2004).

Também são relatados cortes (“limpeza”) de mata nativa (NEMA, 1994). A comunidade, conforme é relatado abaixo, apresenta uma idéia do meio ambiente natural como um local que precisa ser limpo, que está sujo por conter “mato”, o que contribui para a retirada da vegetação.

Acho um absurdo não poder cortar esse mato todo, isso aqui era uma área limpinha, daqui se enxergava a Lagoa. Ali era um campinho e aqui não se passava de carro porque era um banhado... (Entrevistado 1).

Agora ta virando mato aqui, quando eu me mudei podia ir até a beira, agora tem bastante cobra, eu poderia curtir muito mais o lugar e não faço por causa do mato alto, tem muita mutuca. Teriam que fazer uma trilha para oferecer mais segurança (Entrevistado 15)

A colocação de fogo para “limpeza” de campos e banhados parece ser uma prática comum

Houve há pouco tempo um incêndio grande, os bombeiros tiveram dificuldades (Entrevistado 19).

(...) a não ser o fogo que eles botam de vez em quando nos banhados... Houve dois incêndios há pouco e ninguém foi punido. Até hoje nunca vi ninguém ser punido pelo fogo (Entrevistado 13).

Muitos desses impactos geraram Termos de Ajustamento de Conduta¹⁶ (TAC) entre os proprietários responsáveis e o Ministério Público; outros foram noticiados na imprensa da época (Anexo VI). Nesses casos, houve atuação conjunta dos representantes do NEMA, da Prefeitura e das instituições como a FEPAM, o IBAMA e a PATRAM, para averiguação das denúncias e medidas necessárias.

Os TAC previam um programa da retirada dos moradores residentes em locais irregulares, retirada dos resíduos sólidos depositados, da atividade de agricultura e dos animais presentes nas APP, retiradas de aterro e drenos, dentre outras ações, como forma de mitigar os danos já causados e de prevenir novas intervenções negativas (TAC 1, 2 e 3, 1996).

No entanto, realizar medidas mitigadoras sem se concentrar em ações que impeçam que os problemas sejam novamente causados é “apagar incêndio”, característica de uma visão ingênua da realidade. A EA é fundamental nesse nicho, na preocupação com o processo de conscientização...

¹⁶ Um TAC é um compromisso no qual o empreendedor que gerou algum dano, neste caso ao meio ambiente, se responsabiliza mediante a assinatura de um Termo de Comprometimento para o Ministério Público. Quando a legislação não é cumprida, o Ministério Público faz um TAC, onde as partes interessadas assinam e se comprometem a cumprir o ajustado, sob pena de multa estabelecida previamente.

...pela ação com conhecimento, pela capacidade de fazermos opções, por se ter compromisso com o outro e com a vida. A educação é feita com o outro que também é sujeito, que tem sua identidade e individualidade a ser respeitada no processo de questionamento dos comportamentos e da realidade (Loureiro, 2004).

Ações punitivas sem ações educativas apenas “conscientizam” porque “dói no bolso”, não existindo a preocupação com a transformação ativa da realidade e condições de vida.

O conflito com a estatal CORSAN, referido como o mais grave de todos os impactos na APA (Ata 6, 1996), gerou muita polêmica e diversos TAC. Esse problema grave dizia respeito à disposição inadequada dos resíduos provenientes das bacias de decantação (uma das etapas do processo de tratamento da água) da estatal, que ofereciam risco de contaminação para a Lagoa Verde, pelo extravasamento de resíduos químicos usados para o tratamento da água¹⁷.

Por meio dos TAC, a CORSAN era obrigada a realizar o destino correto do lodo da ETA¹⁸. A ETA possui uma bacia de decantação que funcionou até 1994, desde então os efluentes são lançados no Canal Simão, o que ocasionou depósito de material muito fino nos ambientes do entorno e conseqüentemente efeitos físicos indesejáveis: aterramento e morte da mata de corticeiras e banhados vizinhos, bancos de lama cinza clara, diminuição do crescimento das pradarias submersas onde há deposição de lama, floculação rápida do material em suspensão nas águas, devido ao sulfato de alumínio, desaparecimento de algumas espécies de peixes, devido provavelmente à morte por asfixia causada pela obstrução das brânquias (NEMA, 1994).

Desde que começou (a CORSAN) tá jogando... agora eles viram que chegou ao extremo... agora eles vêm com uma conversinha que tão fazendo alguma coisa por isso aqui, daí vão pra rádio. Aqui tinha tainha, tinha camarão, nós pescava muito. Agora é totalmente proibido. Quer dizer, eu não sei né... mas o que acabou com os peixes não foi o pescar (Entrevistado 22)

A atividade desenvolvida configurava-se como uma atividade conflitiva, incompatível com a vocação do local com a legislação, o que ocasionou vários anos de conflitos com a estatal, que foi judicialmente obrigada a resolver o problema.

Na época, a estatal comprometeu-se em solucionar o problema em longo prazo. Para isso, durante um longo período o NEMA, a FURG, a Promotoria de Justiça, PMRG, IBAMA e FEPAM realizaram ações para reduzir os danos ambientais,

¹⁷ No ano de 2006, ou seja, dez anos depois, as obras das novas bacias de lodo da ETA da CORSAN tiveram início (Anexo VII).

¹⁸ ETA: Estação de Tratamento da Água.

como observação aleatória das atividades humanas e vistorias em danos já detectados e acompanharam o desenvolvimento das atividades estabelecidas nos TAC. Este procedimento foi realizado em muitas das denúncias, sempre que problemas ambientais eram constatados.

Outro impacto é a Pesca Predatória dentro da Lagoa, que incide em crime ambiental pela Lei nº 9.605.

O pessoal pesca muito aí, isso não podia acontecer, a gente às vezes vê eles entrando e não pode fazer nada. O arrastão de peixes é comum (Entrevistado 19).

Todos esses podem ser agrupados em um grande e maior problema, a ausência de gestão e fiscalização da área e a falta de envolvimento da comunidade, pela não apropriação dos objetivos de criação e da importância ecológica do local.

Percurso do processo de criação

Durante o processo de criação da APA, que tramitou por mais de dez anos antes de ser criada por Lei Municipal, em 2005, inúmeros projetos e atividades foram desenvolvidos no local. Para facilitar a compreensão dos fatos utilizou-se um gráfico na forma de linha de tempo, mostrada na Figura 6, e que ilustra os acontecimentos de acordo com o ano em que ocorreram.

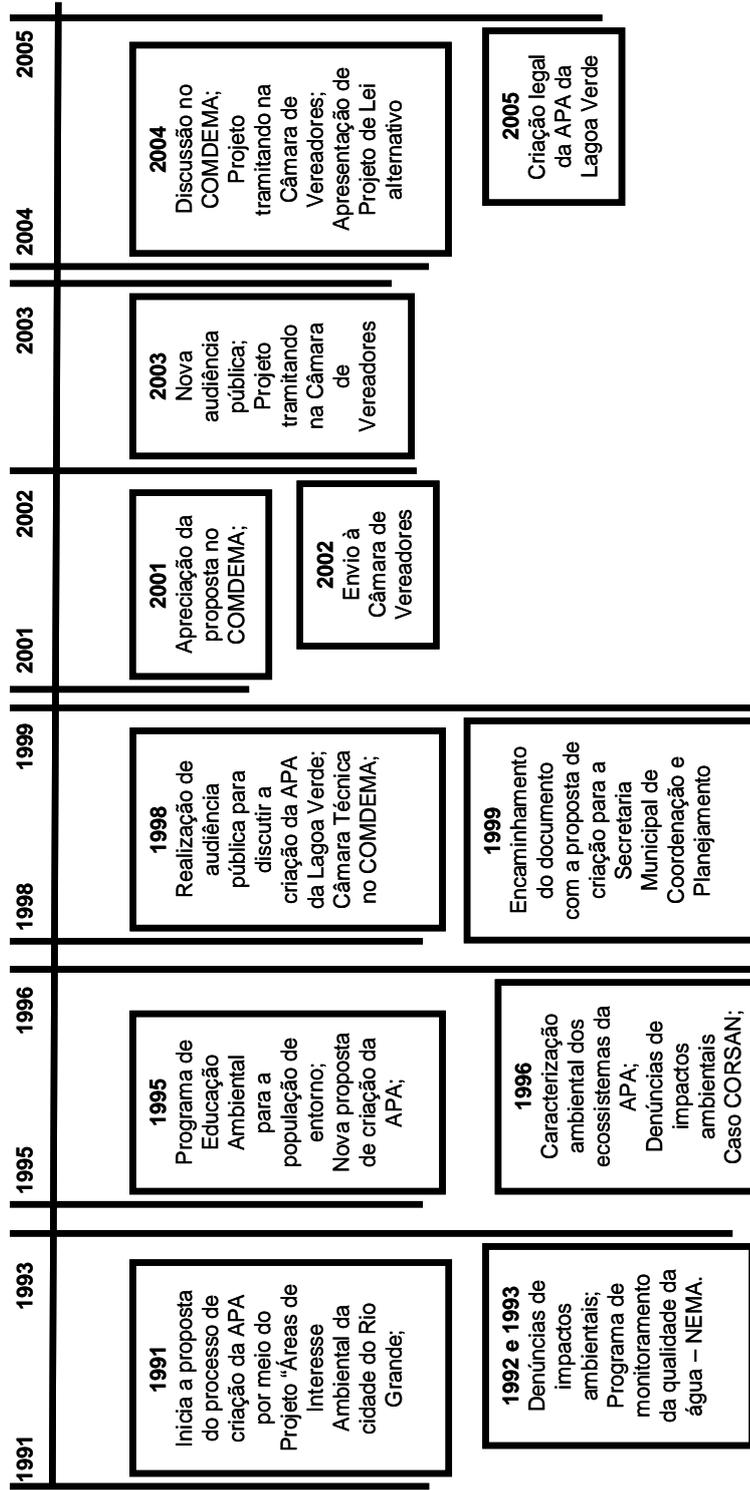


Figura 6. Linha de tempo dos acontecimentos relacionados ao processo de criação da APA da Lagoa Verde.

Inicialmente, em 1991, teve início seu processo de criação, por meio de um Projeto, chamado “Áreas de Interesse Ambiental da cidade do Rio Grande”, realizado pela ONG NEMA. Esse projeto buscou gerar mapas de áreas com relevância ambiental no município do Rio Grande, servindo de subsídio ao PDDI e também propôs, pela primeira vez, a criação da APA do Sistema Arroio Bolaxa e Lagoa Verde. Para sua realização, o projeto contou com o apoio financeiro da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e da Prefeitura Municipal do Rio Grande (NEMA, 1992).

Em 1992 o NEMA chamava a atenção sobre alguns impactos ambientais que podiam ser visualizados na área de abrangência da APA, realizando uma atividade de fiscalização, informando às autoridades competentes a respeito dos fatos.

No ano de 1993, o NEMA realizou um programa de monitoramento da qualidade da água no local e um censo de aves, mamíferos aquáticos e terrestres, reforçando a necessidade de preservação desse ecossistema em função da diversidade biológica existente. Esse corpo hídrico é de extrema importância para a preservação do equilíbrio natural dos ambientes aquáticos do sistema, o que implica na necessidade de proteger suas águas permanentemente (NEMA, *op. cit.*).

Em 1995 foi elaborado para a população dos arredores um programa de Educação Ambiental que contou com a participação da comunidade em debates, entrevistas e conversas informais para compatibilização das atividades econômicas com a conservação dos banhados, arroios e mata de restinga, e visando a gestão dos conflitos antrópicos na região. Mais uma vez, então, foi proposta a criação de uma APA no local (NEMA, 1997).

Embora a EA crítica e emancipatória não possua um caráter meramente informativo, desenvolver instrumentos de informação é um passo fundamental quando buscamos uma educação ambiental como mediadora de interesses e conflitos entre atores sociais atuantes em um determinado ambiente, pois para construir atitudes de preservação, precisamos também esclarecer para a comunidade o que está sendo feito com o local onde eles moram e os objetivos da ação a ser executada

Ainda em 1995 e se estendendo pelo ano de 1996, com o financiamento do FNMA, a mesma ONG realizou um projeto de caracterização ambiental do local, definindo limites e diferenciando os ecossistemas existentes, sua importância ecológica e as espécies presentes, com o financiamento do FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente). A caracterização é de grande importância na etapa posterior de

elaboração do Plano de Manejo do local, além de diagnosticar e permitir a produção de conhecimento sobre o ambiente (NEMA, *op. cit.*).

Em 1996, outros problemas de uso inadequado do ecossistema Lagoa Verde e arroios foram discutidos por representantes do MP, IBAMA, NEMA, FURG, PATRAM e PMRG. Os diversos problemas existentes nesses ambientes, decorrentes de usos conflitivos preocupantes em uma área tão importante para a preservação, foram apontados como sendo impactos referentes a procedimentos como: o aterramento das margens; construção de pontes sem licenciamento; ocupação irregular; utilização de áreas públicas para fins privados; presença de lixo; presença de animais domésticos em APP; modificação do leito e aterro das margens do arroio; cercas; criação de porcos; lançamento de esgoto e a questão do lançamento de resíduos das Bacias de decantação da CORSAN. Os representantes também chamavam a atenção para a necessidade de Planejamento e Licenciamento Ambiental de futuros empreendimentos que pudessem vir a se instalar no entorno da APA, evitando, assim, impactos nas regiões protegidas.

No ano de 1998 foi feita a sugestão de que a proposta fosse encaminhada para discussão no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). Dentro do Conselho, criou-se, então, uma Câmara Técnica, coordenada pelo NEMA, integrante desse Conselho, e que contava com a participação das seguintes instituições: ABC (Autarquia do Balneário Cassino), SMAPMA (Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente), NEMA; CEA (Centro de Estudos Ambientais); FEPAM; FURG e URAB (União Rio Grandina das Associações de Bairro), com a possibilidade de, durante as discussões, serem convidadas outras instituições interessadas, tais como EMATER, Sindicato Rural, Associações de Bairro (Cassino, Bolaxa e Senandes), representantes de clubes esportivos, de lazer e/ou culturais, e que passa a realizar reuniões próprias para dar andamento no processo (Ata 1, 1999).

Neste momento, percebe-se uma preocupação inicial com a Educação Ambiental quando, no corpo do texto da Ata 1, 1999, lê-se o que segue:

- (...) Como ações executivas ficaram de ser realizadas:
- (...) Elaboração de um programa simplificado de orientação sobre os objetivos, funções e manejo de uma APA para ser divulgado junto a comunidade.

O mesmo material, antes de ser distribuído na comunidade, foi distribuído entre os membros integrantes da Câmara Técnica, para deliberação a respeito. Nas

reuniões seguintes foram convidados outros representantes de instituições e também da comunidade, para discutir conjuntamente essa questão. Muitas instituições não apareceram para discutir, o que foi considerado por um dos membros da CT como lamentável, pois esse é um bom momento para a comunidade esclarecer dúvidas e dar sugestões (Ata 2, 1999).

A comunidade, representada pela Associação Comunitária do Senandes, manifestou-se de forma favorável a APA, tendo recebido uma manifestação da coordenação do projeto. A associação solicitou inclusive que os limites fossem aumentados, como podemos perceber em um trecho do documento:

Tendo em vista a interligação dos banhados, do fluxo das águas, da vida, da fauna e da flora com a Lagoa Verde, de toda a área adjacente, pensando na integração e preservação do ambiente natural, na harmonia e na beleza, sugiro que sejam ampliados os limites da APA para além da RS 734, em toda a extensão da área abrangida pelo projeto em questão. Como moradora, proprietária e componente da diretoria da ACS, coloco-me a disposição dos proponentes para somar esforços. (Ofício 5, s/nº 1998)

Em documento encaminhado pela FEPAM ao DIRG, a demarcação das áreas nas margens opostas ao Arroio do Bolaxa, suas nascentes e a margem do Saco da Mangueira próxima ao Arroio do Bolaxa, definidas como APP, também foram pré-requisitos para que o DIRG (Distrito Industrial do Rio Grande) pudesse obter licenciamento junto a FEPAM. Da mesma forma:

a Prefeitura deve apresentar à FEPAM, no prazo máximo de seis meses a contar da averbação em cartório, Lei ou Decreto Municipal que crie as referidas áreas de preservação, instituindo ali uma unidade de conservação: deverá apresentar plano de manejo e proteção da área no qual estejam definidos os objetivos e usos de cada área, a estrutura administrativa e técnica responsável pela administração das áreas (..)(Ofício 8, 372/98)

Ainda em 1998, deu-se o encerramento das atividades da Câmara Técnica de Avaliação e Criação da APA da Lagoa Verde, resultando em um relatório que foi encaminhado ao Executivo Municipal no ano seguinte (Ofício 10, s/nº 1998).

Em 1998 foi realizada uma Audiência Pública, em um local próximo à futura APA (Sede do Centro Português), que contou com a presença de inúmeras pessoas, entre representantes do poder público e da sociedade civil, em sua maioria diretamente envolvidos na causa, por se tratarem de representantes de associações de moradores do entorno.

Nesta reunião, a área foi analisada quanto ao Plano Diretor do município, revisão dos seus limites, explanação do trabalho anteriormente realizado de

caracterização ambiental e potencialidades para pesquisa. Nessa reunião também foi apresentada e discutida a proposta de criação da APA, e decidiu-se que os interessados em definir alterações no projeto ou esclarecer quaisquer dúvidas sobre o mesmo teriam que fazê-lo dentro de um prazo estabelecido para isso. Além disso, definiu-se que seria formada uma câmara técnica para avaliação do processo e das características do local, viabilizando ou não a proposta. Participantes da reunião sugeriram que tanto o Saco da Mangueira, que é uma enseada estuarina interligada a Lagoa Verde, quanto à área situada à direita da rodovia estadual RS 734 deveriam ser incluídas na área de proteção ambiental. Outro ponto importante foi a decisão de convidar outras entidades afins que pudessem dar suas contribuições ao processo. A reunião resultou em um documento que seria enviado à Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento (Ata 12, 1998).

Também foram discutidas outras propostas, como a criação de uma Reserva Ecológica ao invés de uma APA, sendo que foi explicado que essa categoria era bastante restritiva, sendo que a proposta acordada entre as partes durante as reuniões de trabalho direcionava para a criação de uma APA, pois para a criação de uma UC mais restritiva, seria necessário um melhor detalhamento e mais estudos (Ata 12, *op. cit.*).

Passados oito anos do início do processo, em 1999 foi encaminhado ao Secretário de Coordenação e Planejamento da PMRG um documento objetivando transformar o ambiente em questão em uma área de proteção ambiental. Nos anos subsequentes, foram realizadas reuniões com a comunidade e elaboração do projeto a ser encaminhado a essa Secretaria. Neste mesmo ano a proposta foi encaminhada ao COMDEMA, com a solicitação de um parecer sobre a questão e para que uma câmara técnica fosse criada para implementação da proposta. Tal Câmara Técnica contaria com representantes de órgãos públicos, organizações não governamentais, universidade e organizações da sociedade civil.

Após as reuniões de trabalho, os membros da CT foram favoráveis à criação da APA da Lagoa Verde. Sendo assim, no parecer final da comissão, sugeriu-se que, em caráter de urgência, o COMDEMA deveria enviar parecer positivo ao executivo municipal encaminhando o projeto de criação da APA da Lagoa Verde. A CT sugeriu também que a metodologia de ZEE¹⁹ da APA a ser utilizada deveria ser o método

¹⁹ Zoneamento Ecológico-Econômico

utilizado pelo IBAMA, em conjunto a legislação Federal sobre Unidades de Conservação. Também foi sugerido que a representatividade e participação da comunidade na elaboração e implantação do Plano de Manejo e da própria Unidade deveriam ser levadas em consideração (Parecer Técnico 1, 1999).

A PMRG, por meio da SMCP, juntamente com o NEMA, mostraram-se bastante preocupados em elaborar documentos que defendiam a transformação da área em uma APA, como podemos observar no seguinte trecho, extraído de um desses documentos:

(...) a equipe técnica da SMCP e o NEMA empenharam-se em elaborar um documento objetivando transformar a Lagoa Verde e ambientes adjacentes numa região capaz de continuar proporcionando o magnífico cenário de beleza e vida para a comunidade.

De abril de 1997, data da primeira reunião, até a presente data, uma série de reuniões foram realizadas e muitas propostas surgiram sobre o tema. Participaram das discussões para a elaboração dessa proposta as seguintes instituições: NEMA, FURG, Associação de Moradores do Senandes, Associação comunitária do Cassino, Sindicato Rural, Promotoria de defesa comunitária, Ministério Público Federal, Câmara de Vereadores, CORSAN, Rotary Club, CEA, Sindiagua, CIRG, Comunidade em geral e imprensa.

Juntamente com este documento, encaminhado em 1999, as instituições mencionadas encaminharam um relatório final, que trazia uma exposição de motivos e também uma síntese do desejo da comunidade em transformar a área em uma APA (Relatório 13, 1999).

Em 2001, o COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) através do parecer 001/2001, de 29 de agosto de 2001, delibera de forma favorável à criação da APA. Neste ano também houve o encaminhamento do Anteprojeto de Lei de criação da APA à Prefeitura.

Um parecer de um geógrafo, em 2001, que recomenda uma discussão mais detalhada a respeito da área, esclarece que, de acordo com a legislação vigente, independente de ser criada uma APA ou não, o entorno da Lagoa Verde é uma APP, restando ao órgão de proteção ambiental competente, fiscalizar e proteger. O mesmo parecer salienta que essa mesma legislação estabelece restrições que precisam ser respeitadas.

Sendo assim, para serem atingidos os objetivos propostos na criação de uma APA na área de estudo, necessariamente algumas atividades desenvolvidas nessa área deverão sofrer restrições, fato este que poderá trazer, no futuro, graves problemas sócio-econômicos para o município. (Parecer técnico 2, 2001).

O anteprojeto de lei, depois de discutido e de ter sido aprovado por parecer favorável do COMDEMA, é então submetido à nova audiência pública em 2003. Embora sem manifestações contrárias à criação da APA, algumas pessoas demonstraram preocupação quanto à restrição de atividades na área, comparando-a com a Estação Ecológica do Taim, o que não é pertinente, tendo em vista o caráter menos restritivo dessa Unidade de Conservação em relação ao Taim.

Nos anos subseqüentes, o assunto passaria a fazer parte das reuniões do COMDEMA de uma forma mais freqüente. Durante o ano de 2003, as principais preocupações relacionavam-se com a forma como o projeto seria exposto nas audiências públicas. Outro aspecto considerado bastante preocupante e tema de várias reuniões está relacionado à lentidão do processo no legislativo para a criação da APA, aspecto considerado, principalmente, pelo NEMA (Atas COMDEMA 2003)

Assim, em cada nova reunião do COMDEMA, novos aspectos foram sendo discutidos, relacionados principalmente, às datas de reuniões públicas e à obstrução do processo legislativo. Essa discussão perdurou por todo o ano de 2003, sempre reiterando a preocupação com a seqüência do processo no legislativo. Durante as reuniões, havia sempre uma concordância entre os membros de que a comunidade necessita ser mais informada e envolvida sobre a criação da APA.

A discussão perdurou pelo ano de 2004, quando o vereador Júlio César Pereira da Silva se tornou relator do projeto, conforme relatado em ata do mês de março de 2004. Em maio desse ano era prevista a votação do projeto na Câmara de Vereadores. No mês de Julho, o representante do NEMA informou aos presentes sobre a solicitação de pauta na Câmara de Vereadores, pela quinta vez em dois anos, para votação do Projeto de Lei de Criação da APA da Lagoa Verde. Em novembro, foi solicitado ao executivo municipal, por meio do Secretário do Meio Ambiente que interferisse junto a Câmara com vistas a acelerar o processo (Atas COMDEMA 2004).

No mês de dezembro foi apresentada uma proposta de Projeto de Lei Alternativo para criação da APA da Lagoa Verde, pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente, que viabilizasse a criação da APA. A apresentação dessa nova proposta deve-se ao fato de que a proposta original estaria tramitando há muito tempo sem perspectiva de aprovação, em função dos limites da área proposta originalmente, que a tornaram muito extensa, gerando resistência de entidades e pessoas que recorreram aos vereadores (Ata COMDEMA 06/2004).

Assim, sem perspectiva de aprovação, a proposta alternativa que diminuiu a área da APA de 1600 ha para 510 ha facilitou sua aprovação no legislativo e resolveu o impasse. A nova área compreenderia a totalidade da Lagoa Verde e seu entorno numa faixa de 200 m, restrita a APP. Após apresentação da justificativa fundamentada para o Projeto Alternativo, foi deliberado e aprovado, por maioria simples dos membros, o Projeto de Lei Alternativo para Criação da APA da Lagoa Verde (Ata COMDEMA *op. cit.*).

As discussões relacionadas ao tamanho da área em questão são bastante divergentes entre as instituições entrevistadas. Apenas o NEMA considera que a área precisa ser ampliada, e assim se posicionou desde o início do processo, principalmente no momento em que a área, com quase 1.600 ha, foi reduzida para o seu tamanho atual, de 510 ha.

As demais instituições entrevistadas concordam que o tamanho da área está bom. A instituição 5 diz que a diminuição foi muito importante, pois antes a área era demasiado extensa, gerando conflitos com proprietários de terra e complicando a aprovação. Comentou que, em um primeiro momento a área grande foi diminuída passando a englobar somente a área da Lagoa e suas margens, considerado “ótimo porque não gerou conflitos com os proprietários de terra”, para que as atividades tradicionalmente desenvolvidas no local pudessem continuar existindo.

Com relação ao tamanho, o representante da Câmara de Vereadores considera o tamanho realista. Na época, conta que o estudo foi extremamente fora da realidade, estritamente acadêmico. O representante, no entanto, diz que, embora tenha sido redimensionado, isso não quer dizer que no futuro não possa haver um reestudo para a sua ampliação. Conta também que as decisões tomadas pela sua instituição precisaram ser cautelosas, pois muitos interesses estavam em jogo.

Nós (os vereadores) aceitamos o primeiro projeto com alterações porque o primeiro era superdimensionado, uma área muito grande que abrangia o outro lado (da RS). Ouvimos explicações do porque daquele tamanho, mas achamos que estava bastante degradado, sem condições de recuperação. Quisemos fazer um projeto realista do ponto de vista ambiental e do ponto de vista econômico.

Para ele, a expansão precisa acontecer dentro de uma discussão com os proprietários. Por meio de um estudo racional, a área, tão bonita, alvo de degradação, de expansão urbana, pode ser ampliada. No entanto, na época, não havia referencial e por isso foi utilizado o critério jurídico de delimitação de APP. Assim, a APA ficou restrita à zona de APP, já definida e protegida pela Legislação Federal.

Embora existam conflitos, estes podem ser superados mediante discussões, acordos, alianças e compromissos. Os conflitos são importantes porque demonstram a variedade de relações e interesses existentes em processos complexos.

Finalmente, com a Lei nº. 6.084 de 22 de abril de 2005, foi criada a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde. À população residente é atribuída a obrigatoriedade de participação na recuperação, preservação, fiscalização, defesa e manutenção da unidade, dos recursos e espécies locais, bem como nas etapas de construção do Plano de Manejo da área, futuros programas a serem implementados e outras práticas no local.

Durante o ano de 2005 e 2006 a APA da Lagoa Verde continuou sendo pauta das reuniões do COMDEMA, mas agora com a intenção de obter recursos para a realização do Plano de Manejo. Até o momento do término da pesquisa, o Plano de Manejo ainda não havia sido elaborado e também aguardava por este trabalho, que poderia contribuir para a elaboração do documento.

Como observado, a criação da APA da Lagoa Verde é caracterizada por um longo e demorado processo. Inicialmente, a proposta era a de criação de um parque, ou seja, uma categoria de conservação que, segundo o SNUC, bastante restrita e abrangendo uma extensa área, sendo cercada por uma zona “tampão” (APA no entorno). Existiam, portanto, duas propostas: uma sugeria a criação de um Parque somente na área da Lagoa Verde, suas margens e parte dos arroios e outra, de uma APA, constituída por uma área ainda maior.

Depois de reuniões e debates sobre as implicações legais da criação de UC e dos significados da legislação federal para os termos APA e Parque, acordou-se em criar o Parque, área de maior proteção no centro e uma área maior destinada ao desenvolvimento sustentável ao redor, denominada APA. Foi então lançada uma proposta de readequação dos limites para um tamanho menor, uma alteração da proposta e redução de tamanho para 510 hectares, restringindo a APA às regiões de APP. Tal sobreposição de legislação pode ser considerada um agravante, pois a legislação para as APA é menos restritiva, permitindo intervenção humana e uso sustentável dos recursos. Já a legislação que define as APP é restritiva, não permitindo qualquer alteração na vegetação de APP, exceto em casos de interesse público (BRASIL, 1965).

Enquanto esteve se desenrolando, houve diferenças de interesses bastante grandes, entre indivíduos que não tinham interesse em preservar a área e outros que

exigiam uma área de preservação mais abrangente. Durante o período em que não houve estabelecimento de consenso entre os interessados, o projeto não foi aprovado e ficou tramitando no Legislativo Municipal. Decisões políticas e interesse de moradores que já desenvolviam atividades no local foram responsáveis pelos maiores conflitos, que levaram a uma redução na área real da APA em mais de dois mil hectares, por meio de um projeto alternativo, justificado pela demora na aprovação do projeto original e pela intensa resistência de entidades e pessoas.

O envolvimento da comunidade no processo: participação popular e governança

Participação

A crise ambiental é tida como “invasão do espaço público pelo privado”, pois não há uma preocupação com os interesses e o bem comum da coletividade, apenas com lucros e resultados em curto prazo. Como alcançar o uso coordenado dos espaços quando hoje a competitividade sugere uma utilização cada vez mais privada, e ainda mobilizar para privilegiar o meio ambiente como um bem comum? Como muitas pessoas vão se preocupar com as questões ambientais se muitas vezes não possuem suas condições dignas de sobrevivência supridas?

Essa visão não está de acordo com os mecanismos participativos, onde o espaço da participação popular é espaço de mobilização, de comprometimento com o processo e de ampliação dos espaços democráticos.

Muitos dos mecanismos existentes e utilizados atualmente não são suficientes para garantir uma participação efetiva, e não garantem um envolvimento dos indivíduos no processo e, muitas vezes, quem mobiliza os atores para a participação, pode estar baseado em interesses privados sobre o meio ambiente.

Este é o cenário de uma intensa preocupação da Educação Ambiental crítica: as relações do ser humano com a natureza. A EA crítica busca a construção do saber, não apenas sua transmissão. Busca a mudança de comportamento coletivo, pois apenas a mudança de comportamentos individuais não acarreta a transformação da sociedade e ainda reproduz a educação individualista, de geração de comportamentos treinados para o mercado e para o consumo (Loureiro, 2004).

Os processos participativos necessitam estar permeados por essa educação ambiental, voltada para a compreensão e ação e que busca desenvolver o pertencimento ao sistema ambiental global e a ampliação de consciência.

Segundo Guimarães, (2001)

(...) A não participação, de qualquer que seja o ator social, principalmente os mais antagonizados pelos problemas ambientais, decompõe a realidade reduzindo-a e simplificando-a, não dando conta da compreensão de sua complexidade e somente possibilitando intervenções parcializadas. Sendo assim, só se efetiva a gestão ambiental para a superação dos problemas ambientais, se a participação de todos os atores sociais envolvidos, que compõem a realidade enfocada, for possível. Explicitando conflitos e viabilizando consensos negociados e não impostos.

Assim, um processo contínuo e sustentável, em que diversos setores da sociedade intervêm com interesses particulares e que, em conjunto com o Estado propõe um projeto comum orientado para o benefício de todos e negociação de conflitos eventuais é garantia de êxito. Quando um processo é exitoso, ele aumenta a credibilidade do governo, facilita a gestão e contribui para o fortalecimento da democracia (Marroni & Asmus, 2003). No entanto, o cidadão precisa encontrar respaldo em órgãos que assegurem esse espaço de participação.

É importante salientar que houve abertura para o envolvimento da comunidade no processo de criação da APA, que foi convidada pelos organizadores e compareceu às reuniões realizadas. Embora o número de participantes tenha sido bastante reduzido, houve o convite e a divulgação nos meios de comunicação locais. Portanto, houve reconhecimento, por parte dos organizadores, que a participação da comunidade era de fato importante, que a sua representatividade definiria os rumos da gestão da área.

Também é possível observar que a comunidade recebeu convites para participação das audiências públicas, ou seja, foi mantida informada pelas instituições coordenadoras. As instituições responsáveis pelo projeto, durante contatos escritos sempre garantiu que as propostas da comunidade seriam analisadas, fazendo questão de deixar claro que o apoio era muito importante e necessário. A comunidade foi estimulada a participar, a questionar, a esclarecer suas dúvidas. Isso deixava transparecer uma necessidade e uma vontade das instituições de que a população estivesse envolvida no processo (Ofícios 2, 3, 5, 1998).

A comunidade pôde manifestar-se e dar sugestões, sendo que houve uma abertura permanente aos questionamentos da população local, buscando sanar eventuais dúvidas. Algumas pessoas mostraram-se interessadas, solicitando a participação sempre que possível e colocando-se à disposição das instituições responsáveis (Ofícios 3 e 5, 1998).

Dentre os atores institucionais entrevistados, todos concordaram no aspecto de que o processo de criação da APA da Lagoa Verde foi participativo e também concordam que a participação popular é essencial para a implantação efetiva da APA da Lagoa Verde, pois, com a parceria da comunidade, as tomadas de decisão e a resolução de conflitos são mais fáceis.

O representante da Câmara de Vereadores diz que, na sua atividade política, estimular o cidadão a se envolver cada vez mais nas decisões é primordial.

Os proprietários puderam se manifestar e colocar suas preocupações, as pessoas ligadas a ONGs ambientais também e o projeto foi consequência deste debate. (Instituição 2).

Com relação ao nível de participação, as instituições consideram que as pessoas participaram das discussões, não tendo se envolvido nas decisões e na gestão da área, com exceção da Câmara de Vereadores, que diz ter havido um envolvimento das pessoas nas decisões do processo, definindo o processo como amplamente participativo, pois todos os interessados foram envolvidos. O representante salientou também que a gestão da área deve ser feita pela Prefeitura Municipal ou outra entidade para a qual ela repasse a gestão. No entanto, o conceito de governança diz que pode haver uma descentralização do poder do governo, que transfere a gestão de uma determinada área, por exemplo, para a comunidade (Salas, 2006).

Um ponto importante colocado refere-se a entidades importantes e que teriam muito a contribuir, especialmente por ter vivenciado o ambiente como era e suas transformações até os dias atuais, mas que não participaram de forma ativa no processo. As outras instituições interessadas, em especial aquelas que possuem um contato direto com a região em questão (Sindicato Rural, Clube de Caça e Pesca) por suas sedes estarem localizadas no entorno da APA, tiveram uma participação praticamente nula (Ata 4 e Parecer Técnico 1, 1999).

A participação e o interesse dos moradores e proprietários da área é outro ponto levantado nas entrevistas, embora muitos não saibam da dimensão e importância de um projeto como esse (Instituição 3).

O COMDEMA, por ser um órgão representativo dos interesses da comunidade foi considerado de extrema necessidade na continuidade do processo, tendo sido o palco de inúmeras discussões sobre o projeto. No entanto, embora as instituições participantes fossem diversificadas e o Conselho paritário, muitas representações da comunidade relacionada diretamente não faziam parte do mesmo.

No Conselho Municipal do Meio Ambiente houve uma discussão aberta das questões relacionadas ao processo, tendo sido criada, inclusive, uma Câmara Técnica específica para tratar deste assunto. O assunto foi considerado tão relevante no COMDEMA, que foi tema durante várias pautas, recomendações e outros documentos que chamavam a atenção para o local, durante várias reuniões. A criação de Câmara Técnica no COMDEMA acelerou a apreciação do processo, culminando com o parecer favorável dos seus membros à proposta.

O representante da Câmara de Vereadores considera que as discussões em algumas instituições participantes, restringiram-se ao corpo técnico e colaboradores, não tendo sido expandida dentro das mesmas. Ele também considera fundamental a participação da Câmara na elaboração do Plano de Manejo, porém o papel da Câmara na preservação é pedagógico, não executivo, e considera que, por meio da Câmara de Vereadores, o debate foi ampliado. Revela ainda que, em geral, é possível dizer que a criação da APA da Lagoa Verde contou com a decisão de uma parcela significativa da população local e das instituições do município, caracterizando a “decisão representativa de desejo da população” (Instituição 2).

Foi bastante discutido na Câmara. Quando um projeto não é polêmico, é apresentado em uma sessão e na outra já é aprovado, não foi o que aconteceu nesse caso, pois passou por várias sessões diferentes de discussão para depois ser tomada uma decisão. (Instituição 2).

No entanto, da totalidade das vinte e cinco entrevistas realizadas de forma aleatória com a comunidade do entorno da APA, não se encontrou nenhum dos entrevistados que tenha estado presente nas audiências públicas para criação da APA e que tenha participado do processo de criação em algum momento. Um fato que explicaria essa falta de envolvimento é a presença de muitos moradores novos, que moram no local há menos de 10 anos.

Provavelmente a grande maioria das pessoas entrevistadas estaria a par de informações mais novas, visto que o processo de audiência pública foi bem antigo. A maior parte das pessoas disse não ter sido informada sobre o processo ou não ter o hábito de participar, reforçando a cultura de não participação da população, como é constatado na entrevista de um dos líderes comunitários: “É que nem nas reuniões da LDO, que vou eu e eu mesmo...”

As pessoas entrevistadas também demonstram uma dificuldade relacionada ao desinteresse em participar das atividades, das ações, de cumprir seu papel enquanto

cidadãos, quando comentam que “É importante que a comunidade participe, mas eu não iria...” ou “... eu não sei nem quando é as reuniões da Associação”. Qual o motivo para os cidadãos não estarem interessados em participar de decisões que poderiam mudar suas vidas e que diz respeito aos seus locais de moradia?

Alguns estudantes da FURG já estiveram aqui fazendo pesquisa, mas eu não quis responder. Você me pegou hoje num dia bom... Eu não quero me envolver, quero descansar... Enquanto uns querem, outros não querem como eu... (participar)... eu não me meto, cada um deve fazer a sua parte.... Não pretendo me envolver, não é necessário me envolver em nada aqui. (Entrevistado 21).

Grande parte dos entrevistados reconhece a necessidade de se envolver, se reunir mais, se manter informado das coisas, reconhecendo que falta um pouco mais de interesse em buscar informações. Embora as pessoas considerem importante preservar, reclamam muito da falta de tempo. Outros acham que há muito pouco interesse na preservação do local. Percebemos nos trechos a seguir transcritos situações que comprovam essas afirmações

A comunidade deveria se reunir. Deve haver uma concentração para decidir sobre a área. As pessoas mais próximas da Lagoa são mais interessadas em preservar, porém há poucos interessados... O único que toma alguma iniciativa é o presidente da associação... Falam muito em fazer reuniões. Embora as reuniões de bairro ocorram com frequência as pessoas não vão... (Entrevistado 14).

Inúmeras desculpas são dadas para justificar a ausência da comunidade nas decisões

As pessoas hoje não têm tempo para se envolver com essas coisas. Tem que marcar um horário que fique bom pra todos, juntar o pessoal, tem que chegar junto, porque se não for assim, o pessoal não participa. Se o pessoal não for, não tem como botar na cabeça dos outros que não foram (Entrevistado 10).

Alguns moradores se interessam pela preservação do local, não sei daqui eu acho difícil, os moradores daqui, a comunidade, como um todo, porém está tudo muito devagar, as coisas deveriam andar mais depressa. (Entrevistado 11).

De fato, não podemos destacar apenas um responsável. As pessoas reclamam da falta de resultado, talvez por isso não acreditem na mudança ou não querem perder seu tempo precioso em vão. Os processos participativos estão desacreditados por não apresentarem reflexos imediatos. Embora tenhamos a consciência de que a transformação é lenta e apresenta resultados em longo prazo, a grande maioria das pessoas exige resultados imediatos (Guimarães, 2001). Para que os principais envolvidos participem é necessário criar mecanismos que ofereçam algum retorno, para que se sintam recompensados e motivados a participar.

Foi possível constatar um interesse da comunidade em participar de outras reuniões sobre os rumos a serem tomados em relação a APA, mas a maioria não sabe do papel relevante que a população apresenta nesse tipo de processo, embora reconheça sua importância nessas circunstâncias. Ou seja, sabe que é importante que a população participe, mas não sabe que existe essa necessidade e até essa exigência.

A população, em geral, demonstrou durante o processo uma boa aceitação à adequação do tamanho da área APA, embora existissem (e ainda existam) muitas dúvidas sobre as implicações de uma UC, suas restrições, usos, ocupação e limites.

As instituições que se envolveram na criação do processo, desde o início, e que mantiveram sua preocupação até o final foram a Prefeitura Municipal do Rio Grande, por meio da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, o NEMA, a FURG, o Museu Oceanográfico e Câmara de Vereadores.

Não é exagero dizer que, durante todos esses anos, houve uma grande união de esforços das instituições, através da formação de equipes técnicas, trabalho conjunto e discussões técnicas, uma colaboração mútua, cada qual dentro de suas atribuições. As instituições afins foram convidadas e se manifestaram. Como todo processo participativo, houve, por parte de algumas entidades, pouca participação. Esse trabalho conjunto gerou uma série de discussões e união de idéias que culminaram com a defesa do projeto de criação da APA.

Responsabilidade pela preservação e fiscalização

As instituições entrevistadas, em geral, estão cientes da existência da Lei que cria a APA, considerando-a como um marco legal capaz de alavancar as ações de conservação na área. Consideram também que, embora a função da lei seja resguardar e amparar o patrimônio, ela interfere na atitude dos indivíduos na preservação, não de forma direta, apenas com ação fiscalizatória, mas impedindo que se aprovelem empreendimentos incompatíveis com a vocação local, por exemplo.

Da mesma forma, os representantes das instituições entrevistados mostraram-se bastante informados sobre o Plano de Manejo. Dentre as definições apresentadas, os entrevistados explicaram que um Plano de Manejo é um Plano Diretor da área, definindo os empreendimentos que podem e que não podem ser feitos; que serve para gerenciar o uso da área, manejar atividades e espécies utilizadas; é a regra que vai regulamentar e definir as atividades no entorno e nas atividades, auxiliar na concretização das ações na APA e orientar as ações de conservação e manejo da UC e seu entorno, para tornar a zona auto-sustentável.

A população entrevistada aponta a idéia de meio ambiente enquanto propriedade privada, afirmando que muitos moradores estão utilizando essa área em benefício próprio. Segundo eles, não é incomum encontrar cercas que impedem o acesso a Lagoa. Os indivíduos também não possuem essa noção de “área pública” e da necessidade de cuidar desses ambientes para o futuro (sustentabilidade) e utilizam áreas públicas para fins privados.

Eles (os proprietários) têm uma cerca na propriedade que dá acesso à Lagoa, precisaria abrir um acesso... Eu acho que deve abrir um acesso pra gente poder aproveitar mais a Lagoa... Eles não deixam ninguém entrar, mas é um jeito de preservar, de não deixar explorar. Para chegar até a Lagoa é preciso dar uma grande volta em função das grades que existem. É preciso conversar e pedir permissão para o proprietário e passar (Entrevistado 9).

Como nos coloca Guimarães (2001), muitas vezes, “o que mobiliza à participação dos atores num processo de gestão são interesses privados sobre o meio ambiente. Interesses que podem estar atrelados a diferentes escalas (...)”.

Uma reclamação importante realizada pela população relaciona-se à inércia do poder público para resolução dos problemas e demandas. Os principais órgãos lembrados são o IBAMA e a PMRG, considerados ineficientes, e o NEMA,

considerado mais atuante: “O NEMA é quem divulga mais. É o único que eu sei a quem recorrer se acontece alguma coisa (Entrevistado 24)”.

Chamamos o IBAMA em função das pessoas estarem pegando orquídeas das árvores e não houve retorno. Uma vez o IBAMA teve de vir aqui, pois tinha um jacaré no laguinho aqui atrás da casa, como eu tenho criança pequena eu queria que tirassem ele daqui. Mas o IBAMA disse que não podia fazer isso porque aqui é uma área que não pode ser modificada (Entrevistado 12).

Não sei, o pessoal do IBAMA só proíbe as coisas, eu não posso nem fazer a entrada da minha rua. O que eu sou contra é essa fiscalização que só quer aparecer na televisão. A preservação tem que existir, mas eles (o órgão fiscalizador) complicam a vida das pessoas quando proíbem certas coisas. O Ibama não faz nada! Não adianta falar pro Ibama, eles fazem que não vêem (Entrevistado 19).

A Brigada Militar também foi lembrada em alguns momentos, principalmente no caso de não esclarecer dúvidas e não agir nem dar orientação em algumas situações “O vizinho aqui ligou pra BM e eles disseram que não podiam fazer nada e não sabiam qual o órgão que fiscalizava (Entrevistado 19)”.

Ainda com relação à inércia, um aspecto muito importante é a questão da fiscalização, da qual os moradores reclamam que não há punição para quem comete os crimes e que às vezes realizar a denúncia não dá resultado nenhum

...a lei muda (a pessoa) por meio de uma denúncia, se houver a denúncia é preciso que haja ação, porque se houvesse fiscalização viria o órgão e tu veria, ó, ta funcionando, tem que cuidar. Isso funciona só pra pegar nosso dinheiro. Na há vigilância e fiscalização (Entrevistado 24).

De repente se houvesse mais informação e fiscalização séria que o pessoal levasse mais a serio e punisse de verdade. Deve haver uma maior pressão em cima da comunidade, uma maior fiscalização, cobrar mais (Entrevistado 14).

Quanto à responsabilidade dos órgãos ambientais na preservação da área e na fiscalização pelo cumprimento da legislação pertinente, não é claro para a população de quem é a responsabilidade legal e de fiscalização.

Os grandes responsáveis pela preservação da área, segundo as Instituições, são os proprietários e moradores do local e também o poder público, devido à importância dessa área. O representante do Museu Oceanográfico menciona a relevância da FURG, que pode organizar-se com um quadro habilitado, mas sem esquecer as pessoas que vivem ali há muitos anos, indispensável na construção do Plano de Manejo. Ele cita a Prof.^a Judith Cortesão que contribuiu para a gestão da área e com ações para alertar sobre a importância do local com relação ao ordenamento territorial. Considera a FURG fundamental, pois poderia aproveitar os diversos profissionais em

formação nos cursos da universidade para retirar resultados práticos e também tirar proveito para o desenvolvimento de pesquisas.

A idéia de que a lei não modifica a atitude dos indivíduos também está presente

Muitas pessoas não ficam dentro da lei. Acho que pra preservar o meio ambiente não precisaria nem de lei, as leis nunca foram cumpridas. Acho que ninguém cuida para te falar a verdade, os moradores só destroem, mas acho que a comunidade tem que cuidar porque mora aqui, e para morar num lugar bom tem que cuidar (Entrevistado 14).

E também a desculpa de que a falta de informação seria motivo para causar degradação ambiental.

A maioria das pessoas não sabe que tem que preservar, corta as árvores e mata os animais aqui no banhado, capivara, lontra, jacaré. O pessoal costuma jogar muito lixo ali nos banhados No caos que está se não preservar não se sabe onde vai dar (Entrevistado 7).

As responsabilidades não estão claras e bem definidas para a população. Embora exista uma lei de responsabilidade sobre a APA e a UC esteja instituída legalmente, ainda não está instituída de fato, situação muito comum no Brasil, atualmente (Dourojeanni, 2001).

Percepções a respeito da área

Podemos observar o discurso da beleza cênica, da tranqüilidade, que desperta o gosto dos moradores pelo local. A área é considerada bonita, boa de viver por apresentar tranqüilidade e pouco barulho. A população também diz gostar do local por ser tranqüilo e agradável e propiciar liberdade, qualidade de vida e saúde.

A área, do ponto de vista ecológico, é avaliada como de grande importância, pois funciona como um dreno que recebe as águas dos arroios, cujas nascentes precisam ser protegidas. Do ponto de vista estratégico, é considerada importante devido à posição que ocupa entre o Balneário e a Cidade (Instituição 4). Ainda é considerada de extrema importância para a manutenção da qualidade sócio-ambiental do município do Rio Grande e pela sua beleza cênica, sendo definida como “um lugar muito lindo” e onde “existe muito recurso a ser preservado” (Instituição 5).

Para um dos entrevistados, é necessário mobilizar a comunidade para a preservação cultural e do meio ambiente, que muitas vezes é tratado como lata de lixo, pois as pessoas não estão preparadas para uma vivência harmoniosa com o meio

ambiente: “A causa ambiental é envolvente e precisa de muitas mentes, e é preciso que as pessoas conheçam cada vez mais os processos ecológicos” (Instituição 3).

O distanciamento e a dicotomia entre ser humano e natureza e a idéia de meio ambiente e recurso natural como bem a ser utilizado também pode ser observado em algumas opiniões. Para muitos moradores, ainda existe uma visão de meio ambiente como “inimigo”, ou como aquele que emperra o progresso, aliado ao despreparo dos cidadãos em mobilizar-se para discussões desse tipo, sem perceber os reflexos nas suas vidas e no seu futuro “Agora não pode nem cortar árvore aqui” (Entrevistado 17). O ser humano, neste caso, se vê como algo desvinculado da natureza, como se o “verde” estivesse lá e ele aqui: “Aquilo ali é natureza, devemos deixar como está. O homem não tem que se meter, não tem que mexer!” (Entrevistado 11). Não há uma compreensão sobre fazer parte do ecossistema (Carvalho, 2004).

Muitos não sabem nem onde fica a Lagoa, não apresentam o costume de visitar, de passear lá, de valorizar um ambiente próximo e tão rico e pessoas que se mudaram a pouco nem sabem sobre a área.

A comunidade, embora considere o local sujo por conter lixo, não enxerga isso como um problema seu, ou seja, não considera que a própria comunidade coloque; é quem visita e quem passa pela estrada que põe; com isso, consideram que a comunidade local fica com uma “má fama” (Entrevistado 1).

Há um grande valor atribuído a praias, cachoeiras, que possuem, para a maioria da população, uma beleza cênica importante; banhados, lagoas e matas brejosas, não são ambientes considerados “bonitos” pela maioria da população. A área é subutilizada, ou seja, seu potencial turístico, científico e educacional não é aproveitado pelas instituições e até mesmo pela população. Os ambientes não são valorizados e as áreas são, em geral, subutilizadas, enquanto poderiam estar sendo utilizados como alternativa sustentável de renda (dos Anjos, 1998).

No entanto, algumas pessoas apresentam preocupação e a consciência do seu papel na preservação dos ecossistemas locais, pois muitos entrevistados responderam que gostam do local e que acham importante que as pessoas que moram lá se interessem pela preservação da área. Existe, em algumas pessoas, a noção de que a responsabilidade é de todos.

Cada um tem o seu papel a preservar. O interesse é de todas as pessoas que moram aqui... A preocupação com o meio ambiente deve ser de todos. Todos devem preservar é algo para o futuro, devemos nos unir para preservar. Já que moramos aqui, se todos se

preocupassem seria bem melhor. Tem que ter consciência (Entrevistado 25).

O pessoal cuida aqui... O pessoal não bagunça, não arranca árvore, tinha muito lixo aqui nesse campo do lado, mas agora o caminhão passa todo dia aqui na rua. Eu vou te ser bem sincera, a gente vê as pessoas botando fogo no banhado... o pessoal já me disse aqui na minha área: corta, corta, corta, pra aumentar teu terreno e eu não faço né, eu cuido do meu, muita gente não concorda com essa atitude minha, não gosta muito. A gente vai lá pro fundo e tem o verde, tem a mata, tem o passarinho, eu não pretendo sair daqui (Entrevistado 18).

Também é possível perceber uma grande preocupação com a transformação do meio ambiente com o passar dos anos, o que é tido como algo negativo, as modificações são consideradas para pior.

Aqui tem muitas aves, não como tinha antes, lontra, jacaré, lagarto, frango d'água. A gente mora aqui há quarenta anos, praticamente (...) eu vejo uma degradação muito grande, eu comecei um projeto com a minha turma aqui na 3ª e 4ª série em 1988 (...) trouxe aqui minha turma esses dias... Agora perdeu o encanto... Quando eu passava eu via os patos do pescoço preto nadando... Hoje tu não vê mais bicho! É muita gente morando, muita ocupação, muita gente na volta. Lembro que a gente andava no caico no arroio Bolaxa e não era esse horror. Na última vez que eu fui me decepcionei tanto! A minha diretora me disse, mas tu me fez entrar nesse mato pra ver isso? (Entrevistado 25).

Várias atividades consideradas “sustentáveis” também são realizadas no local. Dentre as atividades que foram citadas destacamos a pesca de lazer, o cultivo de hortaliças sem o uso de agrotóxicos (agroecologia), apicultura. Dentre o que foi mencionado pela população a respeito da preservação dos ambientes, destaca-se: “não colocar lixo; é importante conservar os arroios; não usar agrotóxicos; respeitar a natureza; não banhar animais no arroio, preservação das lagoas, banhados e arroios”.

Como podemos observar, há certa noção de preservação ambiental e de cuidado e de meio ambiente. O meio ambiente, no entanto, está relacionado apenas a uma área para o lazer e também a um local sujo, pela presença de vegetação, por isso os moradores consideram necessária uma limpeza. A biodiversidade da região também é apontada como um dos atributos ecológicos notáveis, além da grande diversidade de ecossistemas e da qualidade da água.

É importante utilizar a EA para que a comunidade se envolva e se aproprie ainda mais do processo, que os moradores do entorno bem como os outros atores conheçam os objetivos da APA, saibam que no local está instituída legalmente uma Unidade de Conservação, importante para a manutenção da qualidade de vida da população e dos ecossistemas característicos da região.

Informação, divulgação e educação ambiental

Há certo desconhecimento da situação atual da legislação sobre UC; com relação à Legislação Municipal as pessoas também não conhecem, não sabem quais as vantagens de uma unidade de conservação, quais as vantagens na criação de uma APA. Também há muita falta de informação: “Olha, eu não tinha ouvido nenhum comentário sobre essa tal de APA, mas acho que tem que ter a consciência para preservar” (Entrevistado 8)

A falta de divulgação e informação a respeito da área é uma questão preocupante. Inicia-se essa reflexão com o trecho de um discurso de um morador: “Todo mundo sabe que isso aqui é área de preservação (Entrevistado 25).” Será que foi isso que a pesquisa demonstrou? Outros comentam que “Tá faltando divulgação, a comunidade não participa porque ninguém sabe!” e “Se vocês pegarem ai pra dentro vão ver que muita gente nem sabe disso... nem sabe de APA, de IBAMA, nada... Eu moro aqui há quinze anos e não sabia que isso era uma Área de Preservação” (Entrevistado 13).

Encontraram-se questionamentos bastante preocupantes, do tipo: “Ibama e APA é a mesma coisa?” e do tipo “Plano de Manejo? O que é isso?” (Entrevistado 10), destacando o déficit de informação existente na área. Aliás, nenhum entrevistado sabe o que é e para que serve um Plano de Manejo.

Alguns moradores mostram-se bastante indignados:

Eu acho que deveria ser mais divulgado! Eu estou morando em uma região que eu não sei a importância, se eu vejo alguém fazendo algo que acho errado eu não sei se tá certo ou errado. Nunca veio ninguém aqui conversar conosco sobre isso. (Entrevistado 6).

E sugerem que

A informação que tem que ser dada é pros pais, na associação de bairro, na escola, pra educar o pai e a mãe... Se tivesse reuniões da prefeitura, NEMA, FURG, para ocorrer reuniões, palestras, seria muito interessante. Tem que fazer reuniões para explicar porque essa área é importante (Entrevistado 25).

Portanto, quando surgem questionamentos do tipo “Como cuidar da Lagoa se você não conhece? Falta conscientização, diálogo, falta o conhecimento, falta palestras e reuniões” é reiterada essa indignação de alguns cidadãos com relação à falta de informação da comunidade, que já tem certa cultura de não participar das atividades e se o poder público e os órgãos competentes não buscam essa participação, as pessoas também não buscam, então fica um jogo de empurra de responsabilidades.

Algumas pessoas da comunidade, em geral, acham que a responsabilidade nunca é sua. Às vezes não é mesmo, mas isso não justifica o fato da população não saber o que é responsabilidade das instituições, de buscar a informação. A culpa da comunidade não saber quais as responsabilidades de cada um na preservação e na gestão é de ambas as partes

Fica a cargo do presidente do bairro ser o intermediário com a Prefeitura. Acho difícil a comunidade sozinha fazer alguma coisa, é necessário a conscientização de algum órgão do governo ou alguma ONG (Entrevistado 3).

Tem que fazer uma coisa organizada (a Prefeitura) porque ela diz uma coisa pra cada um, que abre valas sem critérios, cada um abre valas para o seu lado, trancam a entrada dos terrenos dos outros. Alguém tem que se responsabilizar, cuidar, sei lá... não pode ficar assim... eu sei que a natureza se recupera, mas não dá pra deixar assim né... se todo mundo vai ficar poluindo os lugares, aí sim, né (Entrevistado 22).

Com relação à educação ambiental, existem pessoas que afirmam “Eu cuido da minha casa”, que nos remete a uma idéia simplista, onde basicamente é necessário seguir um padrão de comportamento, realizar as suas tarefas, porém sem buscar com a coletividade a mudança, da transformação, situações discutidas pela EA crítica.

A entrevistada 25 demonstrou um bom conhecimento da questão Educação Ambiental, da busca da educação a partir da realidade dos alunos.

Mas não é de uma hora pra outra. Aqui tem muito filho de agricultor e isso é bom! A professora aproveita a experiência deles e dá aula em cima disso. A pessoa precisa visitar o lugar que ela mora porque às vezes ela não conhece. Às vezes, as pessoas se envolverem tu tem que fazer coisas mirabolantes, ta todo mundo correndo atrás da máquina e esquece do resto. Tu começa a questionar e tu desenvolve a consciência na pessoa. Se eu não tivesse participado de um projeto do NEMA (refere-se a uma palestra sobre a APA), eu não saberia a importância da região.

A educação ambiental apresenta um papel fundamental como intérprete e mediadora de conflitos, sendo indispensável em todos os momentos e espaços onde o ser humano se relacione com o meio ambiente, ou seja, é para isso que ela existe, para melhorar o relacionamento entre o Meio Ambiente e o ser humano, na busca da reflexão e ação transformadora para o bem comum. Essa visão vai ao encontro da opinião dada pelas Instituições entrevistadas. A EA é considerada essencial para envolver a comunidade do entorno nos processos de conservação da área e fundamental para alcançar a sustentabilidade.

O local é considerado ideal para construir o conhecimento, pois é próximo da realidade da comunidade, além de ser bonito e abrigar tantas formas de vida.

Infelizmente, os entrevistados lamentam a inexistência da clareza sobre a importância e beleza, pelos cânions e histórias naturais que podem ser valorizadas e aproveitadas para sensibilizar as pessoas a apreciarem e protegerem (Instituição 1, 2 e 3).

É destacada a importância da realização de atividades para a orientação da comunidade, que envolva as pessoas em geral e também os proprietários de terra, como caminhadas de mapeamento, conversas porta a porta e esclarecimentos para fazer com que a população assuma um compromisso com o local.

Para o representante da Câmara, houve educação ambiental durante o processo, caracterizada por uma construção cognitiva por meio da informação e debate, mas segundo ele a atuação de muitos órgãos que participaram na época é quase nula com relação a isso, atualmente. Considera ainda que, ao invés de encarar como ônus, como faz a maior parte da população, é preciso uma mudança de atitude e pensamento para encarar a questão ambiental e o fato de morar nessa área como um bônus. Sugere incentivar a questão fiscal, por meio da redução de taxas e impostos.

(...) é importante que haja conscientização, uma educação ambiental para a restrição de uso da propriedade, a pessoa tem isso como ônus, tem privilégio em ter uma área assim. Acho que a educação ambiental precisa ser direcionada para os proprietários, visando quebrar a resistência ao ônus.

A falta de divulgação e de continuidade no processo são problemas apontados pelas instituições entrevistadas. Um dos motivos apontados é a necessidade de despesas e custos com pessoal, restringindo a atuação.

Todos os representantes das Instituições entrevistadas sugeriram que uma maneira de fazer com que haja interação na comunidade é informar mais sobre a APA, abrir fóruns de debate e mais reuniões com a comunidade e, principalmente, reabrir a discussão na Câmara de Vereadores. O representante da Câmara conta que, depois da aprovação da lei, nunca mais foi procurado para conversar sobre o assunto. A necessidade de mais pesquisas, folders sobre a área também foi apontada. Para a comunidade participar de forma efetiva é necessário estabelecer um diálogo claro para buscar educar as pessoas para que sejam capazes de compreender, discutir e propor algo que seja viável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"No retrato que me faça - traço a traço - às vezes me pinto nuvem, às vezes me pinto árvore... às vezes me pinto coisas de que nem há mais lembranças... ou coisas que não existem mas que um dia existirão... e, desta lida, em que busco - pouca a pouca - minha eterna semelhança no final, que restará? Um desenho de criança corrigido por um louco."

Mário Quintana

Finalizar um trabalho dentro do contexto da EA é um grande desafio, pois sempre existem novas possibilidades se desvelando a todo instante; mergulhos e reflexões se fazem necessários de forma cada vez mais aprofundada, aprofundamento que, muitas vezes, não pode ser alcançado no prazo estabelecido para o Mestrado.

Diante dessas inúmeras possibilidades, caminhos diferentes vão tomando forma, criando espaços de ação-intervenção e ação-pesquisa neste vasto campo, tornando a obra permanentemente inacabada.

Sendo assim, se pretende que este não seja um ponto final, mas uma importante contribuição para a construção de cenários futuros na APA da Lagoa Verde.

A criação desta UC é definitivamente uma saída à destruição dos ecossistemas que ocorre de forma cada vez mais intensa nos dias de hoje. A preservação dos habitats e da biodiversidade, além da importância ecológica e de favorecer os seres vivos em geral, deverá garantir uma melhoria na qualidade de vida da população do entorno da APA, por trazer benefícios como a estabilidade climática, beleza cênica e estética e manutenção dos recursos naturais. Nas condições em que se estabelece, a APA é a última área "natural" no município, preservada em uma zona predominantemente urbana. No entanto, é necessário lembrar que a intervenção para a

preservação deve levar em conta as peculiaridades de cada ecossistema, que apresenta características diferenciadas determinantes na sua preservação.

No processo de transformação do meio ambiente são criados e recriados modos de relacionamento entre a sociedade e a natureza, sendo natural que, em um percurso tão longo de criação, existam interesses individuais e coletivos que podem convergir e divergir, gerando conflitos.

Tais conflitos precisam ser problematizados, pois estão ligados a um agir não consciente, situado fora do plano ético de relacionamento com o meio ambiente. Essa problematização é um espaço para a frutificação da EA, de superação do olhar ingênuo direcionado apenas para o bom comportamento do cidadão e que deixa de lado a transformação dos valores construídos historicamente pelo humano (Loureiro, 2006).

Os conflitos que tomam forma são problemas comuns, como lixo e esgoto, assim como corte de mata nativa, colocação de fogo, consequência da pressão de ocupação. Alia-se a esses problemas a falta de fiscalização dos órgãos responsáveis, além da falta de informação sobre a importância e o papel que os ecossistemas protegidos pelas APA e APP representam. Isso ocorre devido à pouca atuação ou ações isoladas de EA e, principalmente, uma falta de comprometimento com a questão legal por parte da população, que apresenta uma cultura de desobediência à lei, feitas não para ser burladas ou flexibilizadas, mas para ser obedecidas.

Para lhe proteger, a APA da Lagoa Verde possui amparo na legislação Federal, Estadual e Municipal, ou seja, nas três esferas. Como já discutido, há também sobreposição legal na área, protegida enquanto APA de forma menos restritiva e enquanto APP, de forma mais restritiva. Com tantas leis jurisdicionando o local, a população deixou transparecer que deve existir fiscalização e que respeitar a legislação é fundamental. Mas há dúvida se a solicitação em fiscalizar não é a prova principal de que o indivíduo insiste no ato criminoso enquanto não há ninguém vendo. As pessoas conseguem vislumbrar o dano ambiental e concordam que isso é um crime, ou não? Principalmente, existe a possibilidade de respeitar a legislação sem ser fiscalizado? Ou apenas se o órgão ambiental estiver fiscalizando?

Surge ainda o uso inadequado ou subutilização da área, onde, ao invés de aproveitar um ecossistema pela sua beleza cênica, podendo se tornar um atrativo turístico, marginaliza-se o local, que passa a ser considerado sujo, perigoso, ou seja,

completamente desqualificado pelos seus atributos naturais e ainda passa a receber lixo e esgoto.

Neste contexto, em conjunto com a criação do Conselho Gestor da APA, o Plano de Manejo da UC é uma necessidade e precisa ser urgentemente elaborado, constando no mesmo um programa de monitoramento e de educação ambiental. Contudo, elaborar o Plano de Manejo requer investimentos na área, captação de recursos para realizar os projetos aplicação de recursos oriundos de medidas de compensação ambiental de empreendedores por danos ambientais causados.

Ao planejar o manejo desta UC, governo e sociedade planejam seu futuro coletivo e sustentável, em médio ou longo prazo, e definem suas estratégias e metas para a preservação. Uma UC deve ser pensada nas diversas dimensões que a formam (política, social, cultural, ambiental), articuladas e orientadas em função das necessidades coletivas, em busca da sustentabilidade.

O manejo ambiental é um processo de mediação de interesses que se configura como um espaço de ação importante para a EA, diante do desafio de geração de condições para a ação política e garantia de participação de cada um dos diferentes segmentos envolvidos, buscando caminhos de superação dos conflitos sócio-ambientais (Layrargues, 2006).

A gestão é, portanto, um processo de negociação, onde há forças que concordam e que discordam. Essa negociação manifesta-se com a participação, que irá construir a realidade baseada numa relação de diálogo e interação entre as partes, para tornar possível a superação de “problemas”, explicitando os interesses e chegando a um consenso (Loureiro, 2003).

A elaboração do Plano de Manejo da Unidade e a coordenação dos projetos não podem ficar nas mãos de pessoas com conhecimento superficial. Porém, engajar todos os moradores e atores citados na preservação e na preocupação com a área é uma maneira de fazer com que a gestão obtenha êxito, já que não é preciso um alto nível de compreensão para as pessoas aprenderem a conviver com um ecossistema tão frágil.

Percebeu-se, neste estudo, a atuação conjunta de diversos atores sociais envolvidos no processo, ora convergentes, ora divergentes em suas intervenções; alguns menos atuantes, outros presentes de maneira mais efetiva, nas várias etapas do processo de criação da APA. Existiu uma abertura ao envolvimento comunitário por parte dos executores técnicos, embora a comunidade não tenha participado como

desejado. A participação popular, durante todos esses anos, restringiu-se à informação e à participação do público nas discussões. Projetos que envolvam a comunidade nas decisões ou na gestão ainda não foram concretizados.

No entanto, apenas a criação dos mecanismos participativos, de fato, não garante a participação efetiva. Esta só ocorrerá com a mobilização e motivação dos atores sociais, construídas com o comprometimento. Os indivíduos precisam ter delegadas responsabilidades para que se sintam sujeitos do processo de mudança. É preciso oportunizar situações nas quais os seres humanos possam repensar o seu papel, adquirindo consciência da realidade e de sua capacidade para mudar essa realidade (Marroni & Asmus, 2003).

Existem determinadas tarefas e funções que somente são estimuladas e concretizadas pela iniciativa e compromisso do indivíduo frente ao meio em que vive, por meio da educação, em busca da ação política, onde é incontestável a importância da EA na consolidação de mecanismos participativos. Para isso é necessária a interação, o empenho e planejamento entre as estruturas governo e sociedade.

Embora visíveis os avanços nos processos participativos, os objetivos concretos somente serão alcançados quando o público envolvido estiver consciente do processo. Assim, a tomada de consciência passa por ampla divulgação das informações, de forma acessível, ao público interessado. A ampla divulgação deve passar por todos os meios de comunicação e contar com a colaboração de todos os segmentos envolvidos no processo multidisciplinar de participação (Marroni & Asmus, *op. cit.*). Contudo, a divulgação de informações, científicas ou não, precisa ser um canal de diálogo para que o efeito alcançado não seja contrário ao desejado, pois, como nos diz Loureiro (2006) “ao se dismantelar todo um código cultural consolidado pela imposição de (...) verdades estranhas, as comunidades passam a ver tais lugares como bens de consumo”. Evitar que os grupos comunitários sejam “inimigos” do meio ambiente facilita a ação educativa.

Uma comunidade consciente mobiliza-se quando existem objetivos comuns. A mobilização desencadeia a ação, ou seja, a participação nos processos de gestão. Para a conquista do futuro sustentável e promissor é preciso incentivar essa sociedade a se tornar mais ativa e consciente, com oportunidades de participação em discussões que irão influenciar o seu modo e estilo de vida, ao mesmo tempo em que é fundamental contar com um governo dinâmico, descentralizado, interveniente e justo, que forneça o *feedback* necessário à população.

A participação pública deve englobar não só o processo de tomada de decisões, mas a sua subsequente aplicação, incluindo o atendimento de reclamações e reparações por decisões erradas. Para construir o próprio futuro, as pessoas interessadas são elementos importantes no processo de elaboração de políticas de gestão para reorganização do espaço social que habitam (Marroni & Asmus, 2003).

Para ter continuidade é imprescindível ressaltar a ação participativa e o diálogo entre governo, técnicos e população. É de vital importância interligar os mais diversos agentes do desenvolvimento nas questões que envolvam o manejo integrado.

Assim lideranças governamentais e comunitárias são agentes de transformação, podem interferir na organização de suas regiões e facilitam um maior poder de atuação da comunidade frente ao meio e às instituições. O indivíduo, portanto, pode se tornar um agente transformador de seu meio ambiente, contribuindo para a melhoria das condições de vida.

Os resultados devem surgir a partir de um despertar da própria comunidade, que irá dar-se conta do problema e buscar soluções plausíveis e contextualizadas. A transformação de cada indivíduo transforma a sociedade e vice-versa, sendo esta uma reação dialética, ilustrada com o trecho de Paulo Freire (1979):

Na medida em que o homem, integrando-se nas condições de seu contexto de vida reflete sobre elas e leva respostas aos desafios que se lhe apresentam, cria cultura. A partir das relações que estabelece com seu mundo, o homem criando, recriando, decidindo, dinamiza este mundo. (...) A cultura, por oposição a natureza, que não é criação do homem, é a contribuição que o homem faz a natureza. Cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com outros homens.

Para a continuidade do processo, vários atores foram considerados fundamentais na realização do Plano de Manejo: Associações de moradores, Clube de Caça e Pesca, CEA, COMDEMA, Comunidade em geral, Entidades de classe, FEPAM, FURG, Museu Oceanográfico, IBAMA, NEMA, Prefeitura Municipal do Rio Grande (SMMA, SMCP, SMP, SMAg), Sindicato dos agricultores e produtores rurais.

Além dos mecanismos participativos, são necessárias ações de Educação Ambiental mais efetivas. Durante os anos do processo, foram elaborados programas simplificados de orientação e de divulgação junto à comunidade, mediante a distribuição de material educativo, colocação de placas, aulas expositivas, cursos, saídas de campo, atividades artísticas, sessões de vídeo, exposições sobre aspectos

ecológicos, palestras em escolas e na comunidade e entrevistas que serviram também para traçar um diagnóstico sócio ambiental da área. A atuação foi nas frentes formal, não formal e informal de educação ambiental.

No entanto, percebe-se que a comunidade ainda carece de informação e educação ambiental, estando bastante aberta às atividades propostas. Os moradores solicitam que o trabalho de EA seja feito não só com eles, mas também com as pessoas da cidade e do Cassino, que acabam usufruindo do local e muitas vezes praticam ações que irão agredir a natureza.

A EA torna-se um fator indispensável na formação de consciência dos indivíduos sobre o meio em que vivem, para compreender melhor seu ambiente e usufruí-lo com moderação, preservando-o para as gerações futuras. A ação educativa para a questão ambiental precisa, portanto, estar voltada para as intervenções humanas mediadas pelas relações sociais e culturais, respeitando as diferenças e o modo de viver das comunidades, enquanto prática pedagógica engajada com a realidade local, nos seus múltiplos aspectos (Marroni & Asmus, 2003).

Um grande desafio da educação ambiental é a mudança de concepção de valores, que hoje é imediatista e exige resultados em curto prazo, para um processo de construção que considere prazos médios e longos, sendo um instrumento dessas mudanças.

A APA é utilizada para práticas de lazer e apresenta uma vocação favorável ao desenvolvimento de atividades sustentáveis e uma valorização do cuidado com o meio ambiente. É propícia para evitar utilização de práticas não sustentáveis e no desenvolvimento de ações de educação ambiental ligadas à sensibilização ambiental, ao sentimento do humano pelo meio em que vive, despertando os indivíduos para uma noção de preservação ambiental.

Existem algumas propostas de ações estratégicas de alcance direto para resolver os impactos causados ao meio ambiente. Parte-se do pressuposto de que existem questões impedindo a execução do Plano de Manejo, dentre elas o pouco envolvimento e comprometimento de muitas instituições responsáveis, a falta de recursos financeiros e a burocracia.

Mesmo assim, o Plano de Manejo é uma obrigação legal e já existem esforços para que ele se concretize, indo ao encontro das ações previstas no Plano Ambiental do município do Rio Grande, buscando garantir a sustentabilidade do mesmo.

A sustentabilidade é hoje um termo essencial nas discussões em todos os campos do conhecimento sendo fundamental o equilíbrio entre o conhecimento transdisciplinar e a realidade da comunidade, que apresenta pontos fortes e fracos, mas que irão potencializar e fazer com que ações sustentáveis permaneçam.

Para tanto, propõe-se algumas ações que podem ser realizadas na área, incluídas no Plano de Manejo a ser elaborado:

- Os envolvidos precisam estar informados sobre sua realidade, e um programa de informação e divulgação sobre a APA é o primeiro ponto fundamental a ser trabalhado em escolas, na comunidade, associações de moradores, tanto do entorno, do Cassino, bairros vizinhos e também com os turistas, dando continuidade às atividades já realizadas na área, destacando a importância daquele ambiente para a população;
- É preciso investir na valorização da área, criando espaços de lazer funcionais para que a população possa aproveitar melhor e desfrutar do espaço da APA;
- Ouvir os anseios da comunidade e compartilhar responsabilidades na preservação da área, buscando o comprometimento da mesma;
- Desenvolver estratégias que incentivem a participação da comunidade;
- Preocupação em resolver os problemas que surgem como demanda, no caso do lixo, esgoto, aterro irregular, caça e destruição da flora, garantindo um retorno para a população sempre que esta entrar em contato buscando alguma informação para não aumentar o descrédito com relação à fiscalização e ao poder público;
- Prosseguir com atividades educativas que já são realizadas na área e ampliar as ações de Educação Ambiental para sensibilizar as pessoas sobre a importância dos ecossistemas da região;
- Desenvolver atividades educativas nas escolas do município e principalmente na região do entorno da APA, em conjunto com professores, pais e alunos;
- Propor nova readequação de limites para a área;
- Desenvolver propostas de EA nas associações de moradores da região e junto a URAB;

Para alcançar a sustentabilidade e a transformação dos valores da sociedade é preciso despertar consciências comprometidas para melhorar a qualidade de vida das comunidades e se preocupar com a manutenção da vida como um todo. Esta proposta, embora considerada utópica é o começo para a ação concreta. Para isso, a EA é instrumento e processo, que faz com que as visões ecológicas do mundo sejam discutidas, refletidas, compreendidas e incorporadas pela sociedade em todas as suas manifestações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Armani, Domingos. *Como elaborar projetos? Guia prático para a elaboração de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2004, 94 p.

Bardin, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edições 70: Lisboa. 1977. 230 p.

Brandão, Carlos Rodrigues. *A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação*. São Paulo: Cortez, 2003, 318 p.

BRASIL. Lei nº 4.771/65. Dispõe sobre o Código Florestal Brasileiro.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 357/05. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 6.938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 10/88. Dispõe sobre as Áreas de Proteção Ambiental.

BRASIL. Lei nº 9.795/99. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Lei nº 9.985/00. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Cabral, Nájila R. A. J., Souza, M. P. de. *Áreas de Proteção Ambiental: Planejamento e gestão de áreas protegidas*. São Carlos: Rima. 2005, 158p.

Carvalho, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez. 2004, 256 p.

Costa, Ronaldo. C. *Estudo de caso em gestão ambiental: a área verde do Arroio Bolaxa – Rio Grande – RS*. Trabalho de Graduação. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande – RS, 2003, 112p.

Dias, Cláudia. *Estudo de caso: idéias importantes e referências*. [online], maio de 2000. <http://www.geocities.com/claudiaad/qualitativa.html>

Dias, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. 9ª edição. São Paulo: Gaia. 2004, 551 p.

dos Anjos, Maria Renata C. *Ocupação e diagnóstico sócio-ambiental das comunidades adjacentes ao sistema Arroio do Bolaxa-Lagoa Verde*. Trabalho de Graduação. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande – RS, 1998, 112p.

Dourojeanni, M. J. *Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil*. In: Bager, A. *Áreas Protegidas: Conservação no âmbito do Cone Sul*. Pelotas EDUCAT, 2003, cap. 1, p 1-19.

Freire, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, 102 p.

Gudynas, E. *Actores sociales y ámbitos de construcción de políticas ambientales*. In *Ambiente & Sociedad*. N° 8, Jan-Jun 2001, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2001000800002&lng=pt&nrm=iso&tlng=es.

Guimarães, Mauro. *Educação Ambiental e a gestão para a sustentabilidade*. In: Santos, José Eduardo dos, Sato, Michele. *A contribuição da educação ambiental na esperança de Pandora*. São Carlos: Rima. 2001, p.183-196.

<http://www.iap2.org> [International Association of Public Participation, consultado em novembro de 2006].

Layrargues, Philippe P. *Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais*. In: Loureiro, Carlos Frederico Bernardo(org.) *Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em debate*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006, p. 87-156.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004, 150 p.

_____, Azaziel, Marcus e Franca, Nahyda (orgs.) *Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação*. Rio de Janeiro : Ibase : Ibama, 2003, 44 p.

_____. *Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1473-1494, Set./Dez. 2005 [Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>].

_____. *Educar, participar e transformar em Educação Ambiental*. Revista Brasileira de Educação Ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental. n. 0, p. 13-20, Nov. 2004. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.

Marroni, Etienne Villella. & Asmus, Milton Lafourcade. *Educação Ambiental: da participação comunitária ao gerenciamento costeiro integrado*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2003, 200p.

Moraes, Roque. *Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos*. IN: Galiuzzi, Maria do Carmo; Freitas, José Vicente de (Orgs.). *Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental*. Ijuí: Editora Unijuí. 2005. pág. 85-114.

_____. *No ponto final a clareza do ponto de interrogação inicial: a construção do objeto de uma pesquisa qualitativa*. 2007a (no prelo).

_____. *Roda da fortuna: movimentos de uma espiral reconstrutiva da pesquisa qualitativa*. 2007b (no prelo).

_____. *Teoria e Pesquisa*. 2007c (no prelo).

_____. *Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva*. 2007d (no prelo).

Myers, Michael. *Qualitative research in information systems*. [online], [<http://www.auckland.ac.nz/miss/isworld/>], acessado em maio de 2007.

Minayo, Maria C. de Souza (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 80 p.

NEMA/FBPN. *Projeto Áreas de Interesse Ambiental no Município de Rio Grande: diagnose, criação e implantação*. Relatório final. 1992.

NEMA/FBPN. *Projeto Educação e Monitoramento Ambiental para o Sistema Arroio-Lagoa do Bolaxa*. Relatório Final. 1994

NEMA/FNMA-MMA. *Caracterização Ambiental do Sistema Arroio-Lagoa do Bolaxa: Uma Futura Área de Proteção Ambiental*. Relatório Técnico. 1997.

Pollette, Marcus; Cavedon, Fernanda. *Construindo o desenvolvimento sustentável para o município de Bombinhas*. Itajaí: CGMA, 2001, 115 p.

Primack, Richard; Rodrigues, Efraim. *Biologia da Conservação*. Londrina: E. Rodrigues, 2001, 327 p.

Rio Grande. Lei Municipal N° 4.116/86. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município do Rio Grande.

Rio Grande do Sul. Lei n° 9.519/92. Dispõe sobre o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul. Lei N°. 11.520/00. Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente.

Ricklefs, Robert. *A Economia da Natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 5ª edição, 2003, 542 p.

Rosa, Leandro Azevedo da. *Divulgação da criação da APA da Lagoa Verde*. Relatório final de estágio do curso de Geografia. FURG, dezembro de 2005, 21 p.

Salas, Erik. *Diálogos Políticos: colocando em prática a governança costeira*. In Singer, Eugenio; Limeira, Cristiane. *Governança Costeira: O Brasil Voltado Para o Mar*. São Paulo: Signus Editora, 2006, 143 p.

Yin, Robert K. *Case Study Research - Design and Methods*. Sage Publications Inc., USA, 1989, 212 p.

UNESCO. Carta de Belgrado. 1976.

ANEXOS

Anexo I
Entrevista Semi-estruturada – Instituições

Instituição: _____ Nome do entrevistado: _____ Data: _____
<p>Com relação à APA da Lagoa Verde, responda as questões abaixo:</p> <p>1. Acha que o processo foi participativo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei</p> <p>2. Como acha que as pessoas se envolveram (níveis de participação)? <input type="checkbox"/> Foram apenas informadas <input type="checkbox"/> Participaram da discussão <input type="checkbox"/> Se envolveram nas decisões <input type="checkbox"/> Fazem a gestão da área</p> <p>3. Acha importante/válido que as pessoas se envolvam? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Por quê?.....</p> <p>4. Como a comunidade poderia participar? </p> <p>5. Citar os responsáveis pela preservação da APA. </p> <p>6. Quais os atores indispensáveis na construção do Plano? </p> <p>7. Acha que há interesse na preservação do local? <input type="checkbox"/> Sim Quem é (são) o (s) maior (es) interessados/preocupados? <input type="checkbox"/> Não</p> <p>8. Qual a atuação da sua instituição com relação à comunidade? Ela cumpriu uma determinação legal? Qual foi a razão do envolvimento? </p> <p>9. Sabe se há alguma atividade no local no momento? Quem está desenvolvendo? </p> <p>10. Citar as instituições que lembra que se envolveram pela ordem de importância (na sua opinião) </p> <p>11. Quem era essencial e não participou/participou pouco? </p>

12. Qual a atuação da sua instituição com relação às outras instituições, ela é mais ou menos participativa?

.....

13. Qual a relação com as outras instituições no processo, qual participou mais ativamente, em parceria?

.....

14. E das outras instituições citadas, como elas se relacionam com a comunidade?

- Não se envolvem Não sei
 Outro.....

15. Há interação entre estes órgãos com relação a este assunto, em específico?

- Sim Não Não sei

16. Conhece a área?

- Sim, eu definiria a situação da área quanto à preservação como (bem preservada, mal preservada, precisa de recuperação, deixar como está).
 Não

17. Sabe o que é uma APA?

- Sim Não

18. Sabe que essa área é uma APA?

- Sim Não

19. Como considera a área? Por quê?

.....

20. Acha que o tamanho é apropriado?

- Sim, está bom assim Não, os limites deveriam ser ampliados Não sei

21. Como definiria a divulgação da área?

- Não é divulgada É pouco divulgada É bem divulgada Não sei

22. Como definiria a atuação de sua instituição com relação à área?.....

23. Sabe que existe uma lei que cria a APA?

- Sim Não

24. Você acha que a lei trouxe algum benefício real para a área?

- Sim. Qual?
 Não

25. A lei interfere na atitude dos indivíduos com relação à preservação?

- Sim
 Não

26. Sabe o que é e para que serve um plano de manejo?

- Sim, serve para
 Não

27. Como considera a participação da sua instituição na elaboração do plano?

- Indispensável
 Importante, porém não é indispensável
 É indiferente

28. Como considera a atuação da sua instituição na preservação?

- Indispensável
 Importante, porém não é indispensável
 É indiferente

29. Já participou de alguma atividade de educação ambiental no local?

- Sim, foi realizada por
- Não

30. Já realizou alguma atividade no local?

- Sim, sozinho.
- Sim, em parceria com
- Não

31. Como definiria a educação ambiental nesse processo?

.....

.....

32. A educação ambiental ajuda no processo de implementação ou gestão da APA? Como?

.....

.....

33. Sugestões de atividades para serem realizadas na área:

.....

.....

Anexo II
Entrevista Semi-estruturada – Comunidade

Nome:..... Idade: Nº
Sexo: () M
Data da entrevista e assinatura do entrevistador:/...../.....-.....

1. Você esteve presente na audiência pública para criação da APA?
() Sim () Não () Não lembro

2. Participou do processo de criação da APA?
() sim () não
Caso a resposta seja SIM
() Fui apenas informado
() Participei das discussões
() Me envolvi nas decisões
() Faço a gestão da área

Caso a resposta seja NÃO
() Não acho importante minha participação. Por quê?
.....
() Não fui informado
() Não costumo participar
() Não sabia que podia participar

3. Como a comunidade poderia participar mais?
.....
.....
.....

4. Gostaria de participar de uma reunião para definir os rumos a serem tomados para a APA?
() Sim () Não

5. Você sabia que a população tem papel relevante na criação desse instrumento de planejamento?
() Sim () Não

6. Como considera sua participação?
() Indispensável
() Importante, porém não é indispensável
() É indiferente

7. Acha que há interesse na preservação do local?
() Sim Quem é (são) o (s) maior (es) interessados/preocupados?
.....
() Não

8. Citar quem acha que são os principais responsáveis pela preservação da APA.
.....
.....

9. Já tentou tratar com alguma das instituições algo a respeito da área?
() Sim. Sobre

Não

10. Caso a resposta seja sim, recebeu um retorno?

Sim Não

11. Acha que a comunidade é importante na preservação da área?

Sim Não Não sei

Por quê?.....

12. Como considera sua atuação na preservação?

Indispensável
 Importante, porém não é indispensável
 É indiferente

13. Sabe se há alguma atividade no local no momento? Qual é e quem está desenvolvendo?

.....

14. Conhece a área?

Sim, eu definiria a situação da área quanto à preservação como (bem preservada, mal preservada, precisa de recuperação, deixar como está)
 Não

15. Acha que o tamanho é apropriado?

Sim, está bom assim Não, os limites deveriam ser ampliados Não sei

16. Como definiria a divulgação da área?

Não é divulgada É pouco divulgada É bem divulgada Não sei

17. Sabe o que é uma APA?

Sim Não

18. Sabe que essa área é uma APA?

Sim Não

19. Sabe que existe uma lei que cria a APA?

Sim Não

20. Você acha que a lei trouxe algum benefício real para a área?

Sim. Qual?
 Não

21. A lei interfere na atitude dos indivíduos com relação à preservação?

Sim
 Não

22. Você sabia que há obrigação legal que a comunidade do entorno participe no planejamento da APA?

Sim Não

23. Já perguntaram alguma vez a você o que deveria ser feito aqui nessa área?

Sim. Quem perguntou?
 Não
 Não lembro.

24. Você acha importante que a comunidade de entorno auxilie na fiscalização da APA?

Sim. Não Não sei.

25. Você ajudaria informalmente na fiscalização?

Sim. Não Não sei.

26. Como considera a área? Por quê?

.....
.....

27. Como você poderia ajudar?

.....
.....

28. Sabe o que é um Plano de Manejo?

Sim Não Não tenho certeza

29. Caso a resposta seja “SIM”, o que é um plano de manejo?

.....
.....

30. Sabe o que é educação ambiental?

Sim Não

31. Caso a resposta seja SIM, como definiria a educação ambiental nesse processo?

- Desnecessária
 Não funciona
 As pessoas não dão importância
 Fundamental

32. Já participou de alguma atividade de educação ambiental no local?

- Sim, foi realizada por
- Não

33. Já realizou alguma atividade no local?

- Sim, sozinho.
 Sim, em parceria com
- Não

34. Sugestões de atividades para serem realizadas na área:

.....
.....

ANEXO III
Termo de Consentimento Informado

Termo de Consentimento Informado

Autorizo a bióloga Greici Maia Behling a utilizar as informações disponibilizadas por mim em entrevistas para o seu projeto de pesquisa do Mestrado em Educação Ambiental da FURG. Estou ciente de que tais informações serão utilizadas por ela em sua pesquisa e em possíveis publicações. **Os dados pessoais não serão divulgados.**

() Não quero que divulgue as informações que dei.

() Não tenho restrições.

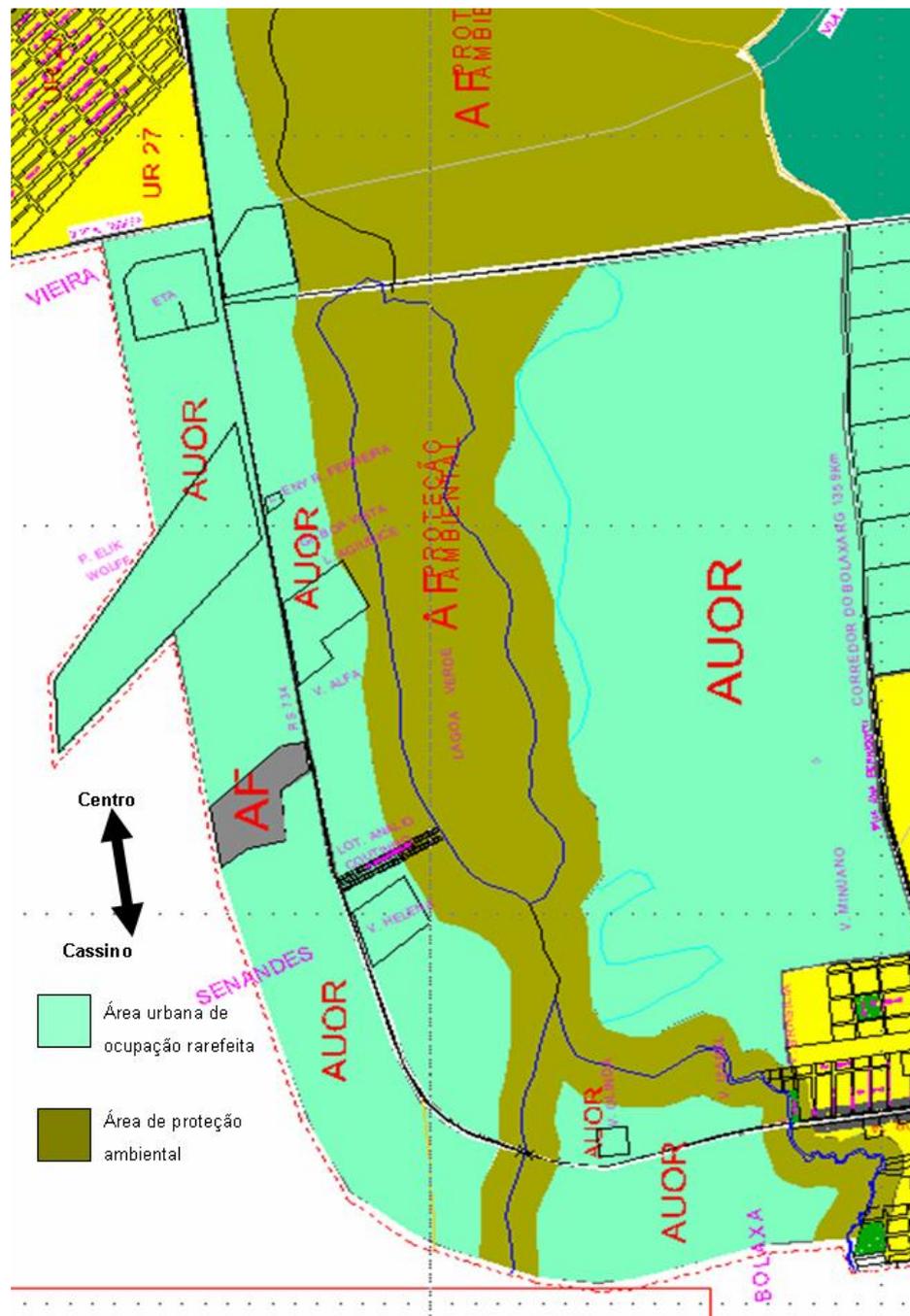
Nome:

CPF ou CI:

Data:/..../.....

Assinatura:

ANEXO IV
Mapa da Área de Estudo
Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado



ANEXO V
LEI Nº6.084/2005
CRIA A APA DA LAGOA VERDE

LEI Nº 6.084

De 22 de abril de 2005.

"CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA VERDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Cria a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde (APA da Lagoa Verde), abrangendo o sistema formado pela Lagoa Verde, Arroio Bolaxa, Arroio Senandes e o canal meandrante, que liga a Lagoa Verde com o Saco da Mangueira, conforme demarcação em planta, que faz parte desta Lei.

§ 1º- A Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde, criada no caput deste Artigo, terá a seguinte delimitação: com área superficial de aproximadamente 510,00 ha, constituída pela própria Lagoa Verde e seu entorno numa faixa de 200,00 m (duzentos metros), a partir do nível médio das águas; pelo Arroio Bolaxa e suas margens numa faixa de 100,00 m (cem metros) cada; pelo Arroio Senandes e suas margens numa faixa de 100,00 m (cem metros) cada; pelo canal meandrante, que liga a Lagoa Verde ao Saco da Mangueira e suas margens numa faixa de 100,00 m (cem metros) cada.

§ 2º- O Executivo Municipal no prazo de 2 (dois) anos estabelecerá o Plano de Zoneamento e Manejo da área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde.

§ 3º- Até o cumprimento do estabelecido no parágrafo segundo deste artigo, vigorarão as normas do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Art. 2º- A Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde, classifica-se como uma Unidade de Conservação, objetivando:

- I- proteger paisagens e belezas cênicas;
- II- proteger recursos hídricos;
- III- a conservação da biodiversidade vegetal e animal da região;

- IV- a preservação dos sistemas de marismas, banhados, arroios, matas e dunas interiores;
- V- estimular o desenvolvimento sustentável;
- VI- servir como zona tampão aos ambientes adjacentes;
- VII- a visitação orientada em contato com a natureza;
- VIII- o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e pesquisa;
- IX- um maior conhecimento e divulgação do patrimônio natural, étnico e cultural do Município;
- X- estabelecer uma ocupação humana controlada;
- XI- a inserção da área na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Art. 3º- Fica o Município autorizado a firmar convênios, ajustes e contratos com instituições públicas e privadas, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Art. 2º.

Art. 4º- O Município poderá criar uma estrutura administrativa e técnica para administrar a Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde ou repassar a administração a terceiros, desde que autorizado pelo Poder Legislativo.

Art. 5º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de abril de 2005.

JANIR BRANCO
Prefeito Municipal

ANEXO V

NOTÍCIA VEICULADA SOBRE IMPACTO AMBIENTAL

CORREIO DO POVO

GERAL

TERÇA-FEIRA, 16 de julho de 2002 — 9

STJ condena clube de caça por dano ecológico

O Clube de Caçadores do Rio Grande terá de indenizar o erário por destruir o meio ambiente e o patrimônio público. A determinação foi anunciada ontem pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que restabeleceu a sentença de primeira instância da Justiça gaúcha que condenou o clube à indenização.

A ação contra o clube foi movida pelo Ministério Público Estadual em 1992 por causa de danos causados a dunas e sítios arqueológicos em uma área de propriedade da entidade na RS 734, próxima ao trevo de acesso a Rio Grande. Segundo o MP, obras realizadas pela associação constituem atentado à preservação do meio ambiente e violação do patrimônio cultural e arqueológico brasileiro. O valor a ser pago será calculado na liquidação da sentença.

Conforme o processo, houve a destruição parcial de uma duna, a fim de adaptar o local ao amortecimento das balas disparadas pelos caçadores, e durante as obras vieram à tona cerâmicas indígenas pré-históricas da Tradição Vieira. O promotor Francisco Simões Pires, da Promotoria Especializada, foi o autor da ação. Segundo ele, a medida foi tomada em razão da destruição de

dunas interiores, que são áreas de preservação permanente, e porque no local havia evidências arqueológicas. Simões Pires contou que, na época, solicitou a presença do antigo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Técnicos do instituto estiveram no município e fizeram um levantamento que indicou a presença de sítios arqueológicos naquela área. "A região de lagoas (Saco da Mangueira, Arroio Vieira e Lagoa Verde) era povoada por índios banhadeiros que viviam mais da caça e da pesca, os quais desenvolveram uma cerâmica que ganhou o nome de Cerâmica Tradição Vieira. Promovi a ação em razão da irreparabilidade do dano", relatou o promotor.



Ruy Rosado de Aguiar

Segundo o relator do recurso no STJ, ministro Ruy Rosado de Aguiar, a sentença deve ser mantida não só na parte que impôs à entidade o dever de abster-se da prática proibida, como também na que atribuiu ao réu a obrigação de indenizar danos causados com a destruição das dunas e sítios arqueológicos existentes. O presidente do clube, Otto Salies, disse que ainda não teve conhecimento da decisão e que irá aguardar a intimação para avaliar o que ainda pode ser feito.

ANEXO VII
NOTÍCIAS VEICULADAS - CORSAN

http://www.noticias.furg.br/clipping/18_07_05_clip.htm

Lagoa Verde: Corsan tem 60 dias para resolver problema ambiental

A denúncia feita pelo Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (Nema) de que a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) está descartando efluentes líquidos com sulfato de alumínio nas áreas de preservação do entorno da Lagoa Verde, prejudicando marismas e banhados de água doce, vem sendo investigada pelo Ministério Público Estadual desde 2002. Após constatar que as bacias de decantação da Companhia estão "inviabilizadas" e os danos que estão ocorrendo ao meio ambiente desta área, o MP tentou a resolução do problema com a Corsan. Como a Companhia se mostrou "descompromissada com as regras ambientais", entrou com uma ação civil pública contra a estatal.

No dia 1º deste mês, atendendo pedido do promotor Francisco Simões Pires, a juíza substituta da 1ª Vara Cível, Fabiane da Silva Mocellin, determinou que, em 60 dias, a Corsan faça a remoção do lodo da bacia de sedimentação da Estação de Tratamento de Águas (ETA), situada às margens da RS-734, às próprias custas. A juíza mandou ainda, que todo o lodo (resíduos do tratamento de água) seja remetido para tratamento na Utresa, em Estância Velha, e, após a remoção do lodo, se abstenha de lançar efluentes da ETA na Lagoa Verde. No caso de descumprimento de qualquer uma das determinações, a Companhia terá que pagar multa diária no valor de R\$ 1 mil.

De acordo com o promotor Francisco Simões Pires, em maio do ano passado a Corsan informou que faria um novo sistema de tratamento dos efluentes da ETA. Seria um sistema moderno, que não possibilitaria o descarte dos resíduos com sulfato de alumínio, permitindo a remoção do lodo e seus componentes, mais o aproveitamento da água no sistema de tratamento. Mas não cumpriu e "continua a lançar os efluentes em local inadequado e sem tratamento". Assim como o Nema, o promotor diz que os resíduos (material lodoso) estão indo direto para o entorno da Lagoa Verde. Segundo ele, essa prática é preocupante. Até porque a Lagoa Verde é um dos recursos hídricos que tem ligação com o Saco da Mangueira, um criadouro natural de camarão e outras espécies.

Na ação civil, o Ministério Público observa que o lançamento destes resíduos sem tratamento implica contaminação dos recursos hídricos, deposição de sulfato de alumínio em corpo hídrico e não segregação deste produto, possibilitando que, com rapidez, se integre ao ambiente protegido. Lembra que a Lagoa Verde, além de ser área de preservação permanente, pertence a classe especial de recursos hídricos da porção sul do estuário da Lagoa dos Patos. Isso significa que é destinada ao abastecimento doméstico sem prévia ou simples desinfecção e à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas. Portanto, não pode haver nenhum

lançamento de águas residuárias, domésticas e industriais, lixo e outros resíduos sólidos e substâncias tóxicas, mesmo tratadas.

Essa prática da Corsan, de acordo com o MP, constitui-se em agressão ambiental. "O sulfato de alumínio poderá ser absorvido ou ingerido pela fauna existente na Lagoa Verde e seus contribuintes. Não se pode esquecer que os peixes alimentam-se dos nutrientes existentes no meio aquático, retendo no fígado o metal e não eliminando-o. No ciclo da vida, a ingestão por predador ou mesmo pelo homem implica a continuidade do ciclo de contaminação".

http://www.noticias.furg.br/clipping/15_07_05_clip.htm

Nema diz que efluentes da Corsan estão prejudicando ecossistema

O Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (Nema) está denunciando que a Companhia Rio-Grandense de Saneamento (Corsan) está causando um "grave problema ambiental" no entorno da Lagoa Verde. Segundo o oceanólogo Kleber Grüber da Silva, do Nema, a Estação de Tratamento de água (ETA) de Rio Grande, localizada na RS 734, está largando efluentes com sulfato de alumínio que vão direto para as áreas de preservação do entorno da Lagoa Verde, atingindo marismas e banhados de água doce.

Ele explicou que a companhia usa sulfato de alumínio para tratar a matéria em suspensão na água. Assim a água fica clara, mas os resíduos ficam com grande quantidade de sulfato de alumínio. Em função disso, teriam que ir para uma bacia de decantação, o que não acontece por que as duas bacias de decantação da Corsan não estão funcionando. "Isso está ocasionando a degradação desse ecossistema, a mortalidade da vegetação e de espécies da fauna residente, mais a compactação do solo do local", destacou.

O oceanólogo observa que este não é um problema novo e que já foi adicionada a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e o Ministério Público Estadual. A anos a Corsan cuidava das bacias de decantação e elas funcionavam, mesmo que, com algumas restrições. Agora, "estão 100% inoperantes e largando os efluentes diretamente neste pântano salgado". Kleber Silva salienta que "é uma vergonha uma Companhia responsável pela qualidade da água e saneamento tratar desta forma os recursos hídricos e ecossistemas da região".

Entende que, no mínimo, a Corsan deve ser multada e os recursos revertidos como forma de compensação ambiental. As sugestões são a criação de uma área protegida própria da empresa; limpeza "urgente" para o funcionamento adequado das bacias de decantação; e o cercamento e arborização da área de entorno das bacias. Esta última medida é justificada pela existência de riscos para a comunidade daquela região. " Há o risco de crianças caírem nas valetas", afirma o oceanólogo. Outra medida por ele sugerida é o monitoramento da água que sai das bacias de decantação.

Corsan

O superintendente adjunto da Corsan, Sérgio Freire, disse que a companhia tem duas bacias de decantação e está construindo uma terceira, dentro do seu pátio, inclusive para fazer o reaproveitamento dos resíduos. Segundo ele, as bacias estão funcionando, mas apresentam um pouco de saturação, ou seja, o volume está mais alto e extravasa um pouco de água. No entanto, afirma que o lodo fica decantado na bacia. Em períodos de chuva é que, conforme ele, extravasa um pouco mais. Salientou que a Corsan efetua coletas onde a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) determina (no banhado e no arroio Bolaxa) e que os indícios apresentados estão dentro dos padrões normais.

Fepam

O gerente regional da Fepam, Geremias Vargas de Mellos, informou já ter notificado a Corsan na semana passada porque verificou uma das bacias e viu que não estava funcionando. Na ocasião, solicitou apresentação de alternativas para resolução do problema. Observou que foi feita limpeza dentro da bacia, mas pela lateral, e que, se está havendo, a decantação é muito pequena. "Esta sendo lançada no ambiente água com resíduos de tratamento que deveriam ficar retidos na bacia de decantação, sem fazer o processo de sedimentação", relatou.

A Fepam deu um prazo de 20 dias para a Companhia explicar os motivos de não limpar a bacia.



Lodo da Lagoa Verde começa a ser retirado

A Corsan começou a retirar o lodo existente na Lagoa Verde, junto a RS-734. Dependendo das condições climáticas, a obra, estimada em R\$ 1,45 milhões, deverá estar concluída até o próximo mês de julho. A iniciativa atende a uma questão ambiental do Município. Como o sistema de tratamento de água do

Município é antigo, o lodo gerado pela limpeza da água contém elementos químicos, como sulfato de alumínio. O problema alertado pelos órgãos ambientais é que este e outros resíduos, presentes no lodo em quantidades excessivas, estavam sendo direcionados à Lagoa Verde

Foto: Gerson Pantaleão / JA



■ Retirada de lodo atende a uma questão ambiental e deve ser concluída até julho. **Página 3**

**classificados
garanta o
seu negocio**

Capa
Geral
... Acontece
São José do Norte
Polícia
Esportes
País
Mundo
Opinião
... Artigo
... Editorial
... Carta do Leitor
... Rápidas
... Colunistas
Classificados
Charges

Terça
 máx.: 13 °C
 mín.: 10 °C

Edição nº. 8751



Corsan diz que não houve contaminação por efluentes da ETA

Lagoa Verde

O diretor-presidente da Corsan, Mário Freitas, entregou, na última sexta-feira, ao promotor de Justiça do Rio Grande, Francisco Simões Pires, estudo sobre a possível contaminação da área da Lagoa Verde e Arroio Simão pela deposição de alumínio e outros produtos utilizados no tratamento de água. O estudo é uma das exigências do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relativo à ação que tramita na 1ª Vara Cível do Rio Grande, movida pelo MP.

Com base neste estudo, a empresa garante que os níveis de alumínio encontrados nos mananciais que recebem o efluente da Estação de Tratamento de Água (ETA) estão abaixo do verificado em outras regiões do Estado. O trabalho foi feito por técnicos da Superintendência de Tratamento da Corsan, que utilizou laboratórios externos para as análises. De acordo com a Corsan, entre outubro e março, foram feitas coletas em pontos pré-determinados da área da Lagoa Verde e do Arroio Simão, sendo analisados os aspectos físico-químicos e biológicos. Mário Freitas, após entregar o relatório ao promotor, colocou os técnicos da empresa à disposição para o caso de haver necessidade de novos esclarecimentos e informou que dentro de 60 dias estarão concluídas as obras da estrutura para destinação final dos lodos da ETA, em construção às margens da RS 734. O promotor Francisco Simões Pires vai encaminhar esse estudo à assessoria técnica do Ministério Público para análise, trabalho que deve ser concluído em 30 dias.

Também participaram da reunião o prefeito do Rio Grande, Janir Branco, os vereadores Paulo Renato Gomes, presidente da Câmara Municipal, e Jair Rizzo, mais o superintendente regional da Corsan, Eduardo Guimarães.

Carmem Ziebell/Assessoria

... Edições Anteriores

Dólar

venda compra
comercial 1,9430 1,9410
paralelo 2,0300 1,8900

Indicadores

Poup. Dia	0,67%	▲
Bovespa	0,71%	▲